



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica**

Relatório de Gestão do Exercício 2012

Brasília, Março/2013

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
INTRODUÇÃO	6
PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
1.1.1. Relatório de Gestão Individual.....	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	11
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	16
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	20
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	21
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	22
PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	24
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	24
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	29
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	32
2.4. INDICADORES	35
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	36
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	36
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	39
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	39
4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	41
4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	48
4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	66
4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	78
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	94
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	94
4.2.2. Programação de Despesas	94
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	94
4.2.3.1. Execução da despesa com créditos originário	95
4.2.3.2. Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por movimentação	95
4.2.3.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	95
4.2.3.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	96
4.2.3.2.3. Análise crítica	97
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	98
5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	98
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	98
5.2.2. Análise Crítica.....	98
5.3. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	99
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	99
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	100
5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	100
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 101	
5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	101
5.3.6. Análise Crítica	101
PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	102
6.1.COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	103
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	103
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	103
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	104
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	104
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	105
6.1.3. Composição do Quadro de Estagiários	105
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	106
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	106
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012	106

10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	107
10.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	107
10.1.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	107
10.1.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	109
10.1.3.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	110
10.1.4.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	111
10.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	113
10.3.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93.....	114
10.4.	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	114
10.4.1.	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	114
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	116
11.2.	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	117
11.2.1.	Declaração Plena.....	117
	PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	118
28.	PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	119
28.1.	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	119
	ANEXO I.....	169

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro 1.3.1. Identificação dos principais macroprocesso e ações relacionados a cada diretoria da SEB.....	19
Quadro 1.5. Macroprocessos de apoio	21
Quadro 1.6.1 Principais parceiros	22
Quadro 2.1.1 Planejamento estratégico das ações da UJ.....	25
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	36
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático	41
Quadro A.4.2.1 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj	48
Quadro A.4.2.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj	56
Quadro A.4.2.3 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj	60
Quadro A.4.3.1 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	66
Quadro A.4.3.2 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	67
Quadro A.4.3.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	68
Quadro A.4.3.4 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	68
Quadro A.4.3.5 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	69
Quadro A.4.3.6 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	70
Quadro A.4.3.7 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	72
Quadro A.4.3.8 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	73
Quadro A.4.3.9 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj.....	74
Quadro A.4.4.1 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	78
Quadro A.4.4.2 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	82
Quadro A.4.4.3 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	85
Ressalte-se ainda que esta avaliação corresponde à mesma da ação 00GU, uma vez que ambas possuem o mesmo escopo. A Ação 00GU pertence ao programa 1061 BRASIL ESCOLARIZADO, da LOA 2011, que teve parte da sua execução em 2012. Como esta ação não está relacionada ao PPA 2012-2015, grande parte das informações presentes no quadro abaixo não se aplicam, pois ela não apresenta metas definidas para 2012 e não se relaciona a nenhum objetivo ou iniciativa. O Quadro traz, portanto, apenas as informações orçamentárias referentes à ação.	86
Quadro A.4.4 – AÇÃO DO PROGRAMA 1061 BRASIL ESCOLARIZADO	86
Quadro A.4.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	87
Quadro A.4.4.5 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	88
Quadro A.4.4.6 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj	89
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da uj.....	94
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	94
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	95
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO.....	96
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	98
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	99
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	100
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	100
Quadro A.10.1.1. - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	107
Quadro A.10.1.2. - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	108
Quadro A.10.2.1. - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	109
Quadro A.10.2.2. - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	110
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	111
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	115
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	117
Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	119
PROJETO 914BRA1109 - ESCOLA ABERTA: EDUCAÇÃO, CULTURA E TRABALHO PARA A JUVENTUDE	131
Quadro 1.4.1. Macroprocessos finalísticos	170
Quadro 1.4.2. Macroprocessos finalísticos	171
Quadro 1.4.3. Macroprocessos finalísticos	173
Quadro 1.4.4. Macroprocessos finalísticos	175
Quadro 2.4: Síntese dos Indicadores Institucionais.....	176

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Básica, referente ao exercício de 2012, está estruturado em duas partes, A e B, as quais compreendem 09 itens, além de um Anexo, conforme especificados no Sumário.

Este Relatório apresenta diferenças sensíveis em relação aos relatórios de anos anteriores, uma vez que houve uma reformulação no desenho do novo PPA. A Mensagem Presidencial de 2011, que apresentou o Plano Plurianual 2012-2015: “Plano Mais Brasil: Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação.”, traz alguns apontamentos sobre a natureza e as características deste novo instrumento de planejamento, sobressaltando a desvinculação do novo modelo entre planejamento e orçamento, e a sua transversalidade, a saber:

“O PPA 2012-2015, possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no período recente, como o PAC, o Bolsa Família, o PDE e o Minha Casa, Minha Vida, entre outros. O PPA é um mecanismo que o Constituinte criou em substituição ao antigo Orçamento Plurianual de Investimentos na tentativa de instituir um instrumento que tenha natureza de Plano. Nesses termos, o PPA deve preservar as diferenças essenciais relativas ao Orçamento, particularmente o período de tempo considerado, o enfoque insumo/produto, os níveis de agregação e as relações com unidades organizacionais.

Assim, as alterações na estrutura do PPA decorrem do aprendizado do governo na implementação de políticas exitosas responsáveis pelo desenvolvimento recente no Brasil e, também, dos limites da estrutura anterior que permitia uma sobreposição entre Plano e Orçamento, dois institutos que, apesar de complementares, possuem diferenças essenciais. O Plano foi construído a partir da dimensão estratégica definida pelo governo e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional. A partir daí foram concebidos os Programas, que, no modelo de administração tradicional, respondem pela dimensão tática do PPA.

Outra inovação no PPA é a inexistência do detalhamento das Ações, que agora constam apenas dos Orçamentos. A alteração visa a garantir uma distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles. A sobreposição anterior confundia o PPA com o Orçamento à medida que mantinha níveis idênticos de agregação entre os instrumentos.

Os Objetivos constituem-se na principal inovação deste Plano, na medida em que expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. (...) Como vários Objetivos estão qualificados pela forma de implementação, é importante lembrar que o planejamento é um instrumento apenas indicativo. Para que tenha aderência ao cotidiano do governo, é preciso que seja flexível, tendo em vista a dinamicidade inerente ao ambiente.

A cada Objetivo estão associadas Metas, que podem ser qualitativas ou quantitativas. As Metas são indicações que fornecerão parâmetros para a realização esperada para o período do Plano. As qualitativas são particularmente interessantes porque ampliam a relação do Plano com os demais insumos necessários à consecução das políticas, além do Orçamento. Cabe destacar, ainda, que elas resgatam no Plano uma dimensão que, anteriormente, confundia-se com o produto das ações orçamentárias. Por isso, as Metas estabelecem uma relação com o cidadão por traduzirem a atuação do governo com mais simplicidade e transparência.

Já as Iniciativas são institutos derivados dos Objetivos e declaram as entregas à sociedade de bens e serviços resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e

normativas, de pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e de integração de políticas públicas.(...)

As novas categorias portam uma versatilidade capaz de expressar relações que, antes, eram restritas pela contabilidade pública. Nesses termos, a integração entre as políticas, em especial o tratamento da transversalidade, não está mais limitada pelo desenho das ações orçamentárias com seus respectivos produtos, de forma que a combinação entre Objetivos, Metas e Iniciativas criam condições para uma abordagem mais adequada da relação entre as políticas.”

Entre as inovações trazidas pelo novo modelo de planejamento, destaca-se que os programas temáticos constantes no PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2013 não possuem órgão responsável previsto na lei, devido a transversalidade presente em grande parte deles. Ainda devido a esta transversalidade os programas do PPA 2012-2015 apresentam, em sua maioria, diversos órgãos da Administração Direta responsáveis pela implementação de seus objetivos, metas, iniciativas e ações.

A partir do exposto acima, é importante salientar que neste relatório a SEB vai relatar uma síntese das suas principais realizações no que couber a ela quanto aos programas e ações aqui apresentados. O Relatório de Gestão 2012 confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução dos mesmos. Mais informações poderão ser obtidas nos relatório apresentado por outras unidades jurisdicionadas que também possuem objetivos, metas, iniciativas e ações relacionadas ao Programa da Educação Básica (2030).

As características de desvinculação do novo modelo PPA entre planejamento e orçamento, e a sua transversalidade são fundamentais para entender a eventual ausência de preenchimento, por parte desta UJ, de algumas das informações presentes em alguns dos quadros constituintes do item 4 deste relatório, em especial no que diz respeito a execução orçamentária de objetivos e iniciativas.

A atuação do Ministério da Educação no campo da educação básica baseia-se na tríade: acesso/permanência, equidade e qualidade. Orientado por tais objetivos, vêm sendo adotadas políticas sistêmicas que focam a educação básica em sua integralidade – da educação infantil ao ensino médio. Dentre as diversas realizações descritas neste Relatório algumas se destacam, e serão apresentadas a seguir.

O Programa Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, compartilha - União, unidades federadas e municípios - as competências políticas, técnicas e financeiras na execução dos programas de manutenção e desenvolvimento da educação, tendo em vista expandir e melhorar a qualidade da educação básica, contribuir para sua universalização e avaliar seu desempenho.

A União incentiva e apoia o adimplemento das vinte e oito diretrizes relacionadas no Decreto nº 6.094/2007 por meio de assistência técnica aos sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais. Em regime de colaboração, os técnicos das secretarias estaduais de educação e os integrantes de universidades compõem as equipes de assistência do Compromisso Todos pela Educação, o qual se inicia com a adesão ao Plano de Metas do PDE pelos entes, que em seguida passam a elaborar seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), com duração plurianual e construído de forma coletiva com a participação de gestores e educadores locais. Em 2011, sob a gestão da SEB, foi iniciado o planejamento para o período 2011-2014. A fase de análise dos Planos, por parte do Ministério da Educação, ocorreu em 2012.

O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) voltado para a construção de novas unidades de educação infantil utilizando projetos padronizados pelo FNDE/MEC e com projetos próprios apresentados pelos municípios. O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal

iniciou-se em 2007. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012 que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios) bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidades da educação básica.

Em relação ao fomento a educação infantil, em 2012 foi lançada a ação Brasil Carinhoso, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, na qual o Ministério da Educação tem uma participação importante. O objetivo é ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público.

No âmbito da educação integral, o Programa Mais Educação - PME promove o fomento à educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar. Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

Por fim, lançado ao final do ano, em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um importante compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados.

A experiência demonstra que o regime de colaboração é um fator determinante no sucesso da execução das ações de educação, a despeito dos problemas e limitações, internas e externas, enfrentados pela SEB em 2012, a exemplo da reestruturação do MEC que ampliou as competências da SEB, sem o proporcional incremento de recursos humanos e materiais; do longo fluxo de procedimentos impostos pela legislação federal que rege a transferência voluntária de recursos – da apresentação do projeto à liberação dos recursos financeiros; e da complexidade logística inerente à ação de formação, que exige a colaboração efetiva dos parceiros na mobilização em larga escala dos profissionais de educação.

Por fim, identificamos que os itens a seguir não se aplicam a Secretaria de Educação Básica - SEB porque não integram a relação de suas competências, segundo o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012. Não serão portanto, apresentados neste relatório.

Parte A

7. Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012
8. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
9. Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

Parte B

13. Parte B, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.
14. Parte B, item 2, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
15. Parte B, item 3, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
16. Parte B, item 4, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
17. Parte B, item 5, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
18. Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
19. Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
20. Parte B, item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
21. Parte B, item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
22. Parte B, item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
23. Parte B, item 11, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
24. Parte B, item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
25. Parte B, item 13, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
26. Parte B, item 14, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
27. Parte B, item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.
- 29 a 59. Parte B, item 17 a 47, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Os subitens abaixo não serão apresentados neste Relatório de Gestão, pois não se aplicam a natureza jurídica da SEB:

- 1.1.2. Relatório de Gestão Consolidado
- 1.1.3. Relatório de Gestão Agregado
- 1.1.4. Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

1.1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Educação Básica			
Denominação Abreviada: SEB			
Código SIORG: 1975	Código LOA: 150019	Código SIAFI: 150019	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: 101-5 - Órgão Público do Poder Executivo Federal		CNPJ: 00.394.445/0124-52	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2022.8318	(061) 2022.8320	(061) 2022.8326
Endereço Eletrônico: gabinete-seb@mec.gov.br			
Página na Internet: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=809			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco L, 5º andar, sala 500, CEP 70047-900 – Brasília - DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Nos termos do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, compete à Secretaria de Educação Básica a coordenação da política nacional de educação básica, compreendendo a participação na elaboração do Plano Nacional de Educação; a assistência técnica e financeira às unidades federadas para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória; o estabelecimento de competências e de diretrizes para a educação básica, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; e assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar na educação básica, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

A Secretaria de Educação Básica, órgão singular da estrutura do Ministério da Educação, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Nesse sentido, o artigo 9º do Anexo I do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, estabelece para essa Secretaria as seguintes competências institucionais:

“Art. 9º - À Secretaria de Educação Básica compete:

- I - planejar, orientar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de formulação de políticas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;*
- II - propor e fomentar a implementação das políticas, por meio da cooperação técnica e financeira, junto às unidades da federação, em regime de colaboração e gestão democrática, para garantir a igualdade de condições de oferta de ensino e a permanência do aluno na escola;*
- III - desenvolver ações visando à melhoria da qualidade da aprendizagem na área da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, tendo a escola como foco principal de atuação;*
- IV - desenvolver ações objetivando a garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o alcance de padrões da qualidade social da educação básica;*
- V - incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação básica em todas as suas etapas;*
- VI - formular, propor, planejar, avaliar e supervisionar políticas e programas de educação a distância, visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação básica;*
- VII - criar, desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial na modalidade a distância, direcionados para a educação básica;*
- VIII - prospectar e desenvolver metodologias e tecnologias educacionais que utilizam tecnologias de informação e de comunicação no aprimoramento dos processos educacionais e processos específicos de ensino e aprendizagem na educação básica;*
- IX - propor e fomentar o provimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação às instituições públicas de ensino, paralelamente à implantação de política de formação para o uso harmônico dessas tecnologias na educação;*
- X - zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio; e*
- XI - propor, coordenar e acompanhar o conteúdo destinado ao desenvolvimento e aprimoramento do ensino a distância de alunos e da capacitação de professores, transmitido e disponibilizado pelo canal de educação denominado TV Escola, e pela exploração dos serviços de sons e imagens, satélite, internet ou de outras mídias.”*

As estratégias de atuação da SEB frente as suas responsabilidades institucionais são baseadas, além das competências supracitadas, nas diretrizes presentes no Plano de Metas Compromisso Todos

pela Educação, nos termos dos 28 Incisos do Artigo 2º do Decreto nº 6.094 de abril de 2007, a seguir transcritos:

- I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;*
- II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;*
- III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;*
- IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;*
- V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;*
- VI - matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;*
- VII - ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular;*
- VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;*
- IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;*
- X - promover a educação infantil;*
- XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;*
- XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;*
- XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;*
- XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;*
- XV - dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;*
- XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;*
- XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;*
- XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;*
- XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;*
- XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;*
- XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;*
- XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;*
- XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;*
- XXIV - integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;*
- XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;*

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;
XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;
XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.”

A crescente participação do Ministério da Educação em políticas e programas destinados à educação básica é o reconhecimento do caráter estruturante e estratégico desse nível educacional para o desenvolvimento social e econômico do Brasil e de sua população. Orientado por tais objetivos, vêm sendo adotadas políticas sistêmicas que focam a educação básica em sua integralidade – da educação infantil ao ensino médio.

Apresentaremos a seguir uma síntese das principais realizações desta Secretaria no ano de 2012, conduzidas com o objetivo de atender as finalidades e competências institucionais que norteiam a atuação desta UJ. O item 4 deste Relatório apresentará informações mais detalhadas sobre estas realizações, vinculando-as aos objetivos e iniciativas do PPA 2012-2015, e às ações da LOA 2012.

O Programa Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, como parte do Plano Nacional de Educação, compartilha - União, unidades federadas e municípios - as competências políticas, técnicas e financeiras na execução dos programas de manutenção e desenvolvimento da educação, tendo em vista expandir e melhorar a qualidade da educação básica, contribuir para sua universalização e avaliar seu desempenho.

A União incentiva e apoia o adimplemento das vinte e oito diretrizes relacionadas no Decreto nº 6.094/2007 por meio de assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais. Em regime de colaboração, os técnicos das secretarias estaduais de educação e os integrantes de universidades compõem as equipes de assistência do Compromisso Todos pela Educação, o qual se inicia com a adesão ao Plano de Metas do PDE pelos entes, que em seguida passam a elaborar seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), com duração plurianual e construído de forma coletiva com a participação de gestores e educadores locais. Para sua elaboração, subsidiam-se do diagnóstico de quatro dimensões do sistema educacional: gestão, formação de profissionais, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Em 2011, sob a gestão da SEB, foi iniciado o planejamento para o período 2011-2014. A fase de análise dos Planos, por parte do Ministério da Educação, ocorreu em 2012. Para agilizar e dar transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PAR, o MEC disponibilizou o módulo PAR Plano de Metas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, o qual permite identificar entraves na realização das ações e adotar medidas corretivas ao longo da execução.

O PAR completa 6 anos presente em 100% dos estados e quase totalidade dos municípios. Ao favorecer o apoio técnico e financeiro da união aos demais entes, consolida-se como instrumento fundamental de auxílio ao alcance das metas do PNE 2011-2020 (Projeto de Lei em apreciação pelo Congresso Nacional), e consequente melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

Simultaneamente ao planejamento das ações para o próximo quadriênio, representado pelo PAR, em 2012, a SEB centrou esforços na execução das ações de formação de professores e de

profissionais da Educação, de fortalecimento e democratização da gestão, bem como de produção e distribuição de material didático-pedagógico, decorrente de sua participação efetiva na execução física e financeira de um conjunto de 6 ações orçamentárias integrantes dos Programas 2030 – Educação Básica. A descrição e a análise do desempenho dessas ações são apresentadas ao longo deste Relatório – a execução física e financeira consta do item 4.1.

Entre as diversas ações estratégicas conduzidas pela SEB merecem especial atenção o ProInfância, o Brasil Carinhoso e o Programa Mais Educação. Estas ações destacam-se pela importância e abrangência do seu escopo, ressaltados pela participação destas políticas nas grandes agendas intersetoriais de governo, como o Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011, e a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Por fim, estas ações contribuem diretamente para duas prioridades claras do atual governo: o fomento à educação infantil e à educação em tempo integral.

O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) voltado para a construção de novas unidades de educação infantil utilizando projetos padronizados pelo FNDE/MEC e com projetos próprios apresentados pelos municípios. O Programa também atende essas escolas com aquisição de mobiliário e equipamentos e com assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios.

O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal iniciou-se em 2007. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de apoiar a construção de 6 mil unidades escolares para a educação infantil até 2014, com investimento de R\$ 7,6 bilhões. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628 escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas para construção 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Os projetos aprovados englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios) bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidades da educação básica. Entre 2011 e 2012, foram selecionados 4.681 projetos para construção e cobertura, dos quais 3.117 unidades foram aprovadas em 2012, somando investimentos da ordem de R\$ 936 milhões nesse ano.

Em relação ao fomento a educação infantil, em 2012 foi lançada, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, a ação Brasil Carinhoso, na qual o Ministério da Educação tem uma participação importante. O objetivo é ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012.

Em 2012 tornaram-se obrigatórias as transferências de recursos da União aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à ampliação da oferta de educação infantil na rede pública ou conveniada com o poder público, para as novas turmas de educação infantil. Na prática, isso significa um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R\$ 39,6 milhões.

No âmbito da educação integral, o Programa Mais Educação - PME promove o fomento à educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas à ampliação do tempo e do espaço educativo de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes de ensino públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral, considerando-se a jornada escolar diária de, no mínimo, sete (7) horas. Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores. O PME apresenta uma história de crescimento e fortalecimento, tendo sido ampliado significativamente nos últimos dois anos. Em 2011, cerca de 15 mil escolas aderiram ao programa, enquanto em 2012 esse número chegou a mais de 32 mil escolas.

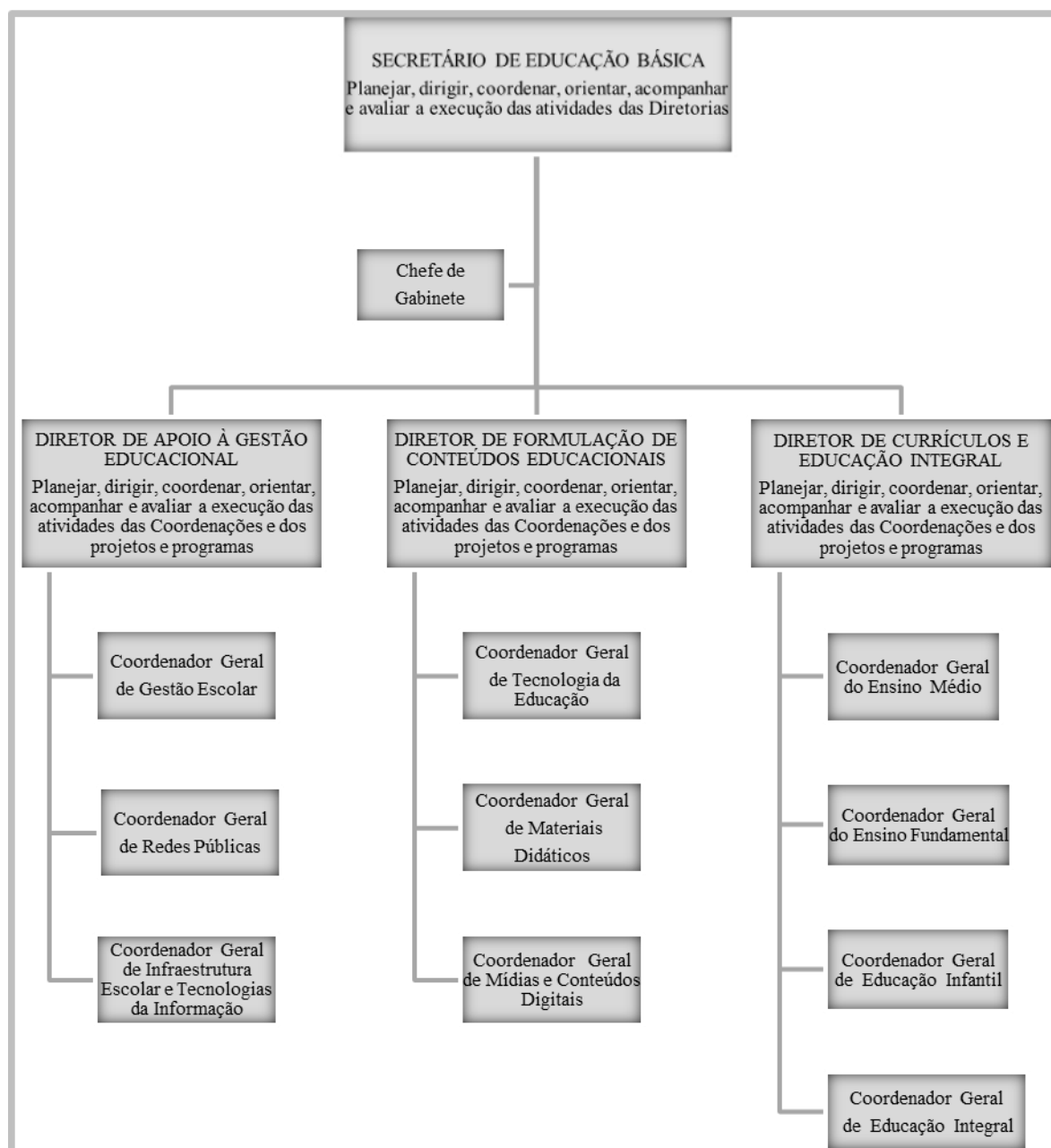
Por fim, no âmbito da formação continuada para professores da educação básica, destaca-se o lançamento, ao final do ano, em novembro de 2012, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PACTO constitui um importante compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes a formação continuada de 362 mil professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; a orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização. No fim de dezembro de 2012, o Pacto já contava com a adesão de todos os estados e de 5.314 municípios brasileiros.

A experiência demonstra que o regime de colaboração é um fator determinante no sucesso da execução das ações de educação, a despeito dos problemas e limitações, internas e externas, enfrentados pela SEB em 2012, a exemplo da reestruturação do MEC que ampliou as competências da SEB, sem o proporcional incremento de recursos humanos e materiais; do longo fluxo de procedimentos impostos pela legislação federal que rege a transferência voluntária de recursos – da apresentação do projeto à liberação dos recursos financeiros; e da complexidade logística inerente à ação de formação, que exige a colaboração efetiva dos parceiros na mobilização em larga escala dos profissionais de educação.

1.3 Organograma Funcional

A Secretaria de Educação Básica compreende três Diretorias - Diretoria de Currículos e Educação Integral, Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais e Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, que estão estruturadas de acordo com o organograma abaixo:

Organograma Estrutural-Funcional da Secretaria de Educação Básica



Fonte: Artigos 38 e 39 do Anexo I do Decreto nº 7.690/2012.

As competências de cada uma das diretorias estão estabelecidas nos artigos 10, 11 e 12 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, a seguir transcritas:

“Art. 10. À Diretoria de Currículos e Educação Integral compete:

- I - subsidiar a formulação das políticas da educação básica;*
- II - propor, fomentar e coordenar ações destinadas à educação básica visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano e ao exercício da cidadania;*
- III - subsidiar a elaboração e a implementação da política nacional da educação básica, estabelecendo princípios, objetivos, prioridades, metas de atendimento e parâmetros de qualidade;*
- IV - promover estudos sobre políticas estratégicas relativas à educação básica, com objetivo de apoiar os sistemas na universalização do atendimento;*
- V - promover estudos sobre estruturas, currículos e organização técnico-pedagógica para o aprimoramento da educação básica;*
- VI - promover o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais visando ao aprimoramento da política nacional de educação básica;*
- VII - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Colégio Pedro II; e*
- VIII - planejar, orientar, coordenar, fomentar e implementar, em âmbito nacional e em parceria com sistemas de ensino e instituições voltadas para a educação, o desenvolvimento de políticas, programas e ações de educação integral e integrada.*

Art. 11. À Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais compete:

- I - propor, apoiar e estimular a produção de tecnologias educacionais inovadoras para a educação básica;*
- II - propor, apoiar e supervisionar a implementação de políticas e ações de desenvolvimento e avaliação de materiais didático-pedagógicos para a educação básica;*
- III - propor a produção de conteúdos, programas educativos e material didático em diferentes mídias, para as diferentes etapas da educação básica;*
- IV - planejar a produção e pós-produção de programas educativos, e a aquisição de produção de terceiros;*
- V - coordenar e acompanhar as produções de conteúdos, programas educativos e material didático a cargo de terceiros, para garantir padrão de qualidade e adequação às orientações curriculares para as diferentes etapas da educação;*
- VI - formular, implementar e apoiar programas que utilizem as tecnologias da informação e da comunicação para promover a interatividade e a integração das diferentes linguagens e mídias, visando à melhoria da qualidade da educação;*
- VII - fomentar, coordenar e avaliar a utilização da tecnologia de redes na educação;*
- VIII - promover estudos dos sistemas informatizados, visando universalizar sua utilização em sala de aula e na gestão educacional;*
- IX - analisar a viabilidade técnica de programas e projetos de tecnologia educacional, adequando-os às políticas e diretrizes nacionais da educação, em todas as etapas e modalidades;*
- X - orientar os sistemas de ensino estaduais e municipais na formulação de normas e no estabelecimento de padrões a serem adotados na utilização de tecnologias da informação e da comunicação;*
- XI - identificar, selecionar, manter e disponibilizar, por meio eletrônico, acervos para uso didático-pedagógico, apoiando o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas de armazenamento e disponibilização;*
- XII - fomentar a utilização de ferramentas de educação a distância;*
- XIII - coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas ao canal de educação denominado TV Escola;*

XIV - planejar e coordenar ações visando à execução de programas e projetos de tecnologia educacional, em todas as etapas e modalidades da educação básica; e

XV - fomentar o desenvolvimento da infraestrutura escolar e da área de tecnologias da informação, junto às redes públicas de ensino nos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Art. 12. À Diretoria de Apoio à Gestão Educacional compete:

I - propor, fomentar e coordenar ações que promovam, junto aos sistemas de ensino, a inserção de problemáticas sociais nos conteúdos escolares e a criação de canais coletivos de formulação, de gestão e de fiscalização das políticas educacionais;

II - promover estudos gerenciais acerca dos sistemas de ensino, visando ao aprimoramento da gestão pública educacional;

III - subsidiar os sistemas de ensino com instrumentos capazes de fortalecer a gestão democrática, atuando na formação de dirigentes, gestores e conselheiros da educação;

IV - incentivar o fortalecimento institucional e a modernização das estruturas das secretarias de educação e das escolas;

V - desenvolver tecnologias voltadas ao planejamento e gestão da rede de escolas da educação básica; e

VI - apoiar a gestão dos programas de formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica pública.”

Apresentaremos a seguir um quadro que traz a identificação dos principais macroprocessos relacionados a cada diretoria da SEB, bem como os principais produtos decorrentes dos macroprocessos identificados, aqui entendidos com as ações relacionados a cada diretoria da SEB.

As ações apresentadas serão abordadas novamente neste documento no item 4.1.4, onde será feita uma análise mais detalhada sobre como foram conduzidas neste exercício de 2012, bem como quais as principais conquistas e obstáculos porventura encontrados.

É importante ressaltar que esta visão está em constante construção. Assim, as definições dos macroprocessos e das suas respectivas ações podem ser aperfeiçoadas a qualquer momento, através de acréscimos, supressões ou redefinições em seus escopo.

Quadro 1.3.1. Identificação dos principais macroprocesso e ações relacionados a cada diretoria da SEB.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA					
Diretoria de Apoio à Gestão Educacional		Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais		Diretoria de Currículos e Educação Integral	
Macroprocessos: <ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização dos profissionais da educação básica Indução do fortalecimento da gestão e do controle social, da cooperação federativa e intersetorial e das formas de colaboração entre os sistemas de ensino 		Macroprocessos: <ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização dos profissionais da educação básica Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral, à garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. 		Macroprocessos: <ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização dos profissionais da educação básica. Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral, à garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Elevar o atendimento escolar de qualidade, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino. 	
Ação orçamentária LOA 2012		Ação orçamentária LOA 2012		Ação orçamentária LOA 2012	
20RJ	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	20RF	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	20RJ	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
20RO	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA	20RJ	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	20RO	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA
20RU	GESTÃO EDUCACIONAL E ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO	20RO	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA	20RU	GESTÃO EDUCACIONAL E ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO
		20RT	CERTAMES E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	20RV	APOIO À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da SEB foram estabelecidos levando em consideração as competências legais e a finalidade desta secretaria, de forma a auxiliá-la no alcance da sua missão. Desta forma, os principais macroprocessos finalísticos identificados são:

1. Elevar o atendimento escolar de qualidade, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino.
2. Promover a valorização dos profissionais da educação básica.
3. Indução do fortalecimento da gestão e do controle social, da cooperação federativa e intersetorial e das formas de colaboração entre os sistemas de ensino
4. Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral, à garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

A consecução destes macroprocessos se deu a partir do seu desdobramento em Ações da LOA 2012, que, por sua vez, relacionam-se diretamente a um conjunto de iniciativas estratégicas. Desta forma, nos quadros 1.4.1 a 1.4.4. presentes no ANEXO I, para cada macroprocesso identificado, são descritos alguns dos principais processos - aqui entendidos como iniciativas - conduzidos no âmbito da SEB, juntamente com a identificação de seus objetivos e beneficiários diretos de maior destaque.

As iniciativas apresentadas serão abordadas novamente neste documento no item 4, onde será feita uma análise mais detalhada sobre como foram conduzidas neste exercício de 2012, quais as principais conquistas e obstáculos porventura encontrados.

É importante ressaltar que esta visão está em constante construção. Assim, as definições dos macroprocessos e das suas respectivas iniciativas podem ser aperfeiçoadas a qualquer momento, através de acréscimos, supressões ou redefinições em seus escopo.

Por fim, cabe ainda destacar que entre as características do PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2013, se sobressai a transversalidade presente em grande parte de seus elementos. Devido a esta transversalidade, diversos órgãos da Administração Direta são co-responsáveis pela implementação de seus programas, objetivos, metas, iniciativas e ações.

A partir do exposto acima, salienta-se que neste Relatório de Gestão a SEB relatará uma síntese das suas principais realizações no que couber a ela quanto aos programas, objetivos, iniciativas e ações aqui apresentados. O Relatório de Gestão 2012 confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução de todos os atributos do Programa da Educação Básica. Mais informações poderão ser obtidas nos relatório apresentado por outras unidades jurisdicionadas que também possuem objetivos, metas, iniciativas e ações relacionadas ao Programa da Educação Básica (2030). Desta forma, parte das iniciativas identificadas nos quadros a seguir, poderão apresentar informações mais detalhadas nos relatórios de gestão apresentados por outras Unidades Jurisdicionadas.

1.5 Macroprocessos de Apoio

A seguir apresentamos quadro com a identificação do macroprocesso de apoio identificado, essencial para o funcionamento desta UJ: Apoiar a execução e implementação das ações da SEB.

Visando exemplificar como este macroprocesso foi conduzido durante o ano de 2012, apresentamos no mesmo quadro o seu desdobramentos em processos, juntamente com a identificação de seus produtos, beneficiários e necessidades a serem atendidas. Os processos apresentados serão abordados novamente neste documento no subitem 4.2., onde será feita uma análise mais detalhada sobre como foram conduzidos neste exercício de 2012.

É importante ressaltar que esta visão está em constate construção. Assim, as definições dos macroprocessos e dos seus processos podem ser aperfeiçoadas a qualquer momento, através de acréscimos, supressões ou redefinições em seu escopo.

Quadro 1.5. Macroprocessos de apoio

MACROPROCESSO:			
Apoiar a execução e implementação das ações da SEB.			
PROCESSO	PRODUTOS	BENEFICIÁRIOS	NECESSIDADES
Emissão de Passagens e Diárias	Passagens emitidas e diárias pagas	- Gabinete da SEB - Diretorias da SEB	Emitir passagens e pagar diárias para dirigentes, colaboradores e servidores que necessitam implementar ações da SEB em outras localidades que não a de origem.
Realização de Eventos	Eventos realizados	- Diretorias da SEB	Gerenciar e fiscalizar a contratação de eventos que visam a implementação de ações da SEB.
Distribuição de Material	Material entregue	- Gabinete da SEB - Diretorias da SEB	Distribuir material necessário a execução dos trabalhos tanto nas áreas meio quanto na áreas fim.

1.6 Principais Parceiros

Na implementação de seus macroprocessos finalísticos a Secretaria de Educação Básica conta com alguns parceiros internos e externos. De modo geral, os atores mais envolvidos com a Educação Básica são a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e Consed (Conselho Nacional dos Dirigentes Estaduais de Educação), que são chamados a discutir quando são detectados problemas ou o não cumprimentos de metas de políticas públicas. O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) destaca-se como importante parceiro em praticamente todas as iniciativas conduzidas, já que é o executor de grande parte das ações desenvolvidas por esta secretária. Sobressaem-se também, como parceiros de relevada importância, os entes federados: municípios, estados e distrito federal, uma vez que a maior parte das iniciativas conduzidas por esta Secretaria conta com a adesão voluntária dos mesmos. Sem o seu envolvimento e comprometimento, não seria possível alcançar os objetivos perseguidos pelos programas propostos.

Por fim, ainda de maneira geral, destaca-se a parceria com as Universidades e Institutos Federais (e em menor número as Estaduais), responsáveis por promover qualificações e pesquisas, além repassar bolsas de estudo por meio de descentralizações orçamentárias, bem como as parcerias com as demais Secretarias do MEC, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Além destas parcerias, algumas iniciativas conduzidas por esta secretaria contam com um número expressivo de parceiros específicos. Estas iniciativas e seus parceiros são descritos nos quadros a seguir.

Quadro 1.6.1 Principais parceiros

Iniciativa	Parceiros
Prêmio Professores do Brasil	Fundação Volkswagen
	Instituto Votorantim
	Fundação SM
	Abrelivros
	OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos
	UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
	Capes
	Undime
	Consed
Olimpíadas da Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro	Fundação Itaú Social
	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)
	Canal Futura
	Consed
	Undime
Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	Instituto de Matemática Aplicada (IMPA)
	Capes
	Sociedade Brasileira de Matemática
Mais Educação	SECADI - Diretoria de políticas de Educação do Campo – Coordenação do Campo (parceiro interno)

	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Iniciativas	Parceiros
Mais Educação	Ministério do Desenvolvimento Social
	Ministério do Esporte
	Ministério da Cultura
	Universidades Públicas
	UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação/ Escolas municipais e estaduais.
Saúde na Escola	SECADI – Coordenação de Direitos Humanos (parceiro interno)
	Ministério da Saúde
	Universidades Públicas
	UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Saúde / Escolas municipais e estaduais.
	Ministério da Justiça
	FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
Escola Aberta	SECADI - Diretoria de políticas de Educação do Campo (parceiro interno)
	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
	Universidades Públicas
	UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
	Secretarias Estaduais e Municipais de Educação/ Escolas municipais e estaduais.

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria Executiva do MEC, tendo em vista suas atribuições, possui como objetivo garantir o Alinhamento Estratégico do Ministério da Educação. Da mesma forma como ocorreu entre 2007 e 2011 (onde foi conduzindo um alinhamento entre o Plano de Desenvolvimento da Educação, o Plano Plurianual 2008-2011 e o Plano Nacional de Educação 2001-2010), ao longo do exercício de 2012 trabalhou-se pelo alinhamento das metas do PNE 2011-2020 (em tramitação no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 8035/2010) com os elementos do PPA 2012-2015. O PNE 2001-2010 continha 286 metas. A redução para 20 metas do novo PNE facilitou o alinhamento com o PPA 2012-2015 e com as ações estratégicas do MEC, previstas no PDE (a ser atualizado, idealmente após a aprovação do PNE no Congresso Nacional).

De forma complementar, em 2012 ocorreram encontros entre as Secretarias do Ministério com o intuito de realizar Alinhamento Estratégico entre suas respectivas ações e o PNE. Neste alinhamento foram definidos um conjunto de objetivos estratégicos e desafios prioritários (diretamente relacionados às metas PNE) para o Ministério da Educação. Posteriormente a estes encontros, foi feito pela Secretaria Executiva do MEC um trabalho de alinhamento dos objetivos, desafios, metas e iniciativas presentes nos diversos instrumentos de planejamento.

Desta forma, diante do exposto fica evidente que a SEB está inserida num contexto de planejamento estratégico maior. Apresentaremos, portanto, neste documento, o planejamento estratégico no que cabe a SEB. Desta forma, dadas, de um lado, as competências institucionais e estrutura organizacional da Secretaria de Educação Básica, já citadas neste Relatório de Gestão, e do outro os diferentes documentos de planejamento desenvolvidos pelo Ministério da Educação, foi possível chegar ao quadro 2.1.1. apresentado a seguir.

Com o objetivo de identificar como se dá o planejamento das ações desta UJ, o quadro traz o relacionamento entre o PPA 2012-2015 (Objetivos do Programa Temático 2030), o Alinhamento Estratégico (objetivos e desafios) e as principais iniciativas desenvolvidas no âmbito desta Secretaria. Desta forma, explicita a relação entre as diferentes instâncias de planejamento e execução representadas pela alta gestão do Ministério da Educação (Alinhamento), o PPA (instrumento oficial de planejamento) e as iniciativas (diretamente relacionadas as ações da LOA). Esta visão está em constatare construção, assim os elementos do quadro e suas relações podem ser aperfeiçoados a qualquer momento, através de acréscimos, supressões ou redefinições em seus escopo.

Cabe destacar, como já dito anteriormente, que entre as características do no PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2013, se sobressai a transversalidade presente em grande parte de seus elementos. Desta forma, salienta-se que devido a transversalidade dos programas temáticos, objetivos e iniciativas do PPA 2012-2015, o quadro 2.1.1. apresentado a seguir não pretende exaurir as iniciativas relacionadas aos objetivos citados. Traz somente as iniciativas que se referem, de alguma maneira, à SEB. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem objetivos, metas, iniciativas e ações relacionadas ao Programa da Educação Básica (2030).

Por fim, as iniciativas apresentadas encontram-se em diferentes estágios. Algumas, como o PACTO, passaram o exercício de 2012 na etapa de planejamento, tendo sua execução efetivamente iniciada apenas ao final do ano. Outras, estão em plena execução, com uma trajetória de consolidação, como PDDE, PNLD e o PNATE.

Quadro 2.1.1 Planejamento estratégico das ações da UJ

<u>Objetivo PPA</u>	<u>Objetivos Estratégicos</u>	<u>Desafios prioritários</u>	<u>Iniciativas</u>
0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	1.1. Elevar o atendimento escolar de qualidade, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino.	Educação infantil: Universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos até 2016 e atender a 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches até o final da vigência do PNE.	Proinfância (PAC 2)
		Educação básica: elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	Brasil Carinhoso Quadras Poliesportivas Escolares (PAC 2)
0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.	1.2. Promover a valorização dos profissionais da educação básica.	Valorização dos professores e gestores: Ofertar a professores e demais profissionais da educação básica formação inicial e continuada em sua área de atuação e contribuir com estados e municípios na garantia de piso salarial e planos de carreira adequados.	Formação inicial e continuada de profissionais da educação básica
			Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
			Pró letramento
			Mais Educação
			Escola de Gestores
SINAFOR			

<u>Objetivo PPA</u>	<u>Objetivos Estratégicos</u>	<u>Desafios prioritários</u>	<u>Iniciativas</u>
0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.	1.3. Apoiar o desenvolvimento da educação básica segundo os princípios de equidade, pluralidade, acessibilidade, direitos humanos, gestão democrática e educação ao longo da vida.	Alfabetização na idade certa: assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
		Valorização do ensino médio: Universalizar o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos até 2016 e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até o final da vigência do PNE.	Ensino Médio Inovador
		Educação integral: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.	Mais Educação Ensino Fundamental
			Ensino Médio Inovador
		Educação básica: elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	Plano de Ações Articuladas - PAR
			Programa Saúde na Escola - PSE
			PDE-Escola
			Programa Nacional do Livro Didático - PNLD
Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE			
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE			
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE			
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE			
<u>Objetivo PPA</u>	<u>Objetivos Estratégicos</u>	<u>Desafios prioritários</u>	<u>Iniciativas</u>
0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.	1.4. Produzir informações estatísticas, estudos e avaliações fortalecendo a gestão e o controle social.	Estudos e avaliações: aprimorar os Sistemas de Avaliação da Educação Básica.	Provinha Brasil
			Pradime
			Pró-Conselho
			Conselhos Escolares

A crescente participação do Ministério da Educação em políticas e programas destinados à educação básica é o reconhecimento do caráter estruturante e estratégico desse nível educacional para o desenvolvimento social e econômico do Brasil e de sua população. A atuação do Ministério da Educação nesse campo baseia-se na tríade: acesso/permanência, equidade e qualidade. Orientado por tais objetivos, vêm sendo adotadas políticas sistêmicas que focam a educação básica em sua integralidade – da educação infantil ao ensino médio.

Apresentaremos a seguir uma síntese das principais realizações desta Secretaria no ano de 2012, que tiveram como eixo norteador os objetivos e desafios identificados no processo de planejamento descrito. O tópico 4 deste Relatório apresentará informações mais detalhadas sobre estas realizações, vinculando-as aos objetivos e iniciativas do PPA 2012-2015 e ações da LOA 2012.

O Programa Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, como parte do Plano Nacional de Educação (PNE), compartilha - União, unidades federadas e municípios - as competências políticas, técnicas e financeiras na execução dos programas de manutenção e desenvolvimento da educação, tendo em vista expandir e melhorar a qualidade da educação básica, contribuir para sua universalização e avaliar seu desempenho.

Em 2011, sob a gestão da SEB, foi iniciado o planejamento para o período 2011-2014. A fase de análise dos Planos, por parte do Ministério da Educação, ocorreu em 2012. Para agilizar e dar transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PAR, o MEC disponibilizou o módulo PAR Plano de Metas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, o qual permite identificar entraves na realização das ações e adotar medidas corretivas ao longo da execução.

Simultaneamente ao planejamento das ações para o próximo quadriênio, representado pelo PAR, em 2012, a SEB centrou esforços na execução das ações de formação de professores e de profissionais da Educação, de fortalecimento e democratização da gestão, bem como de produção e distribuição de material didático-pedagógico, decorrente de sua participação efetiva na execução física e financeira de um conjunto de 6 ações orçamentárias integrantes dos Programas 2030 – Educação Básica. A descrição e a análise do desempenho dessas ações são apresentadas ao longo deste Relatório – a execução física e financeira consta do item 4.1.

Entre as diversas ações estratégicas conduzidas pela SEB merecem especial atenção o Proinfância, o Brasil Carinhoso e o Programa Mais Educação. Estas ações destacam-se pela importância e abrangência do seu escopo, ressaltados pela participação destas políticas nas grandes agendas intersetoriais de governo, como o Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011, e a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Por fim, estas ações contribuem diretamente para duas prioridades claras do atual governo: o fomento à educação infantil e à educação em tempo integral.

O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) voltado para a construção de novas unidades de educação infantil utilizando projetos padronizados pelo FNDE/MEC e com projetos próprios apresentados pelos municípios. O Programa também atende essas escolas com aquisição de mobiliário e equipamentos e com assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios.

O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal iniciou-se em 2007. A partir de 2011, o Proinfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de apoiar a construção de 6 mil unidades escolares para a educação infantil até 2014, com investimento de R\$ 7,6 bilhões. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628

escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas para construção 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda em relação ao fomento a educação infantil, em 2012 foi lançada, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, a ação Brasil Carinhoso, na qual o Ministério da Educação tem uma participação importante. O objetivo é ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento.

Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012.

Em 2012 tornaram-se obrigatórias as transferências de recursos da União aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à ampliação da oferta de educação infantil na rede pública ou conveniada com o poder público, para as novas turmas de educação infantil. Na prática, isso significa um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R\$ 39,6 milhões.

No âmbito da educação integral, o Programa Mais Educação - PME promove o fomento à educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas à ampliação do tempo e do espaço educativo de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes de ensino públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral, considerando-se a jornada escolar diária de, no mínimo, sete (7) horas. Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores. O PME apresenta uma história de crescimento e fortalecimento, tendo sido ampliado significativamente nos últimos dois anos. Em 2011, cerca de 15 mil escolas aderiram ao programa, enquanto em 2012 esse número chegou a mais de 32 mil escolas.

Por fim, lançado ao final do ano, em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes a formação continuada de 362 mil professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; a orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização. No fim de dezembro de 2012, o Pacto já contava com a adesão de todos os estados e de 5.314 municípios brasileiros.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As estratégias de atuação da SEB frente as suas responsabilidades institucionais e objetivos estratégicos baseiam-se nas diretrizes presentes no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, nos termos dos 28 incisos do artigo 2º do Decreto nº 6.094 de abril de 2007, a seguir transcritos:

- I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;*
- II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;*
- III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;*
- IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;*
- V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;*
- VI - matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;*
- VII - ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular;*
- VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;*
- IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;*
- X - promover a educação infantil;*
- XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;*
- XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;*
- XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;*
- XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;*
- XV - dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;*
- XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;*
- XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;*
- XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;*
- XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;*
- XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;*
- XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;*
- XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;*
- XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;*
- XXIV - integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;*

XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.”

As estratégias aqui descritas norteiam toda a atuação da SEB, relacionando-se diretamente com os objetivos e desafios descritos no item anterior. Elas se concretizam na forma das diversas iniciativas conduzidas por esta secretaria, cujas principais realizações e eventuais obstáculos encontrados são descritos ao longo deste Relatório, especialmente no subitem 4.1.

Destaca-se que grande parte das iniciativas conduzidas pela SEB se caracterizam por serem ações de fomento às redes municipais e estaduais de educação. Tendo em vista que a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), determina à União: “Art. 8º, § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. Ademais, a mesma lei determina que:

“Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

.....

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

.....

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

.....

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Diante do exposto, é importante ponderar que a educação básica, e por consequência as ações a ela direcionadas, são de responsabilidade dos estados e municípios, atuando o governo federal, com característica de fomento, de articulação da política nacional de educação e de prestação de assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função

redistributiva e supletiva. É exatamente por essa questão que as ações desenvolvidas no âmbito do Governo Federal possuem característica de fomento quando relacionadas à educação básica e o cumprimento das metas a ela relacionada depende de esforço conjunto da União, Distrito Federal, estados e municípios.

A União incentiva e apoia o adimplemento das vinte e oito diretrizes relacionadas no Decreto nº 6.094/2007, aqui apresentadas, por meio de assistência técnica aos sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais. Em regime de colaboração, os técnicos das secretarias estaduais de educação e os integrantes de universidades compõem as equipes de assistência do Compromisso Todos pela Educação, o qual se inicia com a adesão ao Plano de Metas do PDE pelos entes, que em seguida passam a elaborar seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), com duração plurianual e construído de forma coletiva com a participação de gestores e educadores locais. Para sua elaboração, subsidiam-se do diagnóstico de quatro dimensões do sistema educacional: gestão, formação de profissionais, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos. Assim, o Plano de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual, passou a ocupar o lugar dos convênios unidimensionais e efêmeros. Portanto, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do Ministério da Educação aos estados, municípios e DF estão vinculadas à adesão ao plano de metas e à elaboração do PAR.

O PAR é, portanto, multidimensional, e sua temporalidade o protege daquilo que tem sido o maior impeditivo do desenvolvimento do regime de colaboração: a descontinuidade das ações a cada troca de equipe. Além disso, o PAR identifica as demandas para as ações do MEC e organiza a chegada desses programas aos entes federados, de forma a respeitar a capacidade de execução de cada um.

O Plano estabelece 28 diretrizes e um conjunto de metas a serem atingidas por cada escola, cada município e cada estado, pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. É a conjugação dos esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios, em regime de colaboração, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Com o PAR, o estado/município pode identificar suas fragilidades e planejar ações para superá-las.

O PAR cumpre, a um só tempo, três papéis diferentes e igualmente importantes: promove eficácia, democracia e governabilidade para a gestão. Para a elaboração do Plano de Ações Articuladas, os entes utilizam, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), o módulo PAR, que pode ser acessado de qualquer computador conectado à internet.

Ao favorecer o apoio técnico e financeiro da união aos demais entes, o PAR consolida-se como instrumento fundamental de auxílio ao alcance das metas do PNE 2011-2020 (Projeto de Lei em apreciação pelo Congresso Nacional), e consequente melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

A experiência demonstra que o regime de colaboração é um fator determinante no sucesso da execução das ações de educação, a despeito dos problemas e limitações, internas e externas, enfrentados pela SEB em 2012, a exemplo da reestruturação do MEC que ampliou as competências da SEB, sem o proporcional incremento de recursos humanos e materiais; do longo fluxo de procedimentos impostos pela legislação federal que rege a transferência voluntária de recursos – da apresentação do projeto à liberação dos recursos financeiros; e da complexidade logística inerente à ação de formação, que exige a colaboração efetiva dos parceiros na mobilização em larga escala dos profissionais de educação.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Como em diversas políticas de Estado, os impactos das iniciativas planejadas e conduzidas pela SEB só poderão ser aferidos em médio e longo prazo. No entanto, os diferentes instrumentos de Alinhamento e Planejamento desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação, apresentam metas e indicadores desenhados de forma a permitir o acompanhamento das principais conquistas e avanços obtidos. Entre estes instrumentos de planejamento destacam-se o PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2013, e o PNE 2011-2020 (em tramitação no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 8035/2010).

Convém observar que as metas físicas do PPA 2012-2015 da Educação, plano plurianual elaborado no primeiro semestre de 2011, referenciaram-se no Anexo de Metas e Estratégias do Projeto de Lei do Plano Nacional da Educação - PNE, desde então em discussão no Congresso Nacional para vigência nos dez anos seguintes à publicação da Lei. Grande parte das metas adotou, como instrumentos de mensuração, indicadores educacionais referenciados aos valores apurados em 2009 e tendo como projeção uma evolução progressiva até os valores propostos no PNE, cujo ano final passa a ser 2023 supondo a vigência do PNE a partir de 2013. Desse modo a referência básica para o PPA é o projeto do PNE. Não há previsões quantificadas no PPA de metas físicas para o exercício de 2012 ou qualquer outro ano posterior, tendo em vista que a elaboração do referido plano não exigia essa desagregação.

De acordo com o que já foi apresentado neste Relatório, fica evidenciado que são diversas as iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal que estão diretamente relacionadas à educação básica. Dentre este rol de iniciativas, podemos destacar algumas ações estratégicas dentro do escopo de atuação desta Secretaria. Neste item do relatório de gestão, daremos destaque as realizações e metas diretamente relacionadas com estas ações consideradas estratégicas. As demais iniciativas conduzidas no âmbito da SEB, terão seus resultados, metas, conquistas e eventuais problemas encontrados detalhados em outros itens deste relatório, em especial no item 4.

Entre as diversas ações estratégicas conduzidas pela SEB, no exercício de 2012, merecem especial atenção o Proinfância, o Brasil Carinhoso e o Programa Mais Educação. Estas ações destacam-se pela importância e abrangência do seu escopo, ressaltados pela participação destas políticas nas grandes agendas intersetoriais de governo, como o Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011, e a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Por fim, estas ações contribuem diretamente para duas prioridades claras do atual governo: o fomento à educação infantil e à educação em tempo integral.

Educação Infantil

O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) voltado para a construção de novas unidades de educação infantil utilizando projetos padronizados pelo FNDE/MEC e com projetos próprios apresentados pelos municípios. O Programa também atende essas escolas com aquisição de mobiliário e equipamentos e com assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios.

O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal iniciou-se em 2007, e até o exercício de 2011 foram celebrados convênios para construção de 2.543 escolas de educação infantil, utilizando projetos padronizados pelo MEC e também por meio de projetos próprios dos proponentes. A partir de 2011, o Proinfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de apoiar a construção de 6 mil unidades escolares para a educação infantil até 2014, com investimento de R\$ 7,6 bilhões. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628

escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas para construção 3.135 creches/pré-escolas.

O fomento à ampliação da oferta de educação infantil é uma prioridade para o Governo Federal e a ação de construção de creches e pré-escolas é uma das ações prioritárias que coaduna para a referida ampliação. Assim o Proinfância e consiste basicamente em apoio técnico e financeiro aos municípios para a construção de unidades de educação infantil de qualidade. Esta ação contribui para a ampliação do número de matrículas na educação infantil de forma a garantir acesso à educação desde a primeira infância.

Ainda em relação ao fomento a educação infantil, em 2012 foi lançada, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, a ação Brasil Carinhoso, na qual o Ministério da Educação tem uma participação importante. O objetivo é ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012.

Em 2012 tornaram-se obrigatórias as transferências de recursos da União aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à ampliação da oferta de educação infantil na rede pública ou conveniada com o poder público, para as novas turmas de educação infantil. Na prática, isso significa um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R\$ 39,6 milhões.

Educação em tempo integral

O Programa Mais Educação - PME promove o fomento à educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas à ampliação do tempo e do espaço educativo de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes de ensino públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral, considerando-se a jornada escolar diária de, no mínimo, sete (7) horas. Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

O PME busca colaborar para que o Brasil supere a “escola de turnos” através de políticas continuadas que incidam na melhoria e adequação do espaço escolar, na formação de gestores, professores e monitores e na constituição do conjunto de condições que permitam a concretização de uma educação integral na escola de “dia inteiro”.

O PME apresenta uma história de crescimento e fortalecimento, tendo sido ampliado significativamente nos últimos dois anos. Em 2011, cerca de 15 mil escolas aderiram ao programa, enquanto em 2012 esse número chegou a mais de 32 mil escolas.

Por outro lado, o MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou em 2011, junto ao MDS, um esforço de identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e

mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2012. O objetivo era expandir o Programa Mais Educação para uma seleção de escolas que contam com maioria de alunos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao todo são 14 mil escolas urbanas e 10 mil escolas do campo. A escolha está relacionada ao fato de que os beneficiados pelo Bolsa Família refletem o quadro histórico de desigualdade e situações de vulnerabilidades sociais. Dentre as mais de 32 mil escolas que aderiram ao programa em 2012, mais de 18 mil, faziam parte das escolas elencadas como prioritárias, por possuírem, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, mais de 50% dos alunos beneficiários do programa Bolsa Família.

Existem quatro metas do PPA 2012-2015 que se referem às ações estratégicas descritas aqui, a saber:

1. Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE.
2. Elevar progressivamente taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE.
3. Apoiar a construção de 7.000 creches e pré-escolas.
4. Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE.

Como já dito anteriormente, não há previsões quantificadas no PPA de metas físicas e financeiras para o exercício de 2012 ou qualquer outro ano posterior, tendo em vista que a elaboração do referido plano não exigia essa desagregação. No entanto, é possível fazer uma análise crítica da evolução destas metas. A avaliação destas quatro metas aqui identificadas, bem como das demais metas presentes no PPA relacionadas ao escopo de atuação da SEB, será feita no item 4.1.2 deste Relatório de Gestão.

No PPA 2012-2015, os Programas Temáticos de educação apresentam indicadores que têm por finalidade mensurar o resultado das políticas educacionais pelo valor apurado em pesquisas na sociedade brasileira ou em censos escolares nas instituições públicas e privadas de ensino de todo o país. São tarefas abrangentes, que demandam tempo para consolidação e publicação, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), geralmente disponíveis para o público somente a partir do terceiro trimestre do ano posterior à pesquisa, ou os censos escolares do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia do MEC, geralmente publicados após o segundo trimestre do ano seguinte ao levantamento anual.

Será pertinente observar que o objetivo da maior parte dos indicadores sociais de educação selecionados no PPA, de mensurar a efetividade das políticas educacionais pelo efeito medido na sociedade, fica sujeito a algumas considerações e restrições. Por exemplo, o resultado do possível atingimento da meta em um único ano de comparação geralmente é insuficiente para uma correta interpretação, pois tal resultado representa o acúmulo de esforços, iniciativas, ações e investimentos que não se restringem a esse mesmo ano, mas se estendem a dois, três ou mais anos anteriores. Impactos de longo prazo podem até extrapolar uma geração. Por isso uma avaliação mais completa não deve limitar-se a examinar um único ano, mas envolver pelo menos o exame de tendências e projeções. O mesmo se pode dizer sobre o efeito educacional durante o ciclo escolar em que a aprendizagem resulta do acúmulo de práticas e dedicação no passado.

O PPA 2012-2015, elaborado em meados de 2011, definiu metas para muitos de seus indicadores tomando como referência os valores apurados no ano de 2009 ou 2010 e propondo uma evolução progressiva até a meta final do PNE a partir desse ponto. Assim, ainda que não se tenha disponível o valor apurado de 2012, pode-se avaliar o progresso histórico até 2011 de cada indicador para balizar sua evolução a partir do ano 2009 ou 2010 em direção aos alvos propostos no Plano Nacional de Educação - PNE. O Plano Nacional de Educação é uma exigência constitucional que deve servir de

integração das ações do Poder Público, como referência plurianual e base estratégica para políticas públicas da educação nacional nas três esferas de governo no seu período de vigência, no caso atual até o ano de 2023 supondo-se que a Lei do PNE seja finalmente votada em 2013. Em função do caráter nacional do Plano o cumprimento de suas Metas e Estratégias vai depender do esforço conjunto de todos os entes federados.

Convém destacar que o Ministério da Educação possui um sistema eletrônico desenhado para monitorar, avaliar e acompanhar o andamento das políticas e planos educacionais inclusive dos programas do PPA no Ministério da Educação. Este sistema é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC. O SIMEC foi desenvolvido em uma plataforma Web a fim de permitir o seu acesso em todas as regiões do País e com o objetivo de melhorar o processo de monitoramento de planos, programas e ações do Ministério da Educação. Ele também possibilita o registro de entraves e restrições para melhor enfrentamento dos problemas. O registro histórico de evolução de um grande número de indicadores educacionais, inclusive os correspondentes às metas do PPA, mas não limitados a eles, é regularmente atualizado e pode ser acessado no Painel de Indicadores do SIMEC. As informações do SIMEC podem ser acessadas por meio do módulo público disponível no Portal do MEC, ou por meio de solicitação de senha.

2.4. Indicadores

Os indicadores foram construídos com base em estudos e adaptados segundo a realidade de cada item a ser medido. Após apreciação e validação pela Secretaria, encontram-se em processo de implementação e estão disponibilizados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) para sua efetiva aplicação como instrumento de eficiência, eficácia e efetividade. O quadro 2.4, presente no ANEXO I, apresenta a síntese dos indicadores institucionais construídos.

Vale salientar que esses indicadores não exaurem todas as possibilidades, no entanto correspondem aos indicadores de gestão relacionados às ações prioritárias presentes na Secretaria de Educação Básica, não descartando a criação de outros indicadores a qualquer momento, caso se julgue necessário. Observa-se ainda que a definição dos indicadores ocorreu, não pela quantidade de informações, mas priorizando indicadores que sintetizem as informações essenciais à gestão, viabilizando a celeridade da tomada de decisão.

PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Os itens 3.1 Estrutura de Governança e 3.3 Remuneração Paga a Administradores, não se aplicam a natureza jurídica da SEB, e portanto não serão preenchidos. Para os itens 3.4. Sistema de Correição e 3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria n° 1.043/2007 da CGU, não houve ocorrência no exercício de 2012 referente a esta UJ, e por isso também não serão apresentados neste relatório

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Análise Crítica:

CRITICA

A SEB vem investindo continuamente na implementação e na melhoria de seu sistema de controle, em todos os aspectos - Avaliação de Risco, Ambiente de Controle, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento.

Desde 2009, a SEB esteve empenhada na construção de sistemas de gestão das suas políticas, que consiste em monitoramento, por meio de relatórios parcial e finais sobre a execução dos programas, encaminhados pelas instituições parceiras e indicadores de monitoramento, por exemplo. Por meio desse monitoramento, a SEB vem induzindo as instituições a refletir sobre o desempenho alcançado, e a identificar fatores de ordens diversas - gargalos, pontos de estrangulamento - que incidem sobre o cumprimento ou não das metas pactuadas. Esse são os elementos que permitirão qualificar os processos de avaliação e que também permitirá à Secretaria promover uma gestão mais qualificada,

produtiva e eficaz dos programas sob sua responsabilidade - esse resultado pode ser explicado pelo déficit de pessoal (observar quadro 6.1.2), em quantidade e com o conhecimento especializado e o necessário distanciamento para proceder a uma análise isenta dos documentos. O que torna urgente a consolidação de um sistemas informatizados e integrado de gestão, que contemplem desde a formulação da demanda PAR, a execução tanto orçamentário-financeira quando física na ponta, até a alimentação do painel de controle.

Os esforços de sistematização de informações da Secretaria de Educação Básica, em alinhamento com praticamente todo o Ministério da Educação, principalmente por meio do SIMEC, tem possibilitado um significativo avanço, principalmente nas ações de monitoramento, o que tem permitido a toma de decisões de forma mais célere e, por consequência, melhoria significativa no controle interno da UJ.

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Este Relatório de Gestão 2012 apresenta diferenças sensíveis em relação aos relatórios de anos anteriores, uma vez que houve uma reformulação no desenho do novo PPA. A Mensagem Presidencial de 2011, que apresentou o Plano Plurianual 2012-2015: “Plano Mais Brasil: Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação.”, traz alguns apontamentos sobre a natureza e as características deste novo instrumento de planejamento, sobressaltando a desvinculação do novo modelo entre planejamento e orçamento, e a sua transversalidade, a saber:

“O PPA 2012-2015, possui uma estrutura inovadora que reflete uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no período recente, como o PAC, o Bolsa Família, o PDE e o Minha Casa, Minha Vida, entre outros. O PPA é um mecanismo que o Constituinte criou em substituição ao antigo Orçamento Plurianual de Investimentos na tentativa de instituir um instrumento que tenha natureza de Plano. Nesses termos, o PPA deve preservar as diferenças essenciais relativas ao Orçamento, particularmente o período de tempo considerado, o enfoque insumoproduto, os níveis de agregação e as relações com unidades organizacionais.

Assim, as alterações na estrutura do PPA decorrem do aprendizado do governo na implementação de políticas exitosas responsáveis pelo desenvolvimento recente no Brasil e, também, dos limites da estrutura anterior que permitia uma sobreposição entre Plano e Orçamento, dois institutos que, apesar de complementares, possuem diferenças essenciais. O Plano foi construído a partir da dimensão estratégica definida pelo governo e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional. A partir daí foram concebidos os Programas, que, no modelo de administração tradicional, respondem pela dimensão tática do PPA.

Outra inovação no PPA é a inexistência do detalhamento das Ações, que agora constam apenas dos Orçamentos. A alteração visa a garantir uma distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles. A sobreposição anterior confundia o PPA com o Orçamento à medida que mantinha níveis idênticos de agregação entre os instrumentos.

Os Objetivos constituem-se na principal inovação deste Plano, na medida em que expressam as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. (...) Como vários Objetivos estão qualificados pela forma de implementação, é importante lembrar que o planejamento é um instrumento apenas indicativo. Para que tenha aderência ao cotidiano do governo, é preciso que seja flexível, tendo em vista a dinamicidade inerente ao ambiente.

A cada Objetivo estão associadas Metas, que podem ser qualitativas ou quantitativas. As Metas são indicações que fornecerão parâmetros para a realização esperada para o período do Plano. As qualitativas são particularmente interessantes porque ampliam a relação do Plano com os demais insumos necessários à consecução das políticas, além do Orçamento. Cabe destacar, ainda, que elas resgatam no Plano uma dimensão que, anteriormente, confundia-se com o produto das ações orçamentárias. Por isso, as Metas estabelecem uma relação com o cidadão por traduzirem a atuação do governo com mais simplicidade e transparência.

Já as Iniciativas são institutos derivados dos Objetivos e declaram as entregas à sociedade de bens e serviços resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e normativas, de pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e de integração de políticas públicas.(...)

As novas categorias portam uma versatilidade capaz de expressar relações que, antes, eram restritas pela contabilidade pública. Nesses termos, a integração entre as políticas, em especial o tratamento da transversalidade, não está mais limitada pelo desenho das ações orçamentárias com seus respectivos produtos, de forma que a combinação entre Objetivos, Metas e Iniciativas criam condições para uma abordagem mais adequada da relação entre as políticas.”

Entre as inovações trazidas pelo novo modelo de planejamento, destaca-se que os programas temáticos constantes no PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2013 não possuem órgão responsável previsto na lei, devido a transversalidade presente em grande parte deles. Ainda devido a esta transversalidade os programas do PPA 2012-2015 apresentam, em sua maioria, diversos órgãos da Administração Direta responsáveis pela implementação de seus objetivos, metas, iniciativas e ações. Em função disto, destaca-se que neste Relatório a SEB vai relatar uma síntese das suas principais realizações no que couber a ela quanto aos programas, objetivos, iniciativas e ações aqui apresentados. O Relatório de Gestão 2012 confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução dos mesmos. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem objetivos, metas, iniciativas e ações relacionadas ao Programa da Educação Básica (2030).

Por fim, as características de desvinculação do novo modelo PPA entre planejamento e orçamento, e a sua transversalidade são fundamentais para entender a eventual ausência de preenchimento, por parte desta UJ, de algumas das informações presentes em alguns dos quadros constituintes do item 4 deste relatório, em especial no que diz respeito a execução orçamentária de objetivos, metas e iniciativas.

Os subitens 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ, e 4.1.6. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ não serão respondidos, uma vez que não se aplicam a natureza jurídica da SEB.

4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Como dito anteriormente, os programas temáticos constantes no PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2012 não possuem órgão responsável previsto na lei, devido a transversalidade presente em grande parte deles. A Secretaria de Educação Básica traz neste Relatório de Gestão 2012 informações sobre o que lhe cabe ao programa 2030- Educação Básica.

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2030			
Título	Educação Básica			
Órgão Responsável				
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	27.444.257.000,00	32.260.014.948,00	100.178.359.000,00	
b) Outras Fontes	0,00	0,00		
c) Subtotais (a + b)	27.444.257.000,00	32.260.014.948,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	127.622.616.000,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
28.900.646.525,74	21.473.702.342,31	140.697.479,97	7.426.944.183,43	21.333.004.862,34
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0596	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.	Ministério da Educação		
0597	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.	Ministério da Educação		
0598	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições	Ministério da Educação		

	para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Ministério da Educação	
0599	Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações	Ministério da Educação

Análise Crítica

Como dito anteriormente, os programas temáticos constantes no PPA 2012-2015, aprovado pela Lei 12.593/2013 não possuem órgão responsável previsto na lei, devido a transversalidade presente em grande parte deles. Ainda devido a esta transversalidade os programas do PPA 2012-2015 apresentam, em sua maioria, diversos órgãos da Administração Direta responsáveis pela implementação de seus objetivos, metas, iniciativas e ações.

Ainda em relação ao PPA 2012-2015, é importante destacar que ele não apresenta metas físicas e orçamentárias relacionadas aos programas. Assim, a análise crítica aqui apresentada não poderá se referir ao Cumprimento das metas e Superações significativas das metas estabelecidas.

Por fim, a análise do quadro A.4.1 evidencia que os objetivos do Programa 2030 são de responsabilidade do Ministério da Educação, e não da Secretaria de Educação Básica enquanto Unidade Jurisdicionada. Desta forma, o Relatório de Gestão 2012 confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução do Programa 2030. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem objetivos, metas, iniciativas e ações relacionadas ao Programa da Educação Básica (2030). Apresentaremos, nesta análise crítica, uma visão global das principais realizações no ano de 2012 no âmbito do Programa 2030. Esta visão contém informações referentes a iniciativas conduzidas por outras UJ, devido a abrangência do programa que extrapola a atuação da SEB.

A atuação do Governo no campo da Educação Básica baseia-se na tríade: acesso e permanência; equidade e qualidade. Orientado por tais objetivos, tem sido adotadas políticas sistêmicas que focam a educação básica em sua integralidade – abordando desde a educação infantil até o ensino médio – além de considerar a relação de mútua dependência e a necessária articulação com o ensino superior, que é ao mesmo tempo o destino dos egressos do ensino médio e a origem dos professores da educação básica.

Em 2012, o Governo deu continuidade às ações para o desenvolvimento desse nível de ensino, por meio do apoio técnico e financeiro para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

O Plano de Metas, instituído em 2007, é um compromisso formado por um conjunto de 28 diretrizes cuja implementação é amparada pelos Planos de Ações Articuladas (PAR) com vistas à melhoria da educação básica que é avaliada, essencialmente, pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em 2012, houve a divulgação do Ideb referente à avaliação realizada no ano anterior, que apontou que o Brasil atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico — anos

iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio. O Ideb foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

O PAR é uma ferramenta importante de diagnóstico e planejamento educacional dos sistemas de ensino e de institucionalização da relação cooperativa entre o Ministério da Educação e os demais entes federados, cujo fundamento legal foi conferido pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, que ratificou a racionalização e simplificação do processo de transferência de recursos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal ao dispensar a necessidade de firmar convênio, ajuste, acordo ou contrato para apoio na execução de ações.

Em 2012, o PDDE atendeu 134.530 escolas da educação básica, com um investimento, incluindo as ações agregadas ao programa, de R\$ 2.037 bilhões. Foram capacitados cerca de 3.300 dirigentes e técnicos de prefeituras municipais e secretarias estaduais de educação envolvidos com a gestão do PDDE e suas ações.

Com relação à Política Nacional de Educação Infantil, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) contribuiu para construção de escolas e aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas públicas em condições adequadas de funcionamento. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar o PAC 2, com a previsão de construção de mais de seis mil unidades escolares para a educação infantil (creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos) em todo o Brasil até 2014. Entre os anos de 2007 e 2011, o MEC firmou convênios com Municípios para a construção de 2.543 unidades com recursos aprovados da ordem de R\$ 2,4 bilhões. No período de 2012, foi aprovada a construção de 1.628 novas unidades, alcançando 1.610 Municípios no âmbito do PAC 2, o que representou investimentos da ordem de R\$ 2,09 bilhões. Para o exercício de 2013, está prevista a aprovação para a construção de mais 1,5 mil creches e pré-escolas com investimentos de R\$ 1,98 bilhão.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil é o repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essa estratégia faz parte do Brasil Carinhoso e tem por objetivo ampliar o acesso à educação infantil e melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas. Em 2012, mais de 1,9 mil Municípios receberam recursos do Brasil Carinhoso.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes a formação continuada de 362 mil professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; a orientação aos resultados das avaliações externas universais; material didático; e gestão, controle social e mobilização. Em dezembro de 2012, o Pacto contou com a adesão de todos os Estados, do Distrito Federal e de 5.314 Municípios.

O PAC 2 também tem o objetivo de construir quadras esportivas em escolas da educação básica por todo o País, investindo R\$ 4,1 bilhões até 2014. Serão construídas 6.116 novas quadras escolares cobertas e 4 mil coberturas para quadras escolares já existentes. Até 2012, foram selecionados 4.681 projetos para construção e coberturas em 1.755 Municípios, somando investimentos da ordem de R\$ 1,68 bilhão. Para o exercício de 2013 está previsto investimento de R\$ 1,17 bilhão, com vistas ao atendimento de 3.029 projetos.

Em 2012 houve a expansão do Programa Mais Educação, que contempla estratégia e ações de indução da ampliação da jornada escolar e da organização curricular na perspectiva da educação integral, tendo sido priorizadas as escolas que apresentaram o Ideb mais baixo. O programa conta com a adesão de 32.074 escolas, abrangendo 4,8 milhões de alunos, implicando repasses da ordem de R\$ 1,3 bilhão. A meta é alcançar 60 mil escolas até 2014.

O Programa Escola Aberta (PEA) tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade, a ampliação das oportunidades de acesso à formação para cidadania e redução de violências na comunidade escolar. O PEA incentiva e apoia a abertura das escolas nos finais de semana proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais. Em 2012, o PEA atingiu 3.827 escolas, por meio do repasse de R\$ 46,6 milhões, envolvendo aproximadamente 480 mil participantes entre estudantes e comunidade. Para 2013, a expectativa é atingir oito mil escolas.

Como um esforço do Governo em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida dos educandos, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE) por meio da aquisição e distribuição de materiais clínicos e impressos para subsidiar as ações de avaliação clínica e psicossocial das condições de saúde dos estudantes e de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos à saúde por profissionais de educação e de saúde. Em 2012, o MEC destinou R\$ 4,2 milhões para materiais didáticos e R\$ 10,1 milhões para equipamentos e instrumentos clínicos, estando previsto o desembolso de R\$ 28 milhões para 2013.

Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa contou com a adesão de 5.092 Municípios e com mais de 90 mil professores. No ano de 2013, a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro proporcionará aos professores oportunidades de formação à distância e presencial, consubstanciando-se em uma estratégia de mobilização. Também foi realizada em 2012, a 8ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio que contou com mais de 19 milhões de inscritos, oriundos de 46.728 escolas. Para a 9ª edição, prevista para 2013, espera-se a ampliação para 20 milhões de inscritos oriundos de 50 mil escolas.

O Programa Ensino Médio Inovador apoia os Estados na busca da universalização do atendimento do ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, com foco nas áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). Em 2012, o MEC ampliou o seu atendimento para duas mil escolas, envolvendo cerca de 1,27 milhão de matrículas e o repasse de R\$ 102,7 milhões, por meio do PDDE. Pretende-se manter o processo de ampliação nos próximos anos, até atender a totalidade de escolas do ensino médio.

Em 2012, o Ministério da Educação iniciou um processo de redesenho da estratégia de implementação da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica para integrar diversas iniciativas de oferta de cursos e programas de formação a partir do levantamento de demanda junto às escolas, da adequação da oferta pelas universidades e da implementação e monitoramento da formação continuada para professores da educação básica pública brasileira. Em 2012, um total de 58.420 escolas públicas manifestaram, por meio do PDE-Interativo, suas demandas de formação. Com esse modelo, a oferta de cursos compatibiliza-se com a demanda real, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos. A meta é formar 200 mil professores da educação básica em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização até 2014.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) é iniciativa relevante no que diz respeito à qualidade e à equidade na formação de professores. Ancorada em resultados qualitativos, a demanda pelo Pibid fez crescer os números do programa, tendo aumentado de 3.088 bolsas aprovadas em 2009 para um total acumulado de 49.857 em 2012. Há 195 instituições de educação superior

participantes, atendendo a 4.160 escolas públicas, muitas das quais já registram melhoria no Ideb. Em 2012, o investimento no Pibid compreendeu um total de R\$ 217,9 milhões. Em 2013, a meta é incrementar 25 mil novas bolsas, totalizando 75 mil bolsistas.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância (EaD), com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação pública superior no País. O Sistema UAB é integrado por 103 instituições públicas de ensino superior e 645 polos de apoio presencial, distribuídos em todas as unidades da Federação. Estão em andamento 923 cursos, dos quais 371 de graduação e 552 de pós-graduação lato e stricto sensu. Atualmente são 270 mil alunos matriculados, sendo 52,5% em cursos de Licenciatura. De acordo com o Educacenso 2011, mais de 70 mil professores da rede pública da educação básica estão matriculados em cursos do Sistema UAB. O investimento total em 2012 atingiu a cifra de R\$ 365 milhões. Para o ano de 2013, prevê-se a integração de todas as IES públicas do País, tendo como meta 350 mil matrículas. Considerando as dotações suplementares aportadas em 2012, o orçamento necessário para 2013 é da ordem de R\$ 700 milhões, para cobertura do custeio e bolsas ao Sistema UAB.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) destina-se exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que: a) não tenham formação superior; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. O total professores ingressantes matrículas no período de 2009 a 2012 totaliza 58.338 e o investimento em 2012 atingiu R\$ 159 milhões. A previsão para 2013 é de alcançar a meta de 70 mil professores em formação.

Por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR), em 2012, foram ofertadas 58.461 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização nas áreas de educação especial, educação do campo, educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos e educação para as relações étnico-raciais. Para os anos de 2013 e 2014 está prevista a formação de mais 66.010 profissionais.

Em reconhecimento das experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, o MEC confere o Prêmio Professores do Brasil. A 6ª edição do Prêmio, em 2012, alcançou 2.609 inscrições e condecoração de 40 experiências. A expectativa para 2013 é alcançar mais de cinco mil inscrições e a publicação de uma revista cujo conteúdo contemple as experiências premiadas na edição de 2012.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo prover, em ciclos trienais alternados, as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras didáticas complementares de apoio em sala de aula. Dos livros adquiridos para distribuição em 2012, temos o seguinte quantitativo de exemplares: i) 91,8 milhões para alunos do ensino fundamental; ii) 40,9 milhões para os alunos do ensino médio; e iii) 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa para alunos da educação básica e versões acessíveis (MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Foram adquiridos também em 2012, um total de 578 mil acervos de obras complementares para os alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, totalizando 17,3 milhões de exemplares. Para 2013 está previsto um orçamento de R\$ 1,8 bilhão para aquisição e distribuição de 181,2 milhões de livros.

Em 2012 foi implementado o PNLD Alfabetização na Idade Certa com o objetivo de beneficiar os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental, matriculados nas escolas públicas. No âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foram adquiridos 10,7 milhões de livros para distribuição em 2013, com um investimento de R\$ 41,1 milhões.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com o objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal com o fornecimento de obras literárias e demais materiais de apoio à prática da educação básica distribuiu, em 2012, 10,5 milhões de livros, contratados em 2011 e 15,1 milhões de periódicos. Para 2013 serão adquiridos, aproximadamente, 19,4 milhões de livros e 14,9 milhões de periódicos, já contratados em 2012, com previsão de investimentos no valor de R\$ 181,4 milhões.

Para a melhoria da gestão e das práticas pedagógicas nas escolas do campo e quilombolas, em 2012, foi lançado o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que estabelece um conjunto de ações articuladas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica com vistas ao fortalecimento da escola do campo e quilombola. Com relação à formação de professores, foram contemplados em 2012, no âmbito do Pronacampo, 2.163 professores com previsão de beneficiar 15 mil professores até 2014. O PNLD Campo em 2012 selecionou obras didáticas para distribuição a 3,2 milhões de estudantes, considerando as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações. A previsão para 2013 é atender mais de 2,2 milhões de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental do campo.

Destaca-se, ainda, que em 2012, por meio do programa Mais Educação, 9.779 escolas do campo passaram a oferecer educação integral. Foram também atendidas oito mil escolas do campo com recursos financeiros para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas. Serão disponibilizados, até 2014, mais de 50 mil laptops, por meio do Programa Um Computador por Aluno (Prouca); 12 mil laboratórios do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e mais de 101 mil computadores para a atualização dos laboratórios existentes, além da aprovação de projetos para a construção de novas escolas.

Visando contribuir com o acesso e a permanência dos alunos nos estabelecimentos escolares da educação básica pública, residentes em área rural, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) presta assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a manutenção de veículos escolares e a contratação de serviços terceirizados de transporte. Em 2012, foram beneficiadas pelo programa 5.126 prefeituras municipais, além de secretarias estaduais de educação, com investimentos da ordem de R\$ 590.691.208,09. Os recursos do PNATE destinaram-se ao atendimento do transporte escolar a 4.507.241 alunos residentes na zona rural, sendo 279.146 da educação infantil, 3.336.622 do ensino fundamental e 891.473 do ensino médio. Para 2013, está previsto o investimento de R\$ 644 milhões para atender 5.564 Municípios.

O Programa Caminho da Escola possibilita aos Estados e Municípios a renovação e padronização da frota de veículos escolares. Em 2012, o Programa investiu R\$ 2,4 bilhões para aquisição de 11.986 ônibus, sendo 431 por meio de financiamento BNDES, 856 com recursos próprios dos entes, e 10.699 ônibus com recursos do MEC. Além disso, com investimento de R\$ 14,1 milhões foram adquiridas 59.356 bicicletas, das quais 8.716 com recursos do MEC e 50.640 com recursos próprios. Ainda em 2012, foram doadas pelo Programa Caminho da Escola 236 lanchas. Para 2013, está previsto um investimento de R\$ 880 milhões para a aquisição de quatro mil ônibus escolares; R\$ 60 milhões para a aquisição de 200 mil bicicletas; e de R\$ 140 milhões para a aquisição de 700 embarcações.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atendeu, em 2012, mais de 43 milhões de alunos com um investimento de, aproximadamente, R\$ 3,3 bilhões. Considerando a priorização da rede de educação infantil e a necessidade de oferta de alimentação escolar adequada e saudável, o valor per capita para pré-escola passou de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 e o valor per capita para creches passou de R\$ 0,60 para R\$ 1,00, a partir da parcela referente ao mês de junho de 2012. Para 2013, está previsto o investimento de R\$ 3,5 bilhões e o atendimento a cerca de 44 milhões de alunos. Destaca-se que o programa conta com parcerias que propiciam a compra de produtos da agricultura familiar e ações que promovam a alimentação saudável e adequada.

Outra importante ação educacional é o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que visa fomentar o uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio, por meio da disponibilização de recursos técnicos (laboratórios de informática, notebooks, computadores interativos, conexão à Internet em banda larga, projetores multimídia, aparelhos e mídias DVD) atuais e tecnologicamente convergentes. Em 2012, foram entregues 5.508 laboratórios de informática para escolas públicas urbanas e entregues 27.284 laboratórios rurais, beneficiando cerca de 43,5 milhões de alunos em todo o País.

O objetivo do projeto Educação Digital – Política para Computadores Interativos e Tabletes, é oferecer instrumentos e formação aos professores e gestores das escolas públicas para o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Em 2012, foram transferidos, 56.562 computadores com lousas digitais a serem utilizados pelos professores do ensino médio de escolas públicas federais, estaduais e municipais.

Até dezembro de 2012, 24 estados e o Distrito Federal já tinham aderido e assinado os contratos de fornecimento dos tabletes, totalizando 480 mil. São esperados, por meio do projeto, investimentos de cerca de R\$ 150 milhões para a compra de 600 mil tablets para uso dos professores do ensino médio de escolas públicas, além da aquisição de 100 mil computadores interativos, com recursos da ordem de R\$ 182,5 milhões.

A PNAD 2011 registra que mais de um milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo, apontando redução da taxa de analfabetismo de 9,6% em 2010 para 8,6% em 2011. Esse resultado pode ser creditado ao esforço conjunto dos entes federados, principalmente na implementação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). No ciclo 2011, encerrado em meados de 2012, foram beneficiadas 1,4 milhão de pessoas. O ciclo 2012 ainda está em curso, com a previsão de atendimento de mais 1,3 milhão de pessoas.

Os alunos de alfabetização do PBA e da modalidade de Educação de jovens e Adultos (EJA) foram beneficiados, em 2012, com a produção e distribuição de 12,9 milhões de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) com investimentos no valor de R\$ 154,3 milhões. Está prevista para 2013, a aquisição de 7,3 milhões de livros, com recursos da ordem de R\$ 94,5 milhões.

Por fim, com objetivo expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social, nos termos da Lei nº 12.433, de junho de 2011 e do Decreto nº 7.626, de novembro de 2011, foram propostos 22 Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional. Estão previstas mais de 18 mil matrículas em EJA para atender esse público em 2013.

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O programa 2030 – Educação Básica apresenta 4 objetivos de responsabilidade do Ministério da Educação, conforme exposto na Lei 12.593/2012, que aprovou o PPA 2012-2015. Três destes objetivos serão apresentados nos quadros a seguir. Da mesma forma que os programas temáticos do PPA, os objetivos e metas presentes na lei caracterizam-se pela sua transversalidade, perpassando por diversas unidades jurisdicionadas. Desta forma, a SEB traz neste relatório uma análise das principais realizações que cabem a esta unidade jurisdicionada, sem, no entanto exaurir as possíveis informações sobre os objetivos e metas constituintes do Programa 2030.

Quadro A.4.2.1 – objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0596					
Descrição	Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.					
Programa	Educação Básica.					
Órgão Responsável	Ministério da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00) *						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição					
1	Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					
2	Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					
3	Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					
4	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					
5	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					
6	Apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares.					
7	Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares.					
8	Apoiar a construção de 7.000 creches e pré-escolas.					

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise Crítica

Este objetivo apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com este objetivo.

Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas no âmbito da SEB diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se neste objetivo as ações de infraestrutura como as reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas e somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação para a consecução do objetivo em questão, principalmente do que tange a questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012 que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios) bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidade da educação básica.

Além da questão da infraestrutura, outras ações do Ministério da Educação e do FNDE convergem para o alcance do objetivo em questão, como a ampliação do escopo e dos valores repassados aos entes federados na para a alimentação escolar, a educação digital, principalmente, em especial no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em zonas rurais, com ações de fomento à educação integral como o programa de educação integral Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras, disponibilização de projetos padronizados, bem como a disponibilização de atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2, quanto no âmbito do PAR, foram fatores facilitadores para o atingimento das metas do objetivo, que pressupõe basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com os estados e municípios.

Convém observar no PPA 2012-2015 da Educação, plano plurianual elaborado no primeiro semestre de 2011, não há previsões quantificadas de metas físicas e financeiras para o exercício de 2012 ou qualquer outro ano posterior, tendo em vista que a elaboração do referido plano não exigia essa desagregação. Desta forma, o formato de prestação de informações presente neste quadro não aplica. No entanto, para fins de acompanhamento, podemos fazer uma análise das principais realizações e avanços obtidos a fim de contribuir para o atingimento de cada uma das metas descritas no quadro. Desta forma, a seguir será apresentada uma análise das metas pertinentes a este objetivo que se referem a SEB, enumeradas no quadro acima.

1. Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011 - 2020.

No histórico do ensino médio é expressivo o crescimento das matrículas. Saímos em 1991 de 3.772.330 matrículas para 8.400.689 em 2011, sendo que só em 2007 com a aprovação do FUNDEB, é

que o ensino médio passou efetivamente a ter incentivos e financiamento, assim como ter garantido a alimentação, o transporte escolar e a criação do PNLD/Ensino Médio.

O Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Básica vem desenvolvendo desde 2007 ações diretas e intensivas com as Secretarias dos Estados e Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios; o da universalização e o do alcance da qualidade.

Para o regime de colaboração entre a união e os entes federados o MEC/SEB vem desenvolvendo ações a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE materializados no Plano de Ações Articuladas - PAR, com assistência financeira e técnica.

Entre as principais realizações no sentido de alcançar a meta destacam-se:

- apoio aos estados pelo PAR com vistas ao melhoria de infraestrutura das escolas, permitindo o planejamento e a ampliação das matrículas, urbanas e do campo.
- Ampliação de programas de apoio e permanência do aluno na escola – Programa Nacional do Livro Didático, Transporte e Merenda Escolar, Biblioteca Escolar. O novo edital do PNLD (edital 2013 com previsão de entrega em 2015) amplia o atendimento com livros também para Artes e no formato impresso e digital.
- Ampliação progressiva do programa Ensino Médio Inovador, atendendo a mais de 2000 escolas em 2012, 5.000 em 2013 e atingindo à totalidade (19.153) das escolas públicas até 2015, que tem como objetivos dar materialidade as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e o redesenho curricular.
- Continuidade na elaboração do documento dos Direitos a Aprendizagem e Desenvolvimento, para discussão pública, que deverá garantir a unidade curricular nacional.
- Inclusão do Ensino Médio Noturno no ProEMI com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que ainda necessitam estudar neste turno. Hoje atende cerca de 30% das matrículas do Ensino Médio
- Consolidar com o Consed a proposta de formação continuada para que ocorra no interior de cada escola, objetivando à definição de uma política de formação continuada de professores do ensino médio.
- Constituir a articulação entre MEC/SEB/Capes/Consed para reestruturação dos cursos de graduação/licenciaturas, com vistas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino Médio.
- Ampliar e adequar o PRONATEC às realidades estaduais na relação demanda/oferta, incluindo escolas técnicas estaduais como parte do processo no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.
- Articulação de programas já existentes na Capes como o Parfor, Pibid, Novos Talentos e Observatório da Educação.

2. Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

A partir do ano de 2006, em cumprimento às Leis nº 11.114/2005 e 11.274/06, o ensino fundamental tem sido ampliado gradativamente para nove anos de duração, atendendo a faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Desde então, o Ministério da Educação tem realizado algumas ações estruturantes para

orientar o processo de implementação desta mudança na estrutura do ensino fundamental, nas suas dimensões pedagógicas e administrativas.

Esta mobilização tem sido realizada de forma colaborativa com os Estados e Municípios brasileiros por meio do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil (GTFB), constituído em 14 de julho de 2009 e composto por coordenadores de ensino fundamental das Secretarias de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação das Capitais, Presidências Estaduais da UNDIME e grupos de estudos das universidades, para discutir e subsidiar as políticas públicas para esta etapa da educação básica, tendo como compromisso viabilizar espaços de diálogo e discussão sobre esse nível de ensino e garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

Outra estratégia importante, iniciada em 2008, é o Programa Mais Educação, que pretende induzir a agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. Em 2012, o Programa Mais Educação atendeu 32.074 escolas. A quantidade de alunos participantes do programa totalizou 4.837.725. A expansão do Programa Mais Educação para 2013 prevê a inclusão de escolas e municípios de baixo IDEB, escolas identificadas com grande número de alunos em situação de trabalho infantil no cadastro único para Programas Sociais e onde o público do Programa Bolsa Família (PBF), além do público do Pró-Jovem Adolescente, constitua maioria dos estudantes.

O MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou em 2012, junto ao MDS, um esforço para juntos identificarem as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapearem quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2013. Dessa maneira, um dos critérios para a seleção destas novas 15 mil escolas passou a ser o percentual de alunos que se incluem em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2012 o Programa teve a adesão de mais de 18 mil escolas onde os alunos, em sua maioria, participam também do Programa Bolsa Família.

Também na perspectiva do fortalecimento da ação educativa e da promoção da qualidade para a elevação da taxa de escolarização, a COEF/DICEI/SEB/MEC constituiu grupos de trabalho para subsidiar o Conselho Nacional de Educação na consolidação de uma proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Linguagem; Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas. Os grupos são formados por gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas de Universidades, professores e técnicos pedagógicos. A proposta foi sistematizada no documento intitulado “Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental”, apresentado em reunião ordinária da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no dia 06 de dezembro de 2012, para apreciação, manifestação e proposição de audiências públicas.

O mapeamento que deu origem à estrutura do documento foi produzido pela COEF a partir da análise das propostas curriculares sobre o Ciclo de Alfabetização de estados brasileiros, assim como de mais de 300 municípios, assim como pelos conteúdos dos Cadernos de Formação de professores alfabetizadores que integram o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, a ser iniciado em 2013. Além disso, foram realizadas cerca de 20 reuniões dos Grupos de Trabalho coordenados pelo MEC para dar suporte às propostas e encaminhamentos do documento, bem como encontros técnicos em 13 cidades das 5 regiões do Brasil, envolvendo um total de quase 500 municípios, contando com a presença de alfabetizadores, técnicos, especialistas de áreas e coordenadores das secretarias municipais e estaduais de educação, correspondendo a cerca de 2800 leitores críticos.

Desta maneira, entende-se que as ações voltadas para o ensino fundamental têm procurado contribuir para a consolidação de uma política educacional para a educação básica, respeitando a autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e das escolas e fortalecendo os princípios do regime de colaboração entre os entes-federados na garantia do direito à educação com qualidade e equidade a cada cidadão e cidadã brasileira.

3. Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

Segundo os dados coletados na Pnad 2011, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente desde 2001, atingindo em 2011 o valor de 83,7%. O PNE 2011-2020, apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma ampliar este percentual.

A necessidade de rever os currículos, de compreender que são as juventudes que estão na escola e também fora dela, torna essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e conseqüentemente seus currículos possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para que isto ocorra o MEC/SEB vem desencadeando ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal.

Entre as ações realizadas no sentido de alcançar esta meta, destacam-se:

- Ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral (ProEMI).
- Revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos.
- Observatório Jovem - apoio as ações do observatório, inclusive com a implementação do ambiente EM diálogo, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do Ensino Médio.
- Formação de professores de ensino médio – com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública. (Curso da UFMG – JUBEMI)
- Formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.
- Elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação- CNE e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação- CONSED de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retidas no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração.

4. Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A educação infantil brasileira constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade.

Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação infantil brasileira: a idade prevista para o término da pré-escola, alterada em 2006, passou de 6 para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental. Outra mudança, introduzida pela Emenda Constitucional 59 de 2009, determinou a obrigatoriedade de matrícula/frequência na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, determinação que deverá ser implementada até 2016.

O PNE 2001-2010 traçou rumos para as políticas e ações governamentais, fixando objetivos e metas para a educação brasileira por um período de dez anos. O primeiro PNE contribuiu para a construção de políticas e programas voltados à melhoria da educação. O novo PNE - 2011/2020, consubstanciado no Projeto de Lei 8035/2010, ora em tramitação no Congresso Nacional, reafirma este compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira.

A PNAD de 2009 registrou taxa de matrícula de 18,4% de 0 a 3 anos (creche). Este dado evidencia o significativo crescimento ao longo dos últimos dez anos (em 2003 essa taxa era de 11,7%).

No que se refere especificamente à Educação Infantil, o Ministério da Educação lança um novo olhar para o setor, buscando a construção de propostas que hoje se constituem em novos paradigmas. Enquanto indutor de políticas educacionais, fundamenta a Resolução nº 5/2009 que estabelece que a Educação Infantil se constitui na “primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social”.

Estão sendo realizadas ações estratégicas visando subsidiar o cumprimento da meta, a saber:

- PROINFÂNCIA – recursos financeiros, projetos arquitetônicos, equipamentos e mobiliário;
- Ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;
- Antecipação de recursos para custeio de matrículas em novas unidades de Educação Infantil do Proinfância;
- Antecipação de recursos para custeio de novas matrículas em novas turmas de estabelecimentos públicos e privados de educação infantil;
- Repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;
- Orientações Curriculares para Educação infantil.

5. Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A educação infantil brasileira, primeira etapa da educação básica, constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade.

O novo PNE - 2011/2020, ora em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira.

A PNAD de 2009 registrou taxa de matrícula de 81,3% de 4 a 6 anos (pré-escola), expressivo crescimento em relação ao atendimento de 2003, onde a taxa era de 68,5%.

Estão sendo realizadas ações estratégicas visando subsidiar o cumprimento da meta, a saber:

- ✓ PROINFÂNCIA – recursos financeiros, projetos arquitetônicos, equipamentos e mobiliário;
- ✓ Ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;
- ✓ Antecipação de recursos para custeio de matrículas em novas unidades de Educação Infantil do Proinfância;
- ✓ Antecipação de recursos para custeio de novas matrículas em novas turmas de estabelecimentos públicos e privados de educação infantil;
- ✓ Repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- ✓ Implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;
- ✓ Orientações Curriculares para Educação infantil.

6. Apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares.

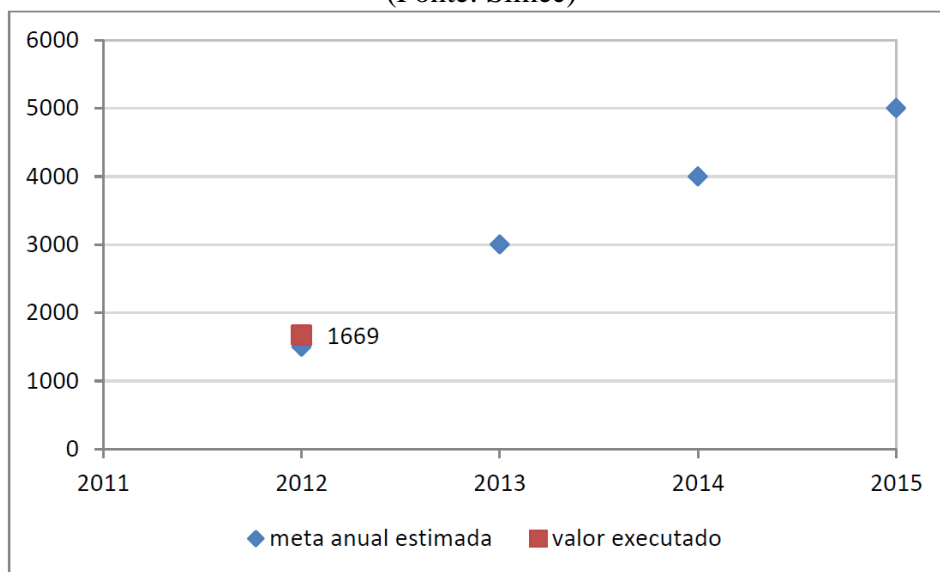
7. Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares.

A ação estratégica de construção e cobertura de quadras esportivas integra a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). No âmbito do PAC2, foram estabelecidas metas para o final do governo (2011-2014), sem previsão específica anual, no valor de apoio a construção de 6.116 quadras esportivas e a construção de 4.000 coberturas, ambas até 2014, com estimativas intermediárias esperadas de atendimento de forma a alcançar a meta global.

Para fins de acompanhamento, podemos traçar linhas de projeção iniciadas em 2011 – ano de início do PAC 2 - até o ano final de vigência do PPA, de modo que os cruzamentos dessas projeções com qualquer ano do PPA venham a ser apenas estimativas de percurso nesses pontos, podendo inclusive haver a antecipação dessas metas caso seja definido pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC). Além disso, eventuais alterações em futuras revisões do PAC 2 irão requerer ajustes posteriores nessas estimativas de evolução para que seja garantida a coerência entre os dois instrumentos.

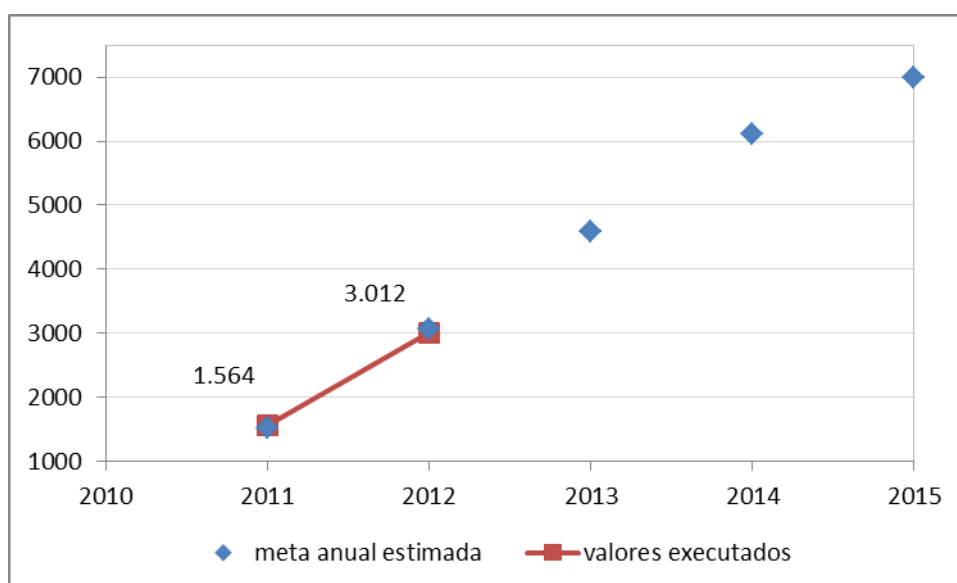
Sob este olhar construímos o gráfico 1, que apresenta a linha de evolução da primeira meta. No ano de 2012, apoiamos a construção de 1.669 coberturas de quadras esportivas escolares, superando a meta anual estimada por esta metodologia. Verifica-se que a execução acompanha a evolução prevista para a meta do PPA 2012-2015.

Gráfico 1. Apoio a construção de coberturas de quadras esportivas escolares. (Fonte: Simec)



O gráfico 2, a seguir, apresenta, segundo os mesmos critérios acima elencados, a linha de evolução da segunda meta. No ano de 2012, chegamos à metade do governo, com o alcance de metade da meta prevista pelo PAC 2, totalizando o apoio a construção de 3.012 quadras esportivas escolares. Verifica-se que a execução acompanha a evolução prevista para a meta do PPA 2012-2015.

Gráfico 2. Apoio a construção de quadras esportivas escolares. (Fonte: Simec)



8. Apoiar a construção de 7.000 creches e pré-escolas.

O governo federal criou o Programa Proinfância voltado para a construção de novas unidades de educação infantil utilizando projetos padronizados pelo FNDE/MEC e com projetos próprios apresentados pelos municípios. O Programa também atende essas escolas com aquisição de mobiliário e equipamentos e com assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios

O FNDE/MEC iniciou, em 2007 o atendimento aos municípios e ao Distrito Federal com a implantação de Escolas para Educação Infantil por meio da celebração de convênios. Até 2011 mais de 2.300 municípios foram beneficiados com a construção de 2.543 escolas para esse nível da educação básica com investimento que superou os R\$2,4 bilhões. Em 2011, o Proinfância passou a integrar o Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) com a construção e cobertura de quadras esportivas escolares.

Por meio do PAC 2 ao todo já foram aprovadas 3.135 construções de unidades de educação infantil atendendo 1.610 municípios. O investimento total é de R\$3,58 bilhões a ser repassado pelo governo - federal de acordo com a execução das obras. A meta até 2014 é atingir a aprovação de 6.000 novas unidades de educação infantil.

Somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. O valor total dessas novas escolas é de aproximadamente R\$2 bilhões, a liberação dos recursos ocorrerá em parcelas atendendo ao cronograma de execução das obras.

Quadro A.4.2.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação do Objetivo						
Código		0597				
Descrição		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				
Programa		Educação Básica				
Órgão Responsável		Ministério da Educação				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição					
1	Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					
2	Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.					

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

Este objetivo apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas

nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com este objetivo.

Diversas iniciativas conduzidas no âmbito da SEB se destacam e contribuem para o alcance deste objeto. Segue abaixo descrição dos resultados de destaque para cada uma delas.

A Rede Nacional de Formação tem como público-alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos. As instituições de ensino superior públicas que integram a Rede produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Em 2012 foram formados 425 professores e há 1.130 professores em formação. O valor disponibilizado tem por base o valor unitário por aluno (R\$350). A aplicação desses recursos é definida pela área pedagógica e financeira de cada Instituição, responsável pela implementação dos cursos na IFES. O programa autorizou o pagamento de 3.402 bolsas em 2012.

O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Por meio de 19 universidades, em 2012 o Pró- letramento formou 50.318 cursistas e 34.017 cursistas estão em formação. O programa está em reformulação, pois parte do público-alvo coincide com o público-alvo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O programa autorizou o pagamento de 14.941 bolsas em 2012. Assim como na Rede, o valor disponibilizado tem por base o valor unitário por aluno (R\$350), com aplicação definida pela área pedagógica e financeira de cada Instituição.

O programa de Formação Continuada em Educação Infantil oferece curso, em nível de especialização, para professores, coordenadores, diretores de creches e pré-escolas da rede pública e equipes de educação infantil das redes públicas de ensino. Os valores financeiros estão alocados na matriz da Universidade parceira e cabe a ela definir os valores a serem utilizados para o referido curso. Em 2012, foram certificados 325 formados. No momento há 1.461 professores em formação. O valor disponibilizado para cada curso tem por base o valor unitário por aluno que é de R\$ 2.500,00. O programa ofertou ainda 2.405 bolsas.

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância para cada área temática. Em 2012, o programa certificou 713 professores e 450 professores estão em formação. O programa ofertou ainda 515 bolsas em 2012.

Destaca-se também a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada. O SINAFOR, é um conjunto de ações de levantamento de demanda junto às escolas, de adequação da oferta pelas universidades e de implementação e monitoramento da formação continuada para professores da educação básica pública brasileira. Com esse modelo, a oferta de cursos, compatibiliza-se com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos. Com o Sinafor a forma de inscrição e aceitação de matrículas foi modificada para racionalizar o processo demanda. Mas, para tanto, foi necessário redesenhar processos, causando um declínio no número vagas ofertadas e profissionais formados, para as ações de formação citadas até agora.

O Programa Mídias na Educação oferece formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Tem como uma de suas principais características a

integração das diferentes mídias ao processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes mídias. Foram atendidos 2.490 alunos.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo, oferece formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral. Foram atendidos 9.085 professores com a participação de 24 universidades federais.

O Mais Educação oferece cursos de formação continuada em processos educativos da educação integral para Professores e Gestores da Educação. Em 2012, foram 15.430 profissionais capacitados.

No âmbito do Programa Saúde na Escola, parceria entre o MEC e o Ministério da Saúde, foi ofertado em 2012 o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola. O valor total do projeto é de R\$13,07 milhões, com capacitação de 70 mil profissionais.

O Escola de Gestores contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram pactuadas 3.960 vagas para 2012. Foram ofertadas 8.711 bolsas, num total de R\$ 9,6 milhões, para os diferentes ciclos vigentes.

Por fim, convém observar no PPA 2012-2015 da Educação, plano plurianual elaborado no primeiro semestre de 2011, não há previsões quantificadas de metas físicas e financeiras para o exercício de 2012 ou qualquer outro ano posterior, tendo em vista que a elaboração do referido plano não exigia essa desagregação. Desta forma, o formato de prestação de informações presente neste quadro não aplica. No entanto, para fins de acompanhamento, podemos fazer uma análise das principais realizações e avanços obtidos a fim de contribuir para o atingimento de cada uma das metas descritas no quadro. Desta forma, a seguir será apresentada uma análise das metas pertinentes a este objetivo que se referem a SEB, enumeradas no quadro acima.

1. Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A formação inicial em nível superior para a Educação Básica não compete a esta Secretaria, estando em grande parte sob responsabilidade da CAPES. Desta forma, salienta-se que a SEB não é responsável diretamente pela execução das ações que contribuem para o atendimento da meta proposta. No entanto a SEB participa das discussões e definições do planejamento e execução das ações de formação inicial para professores que atuarão na educação básica. Sua atuação está, contudo, mais centralizada de forma efetiva na formação continuada destes profissionais, conforme descrito em diversos momentos neste Relatório de Gestão.

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor é programa de fomento a licenciaturas destinado exclusivamente a professores em exercício na rede pública de educação básica que: a) não tenham formação superior; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. O Parfor, na modalidade presencial, apresentou, em 2012, um total de 61.006 matriculados em 1.718 turmas, sediadas em 371 municípios (incluídas 18 capitais). Destaque-se que os cursos de 1ª licenciatura têm duração de 4 anos e são oferecidos por

instituições credenciadas pelo MEC. Em 2012, o Parfor contribuiu para a formação de 414 professores da educação básica. Em complemento ao Parfor Presencial, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, por meio de seus cursos ofertados na modalidade educação a distância, em 2012, contribuiu para a formação de 3.000 professores da educação básica. Os dados apresentados para UAB são uma estimativa, posto que, as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da UAB ainda não terminaram a atualização dos dados no SISUAB, plataforma utilizada na gestão do programa.

2. Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A formação em nível de pós-graduação lato e stricto sensu para a Educação Básica não compete a esta Secretaria, estando em grande parte sob responsabilidade da CAPES. Desta forma, salienta-se que a SEB não é responsável diretamente pela execução das ações que contribuem para o atendimento da meta proposta. No entanto a SEB participa das discussões e definições do planejamento e execução das ações de formação para professores que atuarão na educação básica. Sua atuação está, contudo, mais centralizada de forma efetiva na formação continuada destes profissionais, conforme descrito em diversos momentos neste Relatório de Gestão.

A quantidade de professores com pós-graduação evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Em 2007, a porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação *lato e stricto sensu* era de 18% e em 2011, 26,6%. Isso se deve a melhor gestão e articulação de parcerias entre União, Estados e Municípios. Os cursos de aperfeiçoamento e especialização são oferecidos por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB na modalidade educação a distância. Em 2012, aproximadamente 15 mil professores da educação básica foram qualificados nos cursos de aperfeiçoamento e aproximadamente 20 mil concluíram os cursos de especialização ofertados pela UAB. Os dados apresentados são uma estimativa, posto que as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da UAB ainda não terminaram a atualização dos dados referente ao ano de 2012 no SISUAB, plataforma utilizada na gestão do programa. No segmento da pós-graduação stricto sensu, o fomento aos cursos dos mestrados profissionalizantes voltados ao ensino contribui para o aprofundamento dos conhecimentos dos professores da educação básica.

Quadro A.4.2.3 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação do Objetivo						
Código	0598					
Descrição	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.					
Programa	Educação Básica					
Órgão Responsável	Ministério da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)*						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição					
1	Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3					
2	Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7					
3	Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2					
4	elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					
5	Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020					

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

Este objetivo apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exaurir as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com este objetivo.

A consecução deste objetivo demanda uma conjugação de diversas ações articuladas entre si, que são capazes de garantir o apoio necessário aos educandos da educação básica. Sem a ambição de exaurir todas as ações desenvolvidas pelo governo federal que são consideradas relevantes no apoio aos educandos, às escolas e aos entes federados, destacam-se as mais relevantes desenvolvidas no âmbito da SEB para o alcance do objetivo no exercício de 2012.

Mais de R\$ 800 milhões foram destinados às escolas para apoiá-las na ampliação da oferta de educação integral por meio do Programa Mais Educação. Em 2012 mais de 32 mil escolas aderiram ao programa, que também prevê recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ainda com relação ao apoio à escola e há o Programa

Escola Aberta incentiva a abertura das escolas nos finais de semana proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais. Em 2012, o PEA atingiu a adesão de 3.827 escolas, com repasse de R\$ 46,6 milhões.

O programa Ensino médio inovador tem característica de apoio às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do Ensino. Seu objetivo principal é a reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.004 escolas.

Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino também são importantes as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios. Em 2012 realizou-se também a 8ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio com mais de 19 milhões de inscritos. O Prêmio Professores do Brasil consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas ou em desenvolvimento por professores. Na 6ª edição do Prêmio, em 2012, foram 2.609 inscrições, com 80 experiências condecoradas.

O Programa Saúde na Escola –parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde- atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram R\$ 5,67 milhões para materiais didáticos e R\$ 10,1 milhões para equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa pelos profissionais de educação e de saúde.

A política nacional de educação infantil, também presente em outros objetivos, merece destaque nesta avaliação do exercício de 2012 principalmente pelo lançamento no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, a ação Brasil Carinhoso, com objetivo de ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil que prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o Ministério da Educação antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil.

O financiamento de projetores e lousas digitais, bem como de mobiliários, em 2012, também colaboraram para a o alcance do objetivo em questão, foram mais de 3,9 milhões conjuntos de mobiliários escolares adquiridos por meio do PAR com recurso do governo federal. No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Por fim, destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados às escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE para diversas ações de apoio como: visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao

aluno ambiente adequado, salutar e agradável para a permanência na escola, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

É exatamente esse conjunto das ações supracitadas que permitiu a consecução deste amplo objetivo. O detalhamento de cada um dos programas e ações mencionadas estão presente em outras seções desta avaliação.

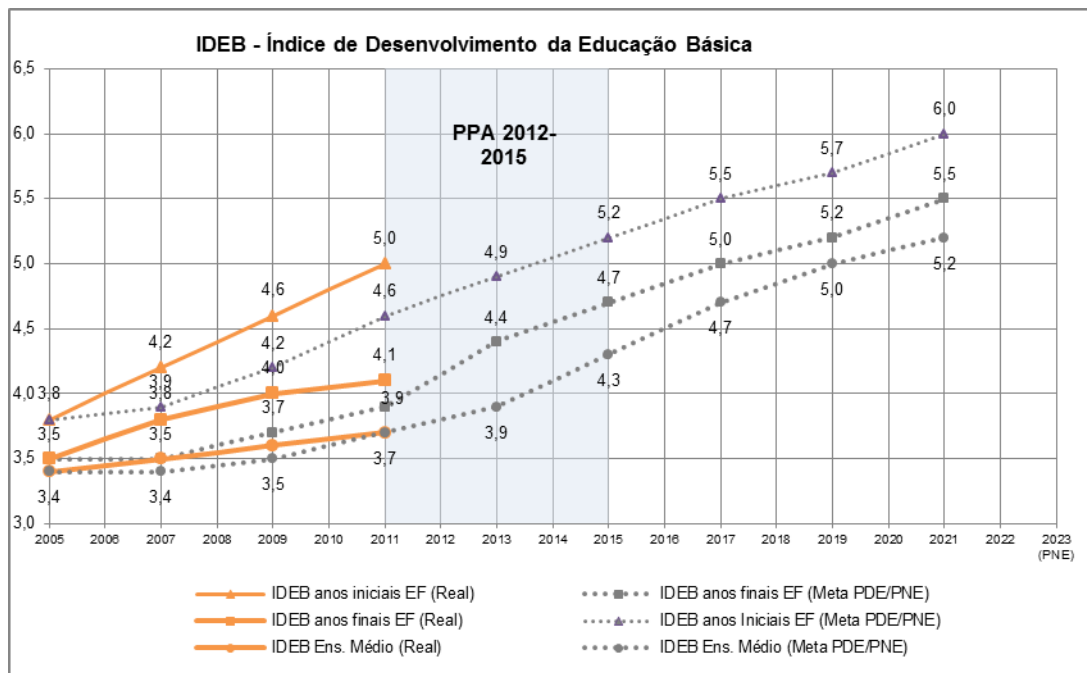
Por fim, convém observar no PPA 2012-2015 da Educação, plano plurianual elaborado no primeiro semestre de 2011, não há previsões quantificadas de metas físicas e financeiras para o exercício de 2012 ou qualquer outro ano posterior, tendo em vista que a elaboração do referido plano não exigia essa desagregação. Desta forma, o formato de prestação de informações presente neste quadro não aplica. No entanto, para fins de acompanhamento, podemos fazer uma análise das principais realizações e avanços obtidos a fim de contribuir para o atingimento de cada uma das metas descritas no quadro. Desta forma, a seguir será apresentada uma análise das metas pertinentes a este objetivo que se referem a SEB, enumeradas no quadro acima.

- 1. Elevar o IDEB do Ensino Médio para 4,3.**
- 2. Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7.**
- 3. Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2.**

Um dos principais instrumentos para medir a qualidade da educação nas escolas estaduais e municipais, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará, igualmente, a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.



Fonte: INEP/MEC Elaboração: SPO/SE/MEC

4. Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011/2020.

Segundo os dados coletados na Pnad 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2001, atingindo em 2011 o valor de 90,14%. O PNE 2011-2020 apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes a formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; a orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização. No fim de dezembro de 2012, o Pacto já contava com a adesão de todos os estados e de 5.314 municípios brasileiros.

O diferencial do programa é a integração entre as ações, que se dividem em 4 eixos prioritários:

1. Formação continuada de professores alfabetizadores – curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, sem ônus para os docentes. Estão previstas bolsas de estudo tanto para professores alfabetizadores como para orientadores de estudo e o material do curso também será custeado pelo Ministério da Educação.
2. Materiais didáticos e pedagógicos – estados e municípios receberão, sem ônus, materiais específicos para alfabetização, tais como: livros didáticos, obras complementares e dicionários; jogos pedagógicos

de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa; obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

3. Avaliações – avaliações contínuas em sala de aula; avaliações entre professores alfabetizadores e orientadores de estudos; sistema informatizado para inserção de dados das avaliações diagnósticas do 2º ano; aplicação de avaliação externa universal pelo Inep aos concluintes do 2º e 3º ano, visando a aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.

4. Gestão, controle social e mobilização – arranjo institucional composto por 4 instâncias: i) um Comitê Gestor Nacional; ii) uma Coordenação Institucional em cada estado, com atribuições estratégicas e de mobilização; iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio aos municípios; e iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede. Além de um sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo Ministério da Educação para apoiar as redes.

5. Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do governo federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. O PME visa ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, os espaços utilizados para a educação escolar por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades.

O PME busca colaborar para que o Brasil supere a “escola de turnos” através de políticas continuadas que incidam na melhoria e adequação do espaço escolar, na formação de gestores, professores e monitores e na constituição do conjunto de condições que permitam a concretização de uma educação integral na escola de “dia inteiro”.

Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

O PME apresenta uma história de crescimento e fortalecimento. Em 2008 foram atendidas 1.380 escolas de baixo IDEB localizadas nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 200.000 habitantes e 317.874 estudantes. Em 2009 expandiu-se para 5005 escolas de cidades acima de 160.000 habitantes, com baixo IDEB, beneficiando a 1.181.440 estudantes. Em 2010, o programa atendeu as 10.026 escolas contempladas com o PDE escola, com baixo IDEB e ou localizadas em zona de vulnerabilidade social; localizadas nas cidades acima de 90.000 habitantes e 2.251.723 estudantes. Em 2011 o Programa Mais Educação chega a 14.995 escolas localizadas em municípios com mais de 18 mil habitantes e a 3.367.703 estudantes.

Por outro lado, o MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou em 2011, junto ao MDS, um esforço de identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2012. O objetivo era expandir o Programa Mais Educação para uma seleção de escolas que contam com maioria de alunos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao todo são 14 mil escolas urbanas e 10 mil escolas do campo. A escolha está relacionada ao fato de que os beneficiados

pelo Bolsa Família refletem o quadro histórico de desigualdade e situações de vulnerabilidades sociais.

Em 2012 ao Programa Mais Educação aderiram 32.074 escolas sendo mais de 17 mil com maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (54% do total de escolas atendidas pelo PME). Os resultados obtidos atenderam às expectativas, sendo que o aumento da participação de estudantes de todo o país na jornada de educação ampliada (Educação Integral) superou em 44% ao do ano anterior.

O investimento no PME entre 2008 e 2012, passou de 90 milhões para 1,3 bilhão de reais, aproximadamente. O número de escolas e o alunado beneficiado pelo PME aumentaram proporcionalmente aos investimentos. Em 2012, o Mais Educação investiu mais de 50% dos recursos em escolas com alunos em áreas de maior vulnerabilidade social. Para 2013, propõe-se para expansão 2012-2014, 15.000 novas escolas ao ano, num total previsto de 45.000, de modo a atingir pelo menos 60% de escolas maioria PBF.

Enquanto isso são inúmeros os municípios, além de diversos estados, que já começam a organizar o espaço da educação integral – muitos impulsionados pelo Mais Educação e outros por esforço e iniciativa própria, como é caso de Apucarana no Paraná. O Conselho Nacional de Educação incluiu a educação integral nas novas diretrizes para a educação básica (2010), assim como na Câmara Federal tramita a PEC 134 que prevê a universalização da educação integral em jornada ampliada.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido através do FUNDEB que, a partir de 2007, passou a financiar as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com um percentual de até 30% a mais para o ensino fundamental e também um acréscimo para o ensino médio. A disponibilidade deste recurso acontece a partir da declaração pelas escolas, no Censo Escolar, do número de estudantes ou turmas em educação integral.

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados no processo de da reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.004 escolas, beneficiando 1,27 milhões de alunos matriculados, com repasse de R\$ 109,6 milhões.

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

O programa 2030 – Educação Básica apresenta 4 objetivos de responsabilidade do Ministério da Educação, que se desdobram em 16 iniciativas. Da mesma forma que os programas temáticos do PPA, as iniciativas presentes na lei caracterizam-se pela sua transversalidade, perpassando por diversas unidades jurisdicionadas. Desta forma, a SEB traz neste relatório uma análise das iniciativas que cabem a esta unidade jurisdicionada, sem no entanto exaurir as possíveis informações sobre as iniciativas constituintes do Programa 2030.

Quadro A.4.3.1 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02BQ						
Descrição	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	0597						
Órgão ou Unidade Responsável	Não se aplica						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

No que cabe a SEB, esta iniciativa está relacionada a duas ações orçamentárias presentes na LOA 2012: a ação 20RO e a ação 20RJ. Detalhes sobre a execução física e financeira destas ações e suas respectivas metas estabelecidas pela LOA para 2012 serão apresentadas no item 4.1.4, bem como uma análise das principais realizações no exercício de 2012.

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Quadro A.4.3.2 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02BY						
Descrição	Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino						
Objetivo	0598						
Órgão ou Unidade Responsável	Não se aplica						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

No que cabe a SEB, esta iniciativa está relacionada a ação 20RV. Detalhes sobre a execução física e financeira e suas respectivas metas estabelecidas pela LOA para 2012 serão apresentadas no item 4.4, bem como uma análise das principais realizações no exercício de 2012.

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Quadro A.4.3.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02C1						
Descrição	- Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação						
Objetivo	0598						
Órgão ou Unidade Responsável	Não se aplica						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

No que cabe a SEB, esta iniciativa está relacionada a ação 20RF. Detalhes sobre a execução física e financeira e suas respectivas metas estabelecidas pela LOA para 2012 serão apresentadas no item 4.4, bem como uma análise das principais realizações no exercício de 2012.

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Quadro A.4.3.4 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02BX						
Descrição	- Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais						
Objetivo	0598						
Órgão ou Unidade Responsável	Não se aplica						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00) *							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

No que cabe a SEB, esta iniciativa está relacionada a ação 20RT. Detalhes sobre a execução física e financeira e suas respectivas metas estabelecidas pela LOA para 2012 serão apresentadas no item 4.4, bem como uma análise das principais realizações no exercício de 2012.

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Quadro A.4.3.5 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02C2						
Descrição	- Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade.						
Objetivo	0599						
Órgão ou Unidade Responsável	Não se aplica						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)*							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4).

Análise crítica

No que cabe a SEB, esta iniciativa está relacionada a ação 20RU. Detalhes sobre a execução física e financeira e suas respectivas metas estabelecidas pela LOA para 2012 serão apresentadas no item 4.4, bem como uma análise das principais realizações no exercício de 2012.

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Quadro A.4.3.6 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02BP						
Descrição	Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral						
Objetivo	0596						
Órgão ou Unidade Responsável	Não se aplica						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa* (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4) dos relatórios de gestão de outras Unidades Jurisdicionadas, uma vez que esta iniciativa não apresenta ações orçamentárias sob responsabilidade da SEB.

Análise crítica

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Esta iniciativa apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com esta iniciativa.

Considerando as ações de infraestrutura escolar, essas têm o objetivo de ampliar a oferta de vagas e qualificar estruturalmente as redes públicas da educação básica em todas as esferas, abrangendo o público escolar do campo, das áreas indígenas, quilombolas e urbanas. No âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), são desenvolvidas ações de construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica, bem como a aquisição de mobiliário e de equipamentos. No exercício de 2012, na esfera municipal, foram aprovadas 375 construções de escolas, sendo 276 para áreas do campo, 27 para as indígenas, 28 para áreas remanescentes de quilombo e 44 em regiões urbanas. Foram investidos, aproximadamente, R\$ 132 milhões para o início das obras, atendendo 152 municípios. As ações de ampliação e reforma beneficiaram 4 escolas no campo e 35 escolas em áreas urbanas, atendendo a 5 municípios com investimento total de R\$ 6 milhões.

Já no âmbito estadual foram aprovadas 262 construções de escolas, sendo 178 urbanas, 51 indígenas, 32 no campo e 1 em área quilombola. O investimento para as ações de construção supera R\$ 773 milhões, tendo beneficiado 12 estados da federação. Para as ações de ampliação e reforma de escolas em regiões urbanas, foram investidos aproximadamente R\$ 60 milhões beneficiando 106 escolas. Para as ações de construção, foram empenhados cerca de R\$ 245 milhões, e, para as ampliações e as reformas, aproximadamente R\$ 22 milhões.

Quanto às Emendas Parlamentares, validadas via PAR no ano de 2012, foram firmados Termos de Compromisso com estados e municípios no valor total de R\$ 60.104.535,94 para ações de infraestrutura em escolas, sendo: 21 ampliações, 54 construções e 14 reformas; dos quais houve empenho de aproximadamente R\$ 34,5 milhões para construção, e de aproximadamente R\$10,7 milhões para ampliações e reformas. Estes recursos são adicionais aos recursos descritos anteriormente.

Salientamos que, na fase final da execução das construções, efetua-se o repasse dos recursos para equipar e mobiliar as escolas, incluindo os itens do conjunto escolar, berços, geladeiras, fogões, bebedouros, entre outros. Para a ação de aquisição de mobiliário e equipamentos, destinada às creches (Padrão ProInfância), foi investido mais de R\$ 100 milhões, atendendo cerca de mil escolas de municípios que estão com obra concluída e em execução.

Para atender a educação infantil o Governo Federal implementa o Programa **ProInfância**, que prevê a construção e a aquisição de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas públicas, por meio de assistência financeira aos municípios e ao Distrito Federal. Em 2012, encontravam-se em funcionamento 580 escolas, 788 concluídas e 566 em fase de conclusão. O Programa prevê, também, a antecipação de recursos para custeio de novas matrículas nas suas unidades. Em 2012, um total de 223 municípios receberam estes recursos, somando R\$44 milhões.

A partir de 2011, o ProInfância passou a compor o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e teve suas metas e orçamentos ampliados. Por meio do PAC 2 ao todo já foram aprovadas 3.135 construções de unidades de educação infantil, atendendo 1.610 municípios. O investimento total é de R\$3,58 bilhões a ser repassado pelo Governo Federal de acordo com a execução das obras. Neste exercício, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios e para o Distrito Federal, com investimentos de R\$1,2 bilhão.

Ainda no âmbito do PAC 2, a ação de **construção e coberturas de quadras esportivas escolares** oferece apoio técnico e financeiro a estados e municípios. Entre 2011 e 2012, foram selecionados 4.681 projetos para construção e cobertura em 1.755 municípios, dos quais 3.117 unidades foram aprovadas em 2012, somando investimentos da ordem de R\$ 936 milhões nesse ano.

O **mobiliário escolar**, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados 3 tamanhos de conjuntos escolares, além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

O Programa **Brasil Carinhoso** prevê a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 48 meses de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb.

Quadro A.4.3.7 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código		02BR					
Descrição		Consolidação e acompanhamento da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério com o fortalecimento institucional dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente e a proposição de diretrizes para a Política Nacional de Formação para Funcionários de Escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino					
Objetivo		0597					
Órgão ou Unidade Responsável		Não se aplica					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa* (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4) dos relatórios de gestão de outras Unidades Jurisdicionadas, uma vez que esta iniciativa não apresenta ações orçamentárias sob responsabilidade da SEB.

Análise crítica

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Esta iniciativa apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com esta iniciativa.

Com a missão de apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação e para aprofundar o regime de cooperação entre os entes federados, em 2012 o MEC promoveu, entre outras ações, a pactuação e a articulação com gestores e demais profissionais da educação para adoção de estratégias de planejamento e medidas governamentais necessárias ao atingimento das metas previstas no PNE. Nesse sentido, o Ministério vem atuando no apoio e no fortalecimento do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Tem dialogado, ainda, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual faz a representação sindical dos funcionários de escola, com a finalidade de construir proposta de diretrizes para a Política Nacional de Formação para os Funcionários de Escola. Além disso, tem discutido o aperfeiçoamento do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário). Tais ações empreendidas pelo MEC são fundamentais para aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos locais de planejamento da formação, induzir a adoção de

medidas sistêmicas de valorização e, portanto, contribuir para a elevação do percentual de professores da educação básica com formação específica e valorização da carreira docente nos sistemas de ensino.

Quadro A.4.3.8 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Iniciativa							
Código	02BW						
Descrição	Consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica que contemplem a pluralidade, os direitos humanos, as especificidades regionais e locais e a elaboração das expectativas de aprendizagem, que subsidiem os sistemas de ensino na elaboração de suas propostas curriculares.						
Objetivo	0598						
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Educação						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa* (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.							

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4) dos relatórios de gestão de outras Unidades Jurisdicionadas, uma vez que esta iniciativa não apresenta ações orçamentárias sob responsabilidade da SEB.

Análise crítica

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Esta iniciativa apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com esta iniciativa.

Como estratégia para o alcance dessa iniciativa, destaca-se a prioridade dada às orientações acerca do trabalho pedagógico na Educação Infantil, de forma a consolidar sua concepção como primeira etapa da educação básica, organizar e sistematizar orientações curriculares para as práticas cotidianas, implementando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Com base na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Foram ainda instituídas as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, orientando os sistemas de ensino para a implementação de projetos políticos pedagógicos e o desenvolvimento de ações que visem superar as situações de violência, de discriminação e de preconceito na escola.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) foram homologadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental, que orientam a educação básica e

superior para a promoção da cultura da sustentabilidade socioambiental, transformando as práticas pedagógicas e de gestão.

O MEC também apoiou a retomada e a continuidade das ações do pacto de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME), que demarca a forma de colaboração dos conselhos normativos das três esferas de gestão educacional do país, visando uniformizar as normas educacionais e a consolidação das diretrizes curriculares nacionais da educação básica.

Quadro A.4.3.9 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02C0					
Descrição	Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade.					
Objetivo	0598					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa* (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Este formato de prestação de informações não aplica, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas as iniciativas.						

*observação: As informações referentes sobre execução orçamentária e financeira serão tratadas no quadro das ações (Quadro A.4.4) dos relatórios de gestão de outras Unidades Jurisdicionadas, uma vez que esta iniciativa não apresenta ações orçamentárias sob responsabilidade da SEB.

Análise crítica

Neste item não temos como avaliar as Metas do Exercício para a Iniciativa, uma vez que a Lei 12.593/2012 que aprovou o PPA 2012-2015 não apresenta metas vinculadas às iniciativas. Pela mesma razão, não será possível, neste momento, fazer uma análise referente a: Cumprimento das metas, Eventuais problemas de execução, Superações significativas das metas estabelecidas e Restos a pagar.

Esta iniciativa apresenta uma transversalidade nítida em sua execução. A SEB, neste Relatório de Gestão, fará uma análise crítica referente às realizações obtidas em 2012 que se referem ao seu escopo de atuação, ainda que ela não seja responsável pela execução das ações relacionadas diretamente a esta iniciativa. Desta forma, o Relatório confeccionado por esta Unidade Jurisdicionada não exauri as informações referentes a implementação e execução da mesma. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem relação com esta iniciativa.

Para o alcance dessa iniciativa, várias ações são desenvolvidas pelo Governo Federal, merecendo destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que objetiva, por meio de oferta e de ações universalizadas de educação alimentar e nutricional, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos

alimentares saudáveis dos alunos. Com seu caráter complementar à educação, o PNAE atendeu, em 2012, 43,1 milhões de alunos das escolas estaduais e municipais com investimentos de R\$ 3,3 bilhões. Além desse atendimento o PNAE também beneficiou 255 mil alunos das escolas federais com recursos da ordem de R\$15, 8 milhões.

Destaca-se como importante estratégia para a ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do seu atendimento, o lançamento, em 2012, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que ocasionou um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com o objetivo de prover as escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental e médio, bem como aos alunos da educação de jovens e adultos das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, inclusive livros acessíveis em braille e digitais em Libras, destaca-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. A cada ano são adquiridos e distribuídos livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repostos e complementados os livros reutilizáveis para outras etapas. Dessa forma no âmbito do PNLD 2013 para o ensino fundamental houve atendimento aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano com a distribuição de 91,8 milhões de exemplares de livros didáticos e investimento de R\$ 751,7 milhões. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, em sala de aula, o Programa adquiriu 17,3 milhões de exemplares nas áreas do conhecimento de Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, no total de com execução orçamentária de R\$ 87,5 milhões. No ensino médio, o PNLD 2013 realizou a reposição dos livros de 1º ao 3º ano de Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia, adquirindo 40,9 milhões de exemplares de livros com investimentos de R\$ 364,1 milhões. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de exemplares de dicionários da Língua Portuguesa com investimento de R\$ 146,4 milhões. Ressalta-se que foram atendidos todos alunos cuja rede de ensino tenha aderido PNLD.

Para atender o PNLD Alfabetização na Idade Certa, foram adquiridos 429.492 mil acervos, compostos de 10,7 milhões de livros literários, no valor de R\$ 41,1 milhões. As obras são destinadas às salas de aula para uso das turmas do 1º ao 3º ano com objetivo de apoiar o processo de alfabetização e incentivar a formação de leitores.

Com relação ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), este objetiva prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito de toda educação básica, inclusive EJA, com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática desse nível de ensino. No exercício 2012, o destaque foi a publicação do edital do PNBE Temático, que visa à aquisição de acervos compostos com obras de referência, elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, voltadas para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, contemplando as temáticas: indígena; quilombola; campo, educação de jovens e adultos, direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, educação especial, relações étnico-raciais e juventude.

Por meio do PNBE do Professor são adquiridas obras de referência para ajudar os professores da educação básica regular e da educação de jovens e adultos na preparação dos planos de ensino e na aplicação de atividades em sala de aula com os alunos. As obras foram inscritas e avaliadas em 2012 e a aquisição e distribuição ocorrerá em 2013.

Com o objetivo de auxiliar o trabalho do professor e do gestor escolar, o PNBE Periódicos adquire e distribui revistas pedagógicas que são enviadas às escolas públicas de educação básica durante o ano letivo. Em 2012 foram adquiridos e distribuídos 15,1 milhões de periódicos, com investimento de R\$ 53,3 milhões e já contratados para distribuição em 2013, 14,9 milhões de periódicos, com investimento de R\$ 57,0 milhões.

No que se refere ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola tem o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para estados, municípios e Distrito Federal participarem do Programa: i) com recursos próprios, bastando aderir à Ata de Registro de Preços; ii) via assistência financeira, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR); e iii) por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Em 2012, foram adquiridos 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbano acessível, com investimentos de, aproximadamente, R\$2,4 bilhões. Além disso, os entes adquiriram com recursos próprios 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Destaca-se, ainda, que por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Houve, também, a disponibilização do valor de R\$ 3.179.323,10 para aquisição de aproximadamente 13 mil bicicletas e capacetes.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica, residentes em área rural, que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Desde 2009 o Programa atende os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. Em 2012, foram beneficiadas 5.114 prefeituras municipais, além de secretarias estaduais de educação, com investimentos da ordem de R\$ 590,7 milhões, visando o atendimento de 4.507.241 alunos residentes na zona rural com o transporte escolar.

Visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem como objetivo prover com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais de educação básica, bem como as escolas privadas de educação especial mantidas por entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público. Esses recursos são destinados para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Em 2012, o PDDE atendeu 134.530 escolas da educação básica, com um investimento, incluindo as ações agregadas ao Programa, de R\$ 2.038 bilhões. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as atividades complementares nas escolas e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Com relação à ampliação da jornada escolar e da organização curricular na perspectiva da Educação Integral, destaca-se a expansão do Programa Mais Educação em 2012, que tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem mediante a ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, por meio da oferta de educação básica em jornada ampliada. Em 2012, o Mais Educação alcançou uma adesão de 32.074 escolas, que beneficiaram 4,8 milhões de alunos, implicando repasses de R\$ 901,7 milhões. Ressalta-se que a meta prevista para 2012, de alcançar a adesão de 30 mil escolas, foi superada.

No que se refere às políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida dos educandos, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), realizado em parceria com o Ministério da Saúde, a partir da perspectiva de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram destinados R\$ 5,67 milhões para materiais didáticos e R\$ 10,1 milhões para equipamentos e instrumentos clínicos. Foi também ofertado o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola. O valor total do projeto é de R\$13,07 milhões.

Com relação à ampliação da integração entre escola e comunidade e das oportunidades de acesso à formação para cidadania e redução de violências no cenário escolar, destaca-se o Programa Escola Aberta (PEA), que incentiva e apoia a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de diversas atividades socioeducativas. Em 2012, o PEA atingiu 3.827 escolas em todo o país, com repasse de R\$ 46,6 milhões, envolvendo aproximadamente 480 mil participantes, entre estudantes e comunidade.

O Programa Ensino Médio Inovador direciona esforços no sentido de apoiar as secretarias estaduais de educação e do Distrito Federal na busca da universalização do atendimento do ensino médio, através de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante. Tem como objetivo principal a reestruturação do currículo escolar, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Em 2012 o Programa teve adesão de 25 estados e atendeu 2.004 escolas, beneficiando um total de 1,27 milhões de alunos matriculados. Em 2012, houve o repasse de R\$ 109,6 milhões no âmbito do Programa, por meio do PDDE.

Um dos principais instrumentos para medir a qualidade da educação nas escolas estaduais e municipais, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. O indicador é o resultado da combinação de dois outros indicadores: pontuação média dos estudantes em exames padronizados (Prova Brasil e Saeb) ao final do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio; e taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino. Observa-se que os indicadores do IDEB estão evoluindo acima das metas traçadas conforme já ilustrado na análise do objetivo 0598.

A partir da adesão de todos os municípios ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou aos estados e municípios instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação. Houve ainda priorização dos municípios com menor IDEB para transferência de recursos, melhoria na gestão e maior esforço dos entes federados.

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Serão apresentados a seguir os quadros com ações orçamentárias referentes a SEB, ainda que a execução seja feita pelo FNDE. Muitas das ações apresentadas aqui, devido a transversalidade característica do novo modelo de PPA 2012-2015, que se estendeu em parte para as ações da LOA 2012, apresentam parte da sua execução conduzida por outras unidades jurisdicionadas. Desta forma, o Relatório de Gestão 2012 confeccionado por esta UJ não exauri as informações referentes à implementação e execução das mesmas. Mais informações poderão ser obtidas nos relatórios apresentados por outras unidades jurisdicionadas que também possuem objetivos, metas, iniciativas e ações relacionadas ao Programa da Educação Básica (2030).

Vale salientar ainda que não necessariamente todas as iniciativas descritas a seguir são executadas pela Secretaria de Educação Básica, parte delas são de responsabilidade de outras Unidades Jurisdicionadas, como FNDE, CAPES, SECADI e SETEC. No entanto, para que seja propiciada uma visão holística apresentaremos informações sobre iniciativas diversas relacionadas à educação básica, no entanto sem exauri-las como o descrito anteriormente.

Quadro A.4.4.1 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código	20RJ					
Descrição	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA					
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Unidade Responsável	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO					
Unidade Orçamentária	FNDE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.103.000,00	317.419.710,00	89.883.541,50	29.103.479,41	296.995,05	60.780.062,09	28.807.384,36
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	Pessoa beneficiada	232.258	273.704	A LOA não apresenta meta financeira para esta ação.	

Análise Crítica

Um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Educação contribuiu para o desenvolvimento desta ação e o alcance das suas metas. A meta de 2012 definida na LOA foi

ultrapassada em 18%. Apresentamos a seguir uma análise das principais realizações em cada uma das iniciativas.

A **Rede Nacional de Formação** tem como público-alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de professores, produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. As áreas de formação são: ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física. Em 2012 foram formados 425 professores e há 1.130 professores em formação, num total de 1.555 pessoas beneficiadas. O valor disponibilizado pelo MEC para cada curso tem por base o valor unitário por aluno que é de R\$350,00. A aplicação desses recursos é definida pela área pedagógica e financeira de cada Instituição, responsável pela implementação dos cursos na IFES. O programa autorizou o pagamento de 3.402 bolsas em 2012.

O **Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação** - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Por meio de 19 universidades, em 2012 o Pró- letramento formou 50.318 cursistas e 34.017 cursistas estão em formação, beneficiando um total de 84.335 pessoas, e superando as metas estabelecidas para o programa. O programa está em reformulação, pois parte do público-alvo coincide com o público-alvo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O programa autorizou o pagamento de 14.941 bolsas em 2012. Assim como na Rede, o valor disponibilizado para cada curso tem por base o valor unitário por aluno que é de R\$350,00. A aplicação desses recursos é definida pela área pedagógica e financeira de cada Instituição, responsável pela implementação dos cursos na IFES.

Destaca-se também a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada. O SINAFOR, é um conjunto de ações de levantamento de demanda junto às escolas, de adequação da oferta pelas universidades e de implementação e monitoramento da formação continuada para professores da educação básica pública brasileira. Com esse modelo, a oferta de cursos, compatibiliza-se com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos. Com o Sinafor a forma de inscrição e aceitação de matrículas foi modificada para racionalizar o processo demanda. Mas, em virtude do redesenho de processos ocorrido, observou-se leve declínio no número estimado de vagas ofertadas e profissionais formados, para as ações de formação supracitadas.

O Programa **Mídias na Educação** oferece formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Tem como uma de suas principais características a integração das diferentes mídias ao processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes mídias. Foram atendidos 2.490 alunos nos estados de Rondônia, Maranhão, Pernambuco e São Paulo, extrapolando a meta prevista para ano, devido a adesão de um número superior de estados.

O **Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo**, oferece formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral. Em 212 foram atendidos, 9.085 professores de diversos estados da Federação, com a participação de 24 universidades federais.

O **Programa de Educação Integral Mais Educação**, programa que contempla estratégia e ações que tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante fomento a oferta de educação básica em tempo integral, oferece ainda cursos de formação continuada em processos educativos da educação integral para Professores e Gestores da Educação.

Em 2012, foram 15.430 profissionais capacitados no âmbito do Mais Educação, num total de R\$ 3,86 milhões.

No âmbito do **Programa Saúde na Escola – PSE**, uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, foi ofertado em 2012, o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola. O curso é realizado na modalidade a distância, no período de setembro de 2012 e abril de 2013, com carga horária de 180 horas. É composto por 5 módulos, sendo que, no último módulo, os cursistas desenvolvem um projeto de prevenção, a ser implementado em sua escola. O valor total do projeto é de R\$13,07 milhões e promoveu a capacitação de cerca de 70 mil profissionais. O relevante resultado desta ação se deve a articulação feita com as Universidades que promoveram o PSE nos 2495 municípios atendidos. A capilaridade de atendimento das Universidades proporcionou um aumento de interesse significativo pelo programa por parte dos profissionais da educação.

Vale destacar também o **Programa Nacional Escola de Gestores**, que contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram pactuadas 3.960 vagas para 2012. Como os recursos, num valor de R\$ 3,3 milhões, foram descentralizados para as universidades, cabe a elas a gestão desta oferta. O programa Escola de Gestores enfrentou algumas dificuldades em 2012. Para o exercício de 2012 foram previstas 16.050 vagas para os cursos de especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, com a participação de 28 instituições federais de ensino superior. A oferta prevista de vagas para 2012 não foi atendida na sua totalidade devido a alteração da forma da descentralização de recursos para formação, passando a este tipo de atividade a ser atendida pela Ação 20RJ, disponibilizada na LOA/2012 direto na universidade.

A formação continuada do **Projovem Urbano** proporciona aos educadores a apropriação desse projeto pedagógico e do universo dessa juventude, possibilitando oportunidade de análise e reflexão sobre o trabalho nas salas de aula e sobre os desafios a serem vencidos no percurso formativo desses jovens. A carga horária da formação dos educadores é de 376 horas, divididas entre as etapas inicial e continuadas. Para a edição de 2012 participaram da formação, por meio das coordenações locais, 4.032 educadores, dos 5.400 previstos.

O **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO**, com o objetivo de fomentar nas Instituições Públicas de Ensino Superior a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo, com duração de 4 (quatro) anos, por área de conhecimento e regime de Alternância, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais, visa expandir a oferta de educação básica de qualidade no campo. A Publicação da Resolução/CD/FNDE Nº 20 DE 22 de junho de 2012 orienta o repasse de recursos para a manutenção e continuidade das turmas do Procampo em 11 Universidades Estaduais e Municipais selecionadas pelo Edital nº 02/2008 e Edital nº 09/2009 beneficiando 591 professores cursistas. A Publicação do Edital SESU/SETEC/SECADI nº 02/2012, 31/08/2012, selecionou 32 IFES, aprovou 35 novos cursos e 08 expansões de turmas em cursos em andamento, serão ofertadas 4.800 novas vagas e os recursos serão descentralizados em 2013.

O Programa **Projovem Campo – Saberes da Terra** prevê a formação e a transferência dos recursos as SEDUCs para a aquisição da alimentação, transporte, materiais didáticos, entre outros. A Educação Escolar Indígena/CGEEI desenvolve-se em parceria com os sistemas de ensino, universidades públicas e institutos federais, em diálogo com representantes dos Povos Indígenas, seja por meio de suas organizações e/ou representações de lideranças e autoridades comunitárias, políticas educacionais voltadas à promoção e garantia dos direitos culturais, linguísticos e educacionais dos Povos Indígenas.

Tais políticas objetivam a acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem no âmbito da educação intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada na educação básica e no ensino superior para os povos indígenas, assegurada sua participação na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas por meio de espaços institucionalizados de consulta e de interlocução, nas esferas da União, nos estados e municípios. Destaca-se a edição do Decreto 6.861/2009 que criou os Territórios Etnoeducacionais como um modelo específico de regime de colaboração entre os entes federados, fundamentado em três eixos: a) aprofundar a valorização da sociodiversidade dos Povos Indígenas com o reconhecimento de sua(s) territorialidade(s) que em muitos casos não coincide(m) com as divisões político-administrativas em estados e municípios, fragmentando espaços de interação étnica em políticas locais de baixo impacto para a melhoria das condições de vida dessas comunidades e gerando grandes disparidades na oferta de oportunidades educacionais; b) ampliar a participação indígena nas políticas educacionais, criando condições para um diálogo intercultural permanente com os gestores públicos, buscando maior eficácia nos programas e ações; c) articular o planejamento, programas e ações dos gestores públicos a um Plano de Ação pactuado em cada Território EtnoEducacional, que define as responsabilidades institucionais, prioridades e metas, visando à melhoria da oferta e da qualidade sociocultural da educação básica e superior. Uma das ações prioritizadas nos Planos de Ação dos Territórios Etnoeducacionais, é a formação de professores e professoras indígenas em nível superior.

O **PROLIND** -Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais foi criado com o objetivo de fomentar nas instituições públicas de ensino superior a oferta de cursos de licenciaturas interculturais que habilitam professores indígenas para a docência nos anos finais e no ensino médio nas escolas indígenas, possibilitando, desse modo, a ampliação da oferta da educação básica nos territórios indígenas. Trata-se de cursos modulares, com etapas intensivas de estudos desenvolvidas nos campi das Instituições de Ensino Superior, Tempo/Universidade, e etapas formativas nas aldeias, com acompanhamento pedagógico, apoio às pesquisas desenvolvidas pelos cursistas, e desenvolvimento de conteúdos relacionados à avaliação das práticas pedagógicas – Tempo/Comunidade. A formação intercultural de docentes indígenas é uma inovação nas licenciaturas, possibilitando a habilitação por áreas de conhecimento e não por disciplinas – Línguas, Linguagens e Literaturas, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Sociais. Em 2012, por meio do PAR foram transferidos para as Secretarias Estaduais recursos financiando à formação inicial de 2.877 professores indígenas no Curso Normal Médio, com propostas pedagógicas específicas e modulares para professores no exercício da docência, aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação. Estes cursos são coordenados e executados pelas Secretarias Estaduais em parceria com as Universidades, organizações indígenas e indigenistas e financiados por meio do PAR-Plano de Ações Articuladas – MEC/PDE em 11 estados. Em 2012, 4.744 professores indígenas foram atendidos na formação continuada em 13 estados, de acordo com as demandas dos Territórios Etnoeducacionais.

O Programa **Educação Inclusiva: direito à diversidade** ampliou sua área de abrangência temática, voltando-se para a formação continuada dos profissionais da educação, no contexto da publicação e implementação das diretrizes curriculares nacionais para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. Nesse contexto, a concepção de ‘inclusão’ é entendida em oposição à ‘exclusão’. Essa exclusão refere-se aos sujeitos que estão distantes do exercício da cidadania, sobretudo, por não usufruírem de seus direitos e deveres de forma plena. A formação continuada dos/as profissionais da educação, no Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, deve ser entendida na perspectiva social e alçada ao nível da política pública, tratada como direito; deve ser pensada como processo inicial e continuado, como direito dos profissionais da educação e dever do Estado. O programa, em sua concepção, se pauta pelo compromisso assumido pela educação de incluir esses grupos de sujeitos que estão fora da escola e reintegrá-los socialmente por meio da garantia de um direito básico: a educação. A operacionalização do programa envolve a

parceria direta da SECADI com 166 municípios pólos, sendo que esses compreendem, em suas respectivas abrangências, a totalidade dos 5.565 municípios brasileiros promovendo a formação dos coordenadores do para que esses disseminem esta formação continuada para os territórios de sua abrangência. Além disso, o MEC apoia financeiramente o processo de formação continuada por meio do Plano de Ações Articuladas. Em 2012, 61 Planos de Trabalho dos municípios pólos foram aprovados o que gerou empenho de recursos para 47 destes. Foram realizados 21 seminários regionais, promovendo a formação continuada de, aproximadamente, 3.000 gestores e educadores em todo o país. A meta prevista para 2012 foi de apoiar a formação de 9.000 gestores e educadores. Cabe destacar que a execução se deu através de duas ações orçamentárias: 20RJ e 20RS, tendo sido realizado a formação de 6.500 gestores e educadores pela ação 20RJ.

O sistema **Rede e-Tec Brasil**, uma das iniciativas do Pronatec, visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec, com investimento de R\$ 81,7 milhões. Além disso, foram investidos R\$ 1,06 milhão na produção de material didático destinados aos cursos técnicos.

O **Profucionário** é um programa que visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce. A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira. Com o Profucionário, mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica foram beneficiados com a oferta de cursos técnicos também por meio da Rede e-Tec Brasil.

Há ações de estruturação dos dois programas sendo desenvolvidas, que envolvem regulamentações e sistemas que permitirão maior controle e acompanhamento dos processos, matrículas e funcionamento dos polos.

Quadro A.4.4.2 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código	20RO					
Descrição	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA					
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Unidade Responsável	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO					
Unidade Orçamentária	FNDE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000.000,00	150.312.545,00	143.288.071,64	114.938.945,00	2.623.135,00	28.349.126,64	112.315.810,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física	Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Bolsa concedida/FNDE	unidade	170.500	123.695	A LOA não apresenta meta financeira para esta ação.	

Análise Crítica

Um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Educação contribuíram para o desenvolvimento desta ação e o alcance das suas metas. A meta de 2012 definida na LOA foi alcançada em 73%. Apresentamos a seguir uma análise das principais realizações em cada uma das iniciativas, bem como das dificuldades encontradas, que impactaram, em alguma medida, no alcance da meta proposta.

A **Rede Nacional de Formação** tem como público-alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de professores, produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. As áreas de formação são: ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física. O programa autorizou o pagamento de 3.402 bolsas em 2012, num montante de R\$ 3,76 milhões.

O **Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação** - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa autorizou o pagamento de 14.941 bolsas em 2012, num montante de R\$ 12,01 milhões.

O **programa de Formação Continuada em Educação Infantil** oferece curso, em nível de especialização, para professores, coordenadores, diretores de creches e pré-escolas da rede pública e equipes de educação infantil das redes públicas de ensino, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de dezembro de 2009. O programa ofertou ainda 2.405 bolsas em 2012, num montante de R\$ 3,06 milhões.

O **Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR)** oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática. O programa inclui discussões sobre questões prático-teóricas e busca contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula. O programa ofertou ainda 515 bolsas em 2012.

Destaca-se também a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada. O **SINAFOR**, é um conjunto de ações de levantamento de demanda junto às escolas, de adequação da oferta pelas universidades e de implementação e monitoramento da formação continuada para professores da educação básica pública brasileira. Com esse modelo, a oferta de cursos, compatibiliza-se com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos. Com o Sinafor a forma de inscrição e aceitação de matrículas foi modificada para racionalizar o processo demanda que gerou um, causando um leve declínio no número estimado de vagas ofertadas, sem, contudo afetar significativamente a política.

O Programa **Mídias na Educação** oferece formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Tem como uma de suas principais características a integração das diferentes mídias ao processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes mídias. O programa ofertou 4.410 bolsas em 2012, tendo sido pagas 4.382, num montante de R\$ 6,17 milhões.

O **Programa Nacional de Tecnologia Educacional –Proinfo**, oferece formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral. O programa ofertou 22.750 bolsas em 2012, tendo sido pagas 22.700, num montante de R\$ 21,3 milhões.

O **Mais Educação**, programa que contempla estratégia e ações que tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante fomento a oferta de educação básica em tempo integral, oferece ainda cursos de formação continuada em processos educativos da educação integral para Professores e Gestores da Educação. O programa ofertou, em 2012, 313 bolsas. O ano de 2012 foi atípico devido à greve dos servidores das universidades federais o que ocasionou um atraso no início das atividades pelas Instituições Federais.

Em 2012 todas as Escolas participantes do Programa Escola Aberta foram inseridas no Mais Educação. Um dos critérios para participar do Programa era o de estar participando do Mais Educação. Diante disso, em meados de Junho, foi publicada a RESOLUÇÃO Nº 21 DE 22 DE JUNHO DE 2012 que “Destina recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, de 12 de abril de 2012, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com os Programas Mais Educação e Escola Aberta”. Diante dessa inclusão/fusão não houve indução para formação no âmbito no Escola Aberta.

No âmbito do **Programa Saúde na Escola – PSE**, uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, foi ofertado em 2012, o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola. O curso é realizado na modalidade a distancia, no período de setembro de 2012 e abril de 2013, com carga horária de 180 horas. É composto por 5 módulos, sendo que, no último módulo, os cursistas desenvolvem um projeto de prevenção, a ser implementado em sua escola. O valor total do projeto é de R\$13,07 milhões e promoveu a capacitação de cerca de 70 mil profissionais. O relevante resultado desta ação se deve a articulação feita com as Universidades que promoveram o PSE nos 2495 municípios atendidos. A capilaridade de atendimento das Universidades proporcionou um aumento de interesse significativo pelo programa por parte dos profissionais da educação. Em 2012, o programa ofertou, 3.690bolsas.

Vale destacar também o **Programa Nacional Escola de Gestores**, que contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram ofertadas 8.711 bolsas pelo programa em 2012, num total pago de R\$ 9,6 milhões, para os diferentes ciclos vigentes.

Por fim, foram ofertadas em 2012 no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), 710 bolsas de estudo para professores das 7 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, parceiras da formação do PRADIME-EAD, totalizando R\$ 783.580,00; no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 576 bolsas de estudos para professores das IFES parceiras da formação a distância do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, totalizando R\$ 506.710,00. No PRÓ-CONSELHO, em 2012 foram pagas somente 27 bolsas de estudos para professores das IFES parceiras da formação a distância do Pró-Conselho, totalizando R\$ 24.200,00.

O Programa **Escolas Interculturais de Fronteira** é desenvolvido em cidades brasileiras da faixa de fronteira, de um lado, e em suas respectivas cidades gêmeas da Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Seu objetivo superior é o de promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. Atualmente, o Programa é desenvolvido em treze escolas brasileiras da faixa

de fronteira e treze escolas-espelho nos demais países envolvidos. Por faixa de fronteira, entende-se a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. No ano de 2012, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 798, de 19/06/12, instituindo este Programa oficialmente e tramita um projeto de Resolução no FNDE para destinar recursos para as escolas participantes, via PDDE. Foi executado um pagamento total de 98 bolsas para os profissionais que atuaram diretamente na formação dos professores destas escolas, ao longo do ano de 2012.

Por fim, foram concedidas 49.914 bolsas pela **Rede E-tec e Profucionário**. Há ações de estruturação dos programas sendo desenvolvidas, que envolvem regulamentações e sistemas que permitirão maior controle e acompanhamento dos processos, matrículas e funcionamento dos polos.

A subação FB06/MAIS LEITURA não obteve financiamento em 2012, uma vez que foi integrada ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, houve o pagamento de 269 bolsas referentes a ciclos anteriores. A subação FD13/PROINFANTIL não obteve financiamento em 2012, uma vez que os cadernos estão sendo revistos de acordo com as novas diretrizes.

O programa **Um Computador por aluno – UCA** (executado no âmbito do Proinfo) oferece a concessão de bolsas para formação profissional, qualificação e atualização de professores participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias de ensino, assim como para estudantes de licenciatura, incentivando a formação inicial e continuada para professores para a Educação Básica, inclusive do Sistema Universidade Aberta do Brasil, e o intercâmbio entre instituições formadoras de educação superior. Em 2012 foram concedidas 6.979 bolsas, num total de R\$ 7.337.485,00.

Quadro A.4.4.3 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código	20RV					
Descrição	APOIO À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
Iniciativa	02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.					
Unidade Responsável	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO					
Unidade Orçamentária	FNDE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000.000,00	265.650.000,00	47.847.097,96	2.147.097,96	0	45.700.000,00	2.147.097,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Escola atendida	unidade	750	230	A LOA não apresenta meta financeira para esta ação.	

Análise Crítica

Na execução desta ação de **Suporte a Ed. Básica** é feita a transferência financeira aos municípios e DF, para aplicação em despesas com a manutenção e desenvolvimento da educação infantil pública, de forma a auxiliar a manutenção de novas unidades de educação infantil. Em 2012, foram repassados recursos financeiros¹ para os municípios cadastrados via Sistema Integrado de Monitoramento,

¹ *(Medida Provisória nº 533, de 10 de maio de 2011 convertida na Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011 – o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou a Resolução CD/FNDE nº 52, de 29 de setembro de 2011

Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) - MÓDULO EDUCAÇÃO INFANTIL MANUTENÇÃO (E. I. MANUTENÇÃO) - aba intitulada “Unidades do ProInfância”. Foram atendidos 230 novas unidades de educação infantil, em 222 municípios.

Alguns fatores contribuíram para que a meta prevista para a ação não fosse alcançada. Entre eles destacam-se: a demora na conclusão das obras; o repasse condicionado ao correto cadastramento do município no SIMEC – Módulo E. I. Manutenção aba Unidades do ProInfância; o pré-requisito de plena atividade no estabelecimento; e o significativo número de solicitações em diligência (100 estabelecimentos encontram-se em diligência aguardando resposta do município).

É importante destacar que o repasse pressupõe o término da obra; o início de funcionamento das escolas (depende da capacidade do município); as novas matrículas não contempladas pelo FUNDEB (maioria dos municípios está fazendo transferência de matrículas já existentes, portanto não tem direito ao recurso); e o cadastramento e solicitação do município, o que foi problemático em 2012, devido a situação de final de mandato.

Ainda no suporte a Ed. Infantil, no âmbito do programa “Brasil Carinhoso”, o MDS realizou transferência direta ao FNDE em 2012, para recurso suplementar para matrículas em creches de crianças de até 48 meses de idade oriundas de famílias do Programa Bolsa Família conforme quadro abaixo. A SEB é responsável pela análise das solicitações inseridas no SIMEC. Foram R\$ 131 milhões, repassados aos 1.900 municípios cadastrados.

Ressalte-se ainda que esta avaliação corresponde à mesma da ação 00GU, uma vez que ambas possuem o mesmo escopo. A Ação 00GU pertence ao programa 1061 BRASIL ESCOLARIZADO, da LOA 2011, que teve parte da sua execução em 2012. Como esta ação não está relacionada ao PPA 2012-2015, grande parte das informações presentes no quadro abaixo não se aplicam, pois ela não apresenta metas definidas para 2012 e não se relaciona a nenhum objetivo ou iniciativa. O Quadro traz, portanto, apenas as informações orçamentárias referentes à ação.

Quadro A.4.4 – AÇÃO DO PROGRAMA 1061 BRASIL ESCOLARIZADO

Identificação da Ação						
Código	Não se aplica					
Descrição	APOIO À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO					
Unidade Orçamentária	FNDE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	88.331.000,00	37.530.197,45	37.530.197,45	0	0	37.530.197,45
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica, uma vez que a ação em questão não possui metas definidas para 2012.						

recentemente alterada pela Resolução CD/FNDE nº 38, de 24 de agosto de 2012 para estabelecer os critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro).

Quadro A.4.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código		20RF				
Descrição		TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA				
Iniciativa		02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		FNDE				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
133.090.000,00	210.136.352,00	115.340.601,71	32.539.292,76			32.473.652,74
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade apoiada	Unidade apoiada	9500	9500	A LOA não apresenta meta financeira para esta ação.	

Análise Crítica

A ação orçamentária 20RF TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA é executada através de 3 iniciativas: o Proinfo, a TVEscola e a TVEscola – transmissão.

O programa TV Escola oferece apoio técnico pedagógico, material e financeiro para a infraestrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas por satélites, soluções terrestres ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas para a utilização pedagógicas no processo de ensino aprendizagem na educação básica. Prospecção, implementação e expansão e a integração das Tecnologias, prevendo a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática e outras tecnologias para a educação básica. Em 2012, foram repassados recursos de Capital para a Universidade Federal de Goiás para a pesquisa e a produção de mídias e conteúdos para os tablets que serão distribuídos aos professores do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino e para o desenvolvimento e a avaliação de soluções tecnológicas para a integração do Portal do Professor, Portal do Aluno e Portal da TV Escola. Foram empenhados mais de R\$ 1 milhão.

Ainda dentro desta ação, a subação TV escola - transmissão se refere a distribuição, seleção, aquisição e produção de conteúdos televisivos e de outras mídias, nacional e internacional. A TV Escola foi transmitida e produzida para todo o território nacional no exercício de 2012 para 9.500 escolas, alcançando toda a rede pública de ensino, e atendendo aos professores, alunos e público em geral, com conteúdos audiovisuais educativos. Teve um total executado de R\$ 30,78 milhões em 2012.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) visa promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Em 2012, foram entregues um total de 5.509 laboratórios e 9.492 projetores para escolas, totalizando recursos da ordem de R\$ 88,1 milhões.

Quadro A.4.4.5 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação						
Código	20RT					
Descrição	CERTAMES E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS					
Iniciativa	02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais.					
Unidade Responsável	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO					
Unidade Orçamentária	FNDE					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.000.000,00	66.797.708,00	46.270.557,03	20.768.280,73			20.687.695,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	5	5	A LOA não apresenta meta financeira para esta ação.	

Análise Crítica

Um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Educação contribuíram para o desenvolvimento desta ação e o alcance das suas metas. A meta de 2012 definida na LOA foi alcançada. Apresentamos a seguir uma análise das principais realizações em cada uma das iniciativas.

A **Tecnologias da Educação** tem o propósito de apoiar os sistemas públicos de ensino na busca por soluções que promovam a qualidade da educação. O Ministério da Educação apresenta, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o Guia de Tecnologias Educacionais, informativo que contém a descrição e identificação de tecnologias que podem auxiliar os gestores públicos em suas ações de melhoria da educação em suas redes de ensino. O Ministério da Educação, através desta política, avalia e pré-qualifica tecnologias educacionais inovadoras que apresentam condições de promover a qualidade da Educação Básica em todas as suas etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades.

O 6º Edital de pré-qualificação de Tecnologias Educacionais publicado em 2011 apresenta como resultado a publicação do Guia de Tecnologias da Educação Integral resultado do. Neste certame foram submetidas 133 tecnologias educacionais de educação integral para a avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). A divulgação dos resultados com as tecnologias educacionais pré-qualificadas e a publicação do Guia de Tecnologias da Educação Integral ocorrerá em 2013. Já o 7º Edital do Guia de Tecnologias Educacionais, que terá por foco a pré-qualificação de tecnologias para o desenvolvimento de competência linguístico-comunicativa em inglês e espanhol, teve recursos orçamentários / financeiros assegurados em 2012, através da descentralização R\$1.724.270,40 à UFRGS, e será publicado em 2013.

O **Prêmio Professores** consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas ou em desenvolvimento por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, em todas as etapas da educação básica. Em 2012, foi realizado a 6ª edição do Prêmio, que trouxe como

inovação a inclusão de quatro novas categorias - Educação Integral e Integrada, Ciências para os anos iniciais, Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Digital articulada ao desenvolvimento do currículo – que se somaram às categorias Educação Infantil, séries/anos Iniciais do Ensino Fundamental, séries/anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esta edição do Prêmio contou com 2.609 projetos inscritos, frente aos 1.617 do ano anterior, o que representou um crescimento superior a 60%. A cerimônia de premiação contou com a participação dos 40 professores premiados, 40 diretores escolares, representantes das entidades parceiras e autoridades do Ministério da Educação. Enquanto os professores premiados receberam um prêmio de R\$ 7.000 cada, os diretores escolares foram contemplados com placas, a serem fixadas nas escolas, que ressaltavam que havia uma experiência pedagógica exitosa naquela unidade escolar.

As **Olimpíadas Escolares** são iniciativas que visam elevar a qualidade dos ensinos fundamental e médio. O MEC fomenta a realização de olimpíadas com o intuito de estimular o desenvolvimento e envolvimento dos estudantes da disciplina nas escolas públicas. Neste sentido o MEC apoia a realização de olimpíadas escolares nas áreas de Matemática (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP) e Português (Olimpíada de Língua Portuguesa “Escrevendo o Futuro” – OLP).

A Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro promove, em anos pares, um concurso de produção de texto em diversos gêneros, para alunos das escolas públicas, entre o 5º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Em 2012, realizou-se a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa, com a adesão de 5.092 municípios e com 100.968 professores inscritos. Houve ainda a realização dos 27 eventos estaduais, 4 regionais e 1 nacional e a impressão de 124 mil conjuntos de kits de formação distribuídos aos professores. A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada para alunos das escolas públicas, da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio, tem por finalidade estimular o estudo da matemática entre alunos e professores de todo o País. Em 2012, realizou-se a 8ª edição do evento, que contou com mais de 19 milhões de inscritos, oriundos de 46.728 escolas.

Quadro A.4.4.6 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da uj

Identificação da Ação							
Código	20RU						
Descrição	GESTÃO EDUCACIONAL E ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO						
Iniciativa	02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade.						
Unidade Responsável	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO						
Unidade Orçamentária	FNDE						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
43.000.000,00	93.479.321,00	23.629.376,98	13.990.886,54	58.703,27	9.638.490,44	13.932.183,27	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Sistema de ensino apoiado/FNDE		5.591	5543	A LOA não apresenta meta financeira para esta ação		

Análise Crítica

O apoio aos sistemas de ensino se dá através da implementação de ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional, a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais e que fortaleçam o controle social. Desta forma, a ação se concretiza principalmente a partir da oferta vagas em programas que oferecem meios de capacitação e formação inicial e continuada dos docentes que atuam na educação básica, desenvolvimento de modelos gerenciais visando à melhoria da capacidade das Secretarias Municipais de Educação; além da realização e disseminação de estudos; subsídios para o desenvolvimento curricular; assistência técnica, pedagógica e financeira às unidades federadas, propiciando condições de implementação gradativa da jornada escolar em tempo integral.

Um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Educação contribuíram para o desenvolvimento desta ação e o alcance das suas metas. A meta de 2012 definida na LOA foi alcançada. Apresentamos a seguir uma análise das principais realizações em cada uma das iniciativas.

Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) – o Programa disponibiliza formação, presencial e a distancia, para os dirigentes municipais de educação atuarem frente à gestão pública. No caso do ano 2012, os cursos são ofertados pelas Universidades parceiras que recebem recursos do MEC mediante descentralização.

Do curso à distância foram pactuadas a oferta de 1.650 vagas para atender 11 estados da federação em parceria com 7 universidades. As universidades efetivaram 1.857 inscrições das quais 1.645 ainda se encontram em processo de formação, com previsão de término no primeiro semestre de 2013. Neste mesmo ano, formaram 273 cursistas dos inscritos em 2010/2011 e 100 cursistas dos inscritos em 2012. Mais 250 secretários e técnicos das secretarias participaram do GT das Capitais e Grandes cidades, uma ação presencial do Pradime.

O Pradime enfrentou alguns problemas em 2012 que prejudicaram o alcance satisfatório das metas. Entre eles destacam-se: i) grande parte das universidades estavam em greve no meio de ano e outras em processo de eleição de reitoria; e ii) a atipicidade do ano de 2012 com eleições municipais agravaram a disponibilidade do público-alvo no segundo semestre.

Porém, do que foi pactuado, as inscrições efetivadas superaram as vagas ofertadas em 12,55 %. As universidades estão trabalhando com uma margem superior de inscrições, sem onerar o projeto, para tentar compensar o número excessivo de evasões e alcançar suas metas.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – O Programa é realizado em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Visa estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado e o faz por meio da formação continuada de técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e de conselheiros escolares. Para isso realiza encontros presenciais e cursos à distância em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2012, foram capacitados 3.258 técnicos e conselheiros escolares por meio de encontros presenciais de formação e foram ofertadas 4.990 vagas para técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação de 17 estados, por meio do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares para formação a distância realizada em parceria com Universidades Federais. Destas duas formações – UFSCar e UFC - já encerram o curso do ano de 2012 e capacitaram 1771 técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação.

Entre as dificuldades para um integral alcance da meta pode-se mencionar as dificuldades tecnológicas dos municípios e o longo período de greves nas IFES parceiras do programa, o que também contribui para gerar atraso na elaboração e aprovação do Plano de Trabalho.

O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró Conselho), com o objetivo de qualificar a atuação dos Conselheiros Municipais de Educação, desenvolve ações de apoio à formação continuada de conselheiros por meio de encontros presenciais de formação, bem como formação a distância por meio do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação, que está sendo aperfeiçoado. Em 2012 foram capacitados 437 Conselheiros Municipais de Educação por meio do Curso a Distância e 1.382 Conselheiros Municipais de Educação por meio de encontros presenciais de formação.

Em 2012, o Programa passou a levantar as demandas por meio do SIMEC/PAR, propiciando uma maior fidedignidade na elaboração dos Planos de Trabalho e oferta de vagas nos estados brasileiros. Ressalte-se que neste ano houve reuniões técnicas com as representações da União Nacional de Conselhos Municipais de Educação – UNCME nos estados e com a direção nacional, o que possibilitou uma maior aproximação, com vistas a planejar e ampliar a oferta de 2013. Novamente, entre as dificuldades para um integral alcance da meta pode-se mencionar as dificuldades tecnológicas dos municípios e o longo período de greves nas IFES parceiras do programa, o que também contribui para gerar atraso na elaboração e aprovação do Plano de Trabalho.

Os três programas citados até agora apresentam seus esforços sintetizados no quadro abaixo.

Execução física – Profissionais beneficiados em 2012

Subação	Inscritos em 2012		Inscritos em anos anteriores		Total por Programa
	Em formação em 2012	Titulados / Certificados em 2012	Em formação em 2012	Titulados/Certificados em 2012	
fb 08: PRADIME	1.645	350	-	273	2.268
fb09: Conselhos Escolares	3219	5.029			8.248
fb10: Pró-Conselho				1819	1819
Total geral	12.335 pessoas beneficiadas em 2012				

No âmbito do programa **Mais Educação**, foram elaboradas pesquisas qualitativas sobre o Programa Mais Educação enfatizando os impactos da Educação Integral Integrada, realizadas pelas Universidades federais. Em 2012, 755 escolas foram objeto de pesquisa.

A **Provinha Brasil** é instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, que fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino e tem como objetivos principais: 1. avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental; 2. diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita. O delineamento e a construção dessa avaliação prevê, sobretudo, a utilização dos resultados obtidos nas intervenções pedagógicas e gerenciais com vistas à melhoria da qualidade da alfabetização. Em 2012, a Provinha Brasil foi distribuída para as 5.516 Secretarias Municipais e para as 27 Secretarias Estaduais.

Já em relação à **Política Nacional de Educação Infantil (PNEI)**, várias iniciativas se destacam:

- Tendo como objetivo a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI ocorreu publicação e distribuição nacional do material “Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial”. Houve também a participação em seminários e reuniões com representantes das Universidades Federais, dos Conselhos Estaduais e

Municipais de Educação, do Ministério Público, da UNDIME, da UNCME, da ANPED, do MIEIB e de especialistas de educação infantil.

- A contratação de consultores para identificar boas práticas voltadas para a saúde e bem estar da criança, assim como propor subsídios para a atualização da matriz lógica das ações do programa saúde na escola, contemplando componente específico para a educação infantil; e para subsidiar o processo de reformulação da Caderneta de Saúde da Criança, enfocando os aspectos educacionais, na perspectiva de que tal instrumento contemple informações referentes às ações das políticas de saúde, assistência social e educação infantil.
- a publicação de Edital nº 32/2012 de Pregão Eletrônico para Registro de Preço visa facilitar a aquisição de brinquedos para uso nas redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Varias etapas já foram superadas, mas o processo ainda esta em andamento. O edital apresenta a lista geral de brinquedos selecionados pelo MEC/SEB de acordo com as especificações técnicas definidas para que as empresas interessadas em vender brinquedos se inscrevam na licitação. Foi criada Comissão Técnica para análise pedagógica das amostras de brinquedos.
- A Pesquisa Nacional sobre Educação Infantil do Campo por meio de descentralização de recursos para Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e parceria com universidades federais, realizada em 2012, gerou os seguintes produtos: i) relatório com análise bibliográfica sobre as infâncias do campo, ii) relatório com análise dos dados quantitativos sobre as condições educacionais das crianças de 0 a 6 anos do campo; iii) mapeamento de práticas educativas ofertadas pelo poder público, famílias e comunidades às crianças de 0 a 6 anos de idade, moradoras em territórios rurais, e iv) publicação e distribuição do livro “Oferta e Demanda de Educação Infantil no Campo”.
- Foi oferecido apoio técnico pedagógico aos municípios executores do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância de acordo com a descrição que se segue: Reuniões polo = 60, Reuniões técnicas = 61, visitas técnicas = 77, reuniões estaduais = 19.
- Foi oferecido apoio técnico pedagógico aos municípios executores do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância através de descentralização de recursos para as Universidades Federais, com descentralização para as Universidades Federais da Bahia, Santa Maria e Porto Alegre no valor total de R\$ 3.629.126.
- Criação de Grupo de Trabalho e realização de pesquisa sobre Avaliação da Educação Infantil visando subsidiar o INEP na construção de uma sistemática nacional de avaliação conforme determina o PNE.
- Realização de 2 Seminários Internacionais sobre Avaliação na Educação Infantil.
- Formulação de documento contendo subsídios para a proposta de diretrizes e metodologias de avaliação nacional da educação infantil.
- Acompanhamento por meio de contratação de consultores da política de formação inicial e continuada dos professores da educação infantil.
- Proposta de adaptação e atualização dos materiais do Proinfantil para formação continuada concluída.
- Houve a implementação do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil com vistas a assegurar a formação especializada em nível de pós-graduação, em 20 universidades federais. Para o curso, foi elaborado o currículo da especialização em docência na educação infantil e dos módulos de aperfeiçoamento para oferta de professores na educação infantil, além da realização de seminários e reuniões técnicas com universidades federais e especialistas para debater as especificidades da docência na educação infantil.

Por fim, em relação ao CONAE, o Projeto Acompanhamento dos Fóruns Estaduais de Educação 2012/2013 tem como objetivos: incentivar a estruturação e acompanhar os fóruns estaduais de educação nas capitais/DF online e presencialmente; produzir relatórios e documentos sobre a

implementação dos fóruns estaduais; envolver direções estaduais e regionais da Anpae no debate com vistas à estruturação e acompanhamento dos fóruns. Em 2012, as ações do Projeto Acompanhamento dos Fóruns Estaduais de Educação estão em desenvolvimento, mediante o acompanhamento do processo de implantação dos Fóruns Estaduais e Municipais nos 27 estados e DF e o acompanhamento das reuniões dos coordenadores dos Fóruns, que, em Brasília, em dezembro/2012, reuniu 220 participantes. Destaca-se também a organização de um sistema de acompanhamento dos fóruns em 27 estados e no DF.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Educação	26101	150014

4.2.2. Programação de Despesas

Os quadros A.4.8, A.4.9 e A.4.10 não se aplicam uma vez que a SEB não é Unidade Orçamentária e não recebeu créditos orçamentários diretamente da LOA, mas somente por movimentação.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	150019	150002	12122210920RH			1.563.613,58
	Recebidos	150014	150019	12122210920RH			7.848.098,69
		152734	150019	12122210920RH			350.000,00
Movimentação Externa	Concedidos	150019	420028	12122210920RH			350.000,00
	Recebidos	153173	150019	12368203020RF			33.000.000,00
		420028	150019	13392202720KH			250.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3.1. Execução da despesa com créditos originário

Os quadros A.4.12 e A.4.13 não se aplicam uma vez que a SEB não é Unidade Orçamentária e não recebeu créditos orçamentários diretamente da LOA, mas somente por movimentação.

4.2.3.2. Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por movimentação

4.2.3.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	619.720,77	8.300.563,00	619.720,77	8.300.563,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	619.720,77	8.300.563,00	619.720,77	8.300.563,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	29.978.221,50	32.026.415,13	29.978.221,50	32.026.415,43
g) Dispensa	29.978.221,50	32.022.362,00	29.978.221,50	32.022.362,00
h) Inexigibilidade	0,00	4.053,13	0,00	4.053,43
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.028.719,76	785.181,91	1.027.509,21	785.181,91
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	1.028.719,76	785.181,91	1.027.509,21	785.181,91
5. Outros	4.585.672,68	1.357.007,59	4.568.597,01	1.351.407,59
6. Total (1+2+3+4+5)	36.212.334,71	42.469.167,63	36.194.048,49	42.463.567,63

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	1.028.719,76	785.181	1.028.719,76	785.181,91	0,00	0,00	1.027.509,21	785.181,91
14 – Diárias - Civil	504.897,01	277.350,15	504.897,01	277.350,15	0,00	0,00	504.312,46	277.350,15
36 – Outros Serviços de Terceiros - PF	523.822,75	507.831,76	523.822,75	507.831,76	0,00	0,00	523.196,75	507.831,76
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	35.984.046,95	42.344.141,59	35.183.614,95	41.683.985,72	0,00	0,00	35.166.539,28	41.678.385,72
30 – Material de Consumo	0,00	5.600,00	0,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 – Passagens Aéreas	595.828,57	1.081.646,00	595.828,57	1.081.646,00	0,00	0,00	595.828,57	1.081.646,00
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	35.360.599,65	39.905.488,00	34.560.167,65	39.245.332,13	800.000,00	0,00	34.560.167,65	39.245.332,13
41 – Contribuições	0,00	1.266.050,00	0,00	1.266.050,00	0,00	0,00	0,00	1.266.050,00
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	19.855,85	82.780,13	19.855,85	82.780,13	0,00	0,00	2.780,18	82.780,13
93 – Indenizações e Restituições	7.762,88	2.577,46	7.762,88	2.577,46	0,00	0,00	7.762,88	2.577,46
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	0,00	5.562.758,00	0,00	5.320.000,00	0,00	0,00	0,00	5.320.000,00
52 – Equipamentos e Material Permanente	0,00	5.562.758,00	0,00	5.320.000,00	0,00	0,00	0,00	5.320.000,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4.2.3.2.3. Análise crítica

Em 2012 houve uma alteração na forma como o MEC trabalha com a execução orçamentária, o que acarretou na transferência passando para a SAA (Subsecretaria de Assuntos Administrativos) de uma parte da execução da SEB. Estão incluídos nesta alteração todos os contratos da SEB. Salientamos, no entanto, que no começo do ano ainda houve alguma execução anterior a este processo de transferência. No caso de passagens, do total executado por esta Secretaria (R\$1.153.000,00), foi pago R\$595.828,57 pela SEB, tendo sido o restante repassado à SAA (R\$557.171,43) para que o pagamento começasse a ser feito por esta Unidade Jurisdicionada.

O mesmo procedimento ocorreu no que se refere ao item “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, onde a SEB repassou para a SAA R\$786.442,15 para o pagamento de contratos.

No quadro A.4.14., no item “5. Outros”, estão inseridos os pagamentos à projetos de Organismos Internacionais, Termo de Cooperação, Despesas com Exercícios Anteriores e Ressarcimentos. O aumento, em relação ao ano anterior, se deu devido ao pagamento de um novo projeto de Organismo Internacional (no caso, a UNESCO).

O valor gasto com Diárias também teve um aumento conta de viagens para atender as iniciativas que incorporados à SEB devido a reestruturação do Ministério da Educação, em 2011.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Destaca-se que os seguintes subitens não serão preenchidos no Relatório de Gestão apresentado por esta UJ em 2012:

5.1. Reconhecimento de Passivos e 5.6. Gestão de Precatórios

Estes itens não se aplicam a natureza jurídica da SEB.

5.3. Suprimento de Fundos

Não ocorreu tal despesa no exercício de 2012 no âmbito da SEB. Além disso, destaca-se que a Conta Tipo B não é utilizada pelo Ministério da Educação.

5.4. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

A SEB/MEC também realiza a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Com o advento da Lei 12.101/2009, publicada em 30/11/2009, e que alterou os procedimentos da certificação, ao Ministério da Educação foi atribuída a responsabilidade pela certificação das entidades beneficentes atuantes na área educacional, sendo que à Secretaria de Educação Básica coube a apreciação e decisão sobre os requerimentos de certificação das entidades atuantes na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), protocolados anteriormente à vigência da Lei 12.101/2009 no CNAS e que, ainda pendentes de análise, foram transferidos ao MEC em 2010. Após a conclusão da análise dos processos, a SEB encaminha a lista de entidades certificadas à Receita Federal, responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias, para que esta proceda à concessão das devidas isenções. Portanto, a SEB é responsável apenas pela Certificação não se aplicando a esta Unidade os subitens deste item.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2006	200,00	0,00	0,00	200,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	20.216,00	0,00	20.000,00	216,00

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.2. Análise Crítica

Em 2006 foi pago a menor em R\$200,00 uma parcela de um convênio com a Secretaria de Educação do Tocantins (19004/2006) e não foi corrigido. O convênio já foi finalizado, com prestação de contas aprovada. Estamos providenciando o cancelamento de tal empenho.

Em 2011, os R\$216,00 são referentes à 3 solicitações de pagamento de despesas com ISBN, duas no valor de R\$12,00 e uma no valor de R\$192,00. Foi feita a solicitação da área, porém os processos nunca voltaram para efetuarmos o pagamento. Também já estamos providenciando o cancelamento de tais empenhos.

Ainda em 2011, foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$10.000,00, referente ao 1ª termo aditivo ao contrato de produção do TV Escola, e R\$10.000,00 referente ao 1ª termo aditivo ao contrato de transmissão da TV Escola, ambos pagos em 2012.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Educação Básica									
CNPJ: 00394445/0124-52					UG/GESTÃO: 150019/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	1	Ministério da Cultura	350.000,00	0,00	350.000,00	350.000,00	10/05/2012	10/05/2013	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: COAG/GAB/SEB

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Educação Básica					
CNPJ:	00394445/0124-52					
UG/GESTÃO:	150019/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	2	0	350.000,00	668.350,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	2	0	350.000,00	668.350,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Educação Básica					
CNPJ: 00394445/0124-52			UG/GESTÃO: 150019/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0,00	0,00	0,00	-
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	-
Termo de Cooperação	2	518.350,00	518.350,00	0,00	100%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	-
Totais	2	518.350,00	518.350,00	0,00	100%

Fonte: COAG/GAB/SEB

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não serão apresentadas as informações sobre este subitem, uma vez que as transferências referentes a convênio passaram, a partir de 2008, a ser executadas por intermédio do FNDE, nos termos da Portaria MEC nº 21, de 04/12/2008.

A SEB acompanha, por meio de relatórios sistemáticos e de visitas *in loco*, a execução física dos programas, ações e subações de educação básica, conforme previsto nos termos de cooperação pactuados.

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não serão apresentadas as informações sobre este subitem, uma vez que as transferências referentes a convênio passaram, a partir de 2008, a ser executadas por intermédio do FNDE, nos termos da Portaria MEC nº 21, de 04/12/2008.

A SEB acompanha, por meio de relatórios sistemáticos e de visitas *in loco*, a execução física dos programas, ações e subações de educação básica, conforme previsto nos termos de cooperação pactuados.

5.3.6. Análise Crítica

Há algum tempo, os Termos de Cooperação e Convênios elaborados na SEB são na sua grande maioria executados pelo FNDE, ficando poucos a serem executados pela SEB. De 2 anos pra cá os recursos para atender os programas de formação, que demanda a maior parte dos Termos de Cooperação e Convênios da SEB, estão na LOA, direto nas universidades, o que reduziu bastante a quantidade de processos.

Hoje temos somente dois Termos de Cooperação vigentes, um que se encerra neste ano de 2013 e outro em maio de 2014. Destes, somente um foi firmado em 2012, tendo sido empenhado, liquidado e pago no mesmo exercício.

As descentralizações são acompanhadas pelas áreas responsáveis pelo Programa que se enquadraram o termo de Cooperação, sendo que as mesmas recebem os relatórios de execução e fazem sua análise.

PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Informamos que os subitens - conforme constam na Portaria-TCU N° 150, de 3 de julho de 2012:

- 6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada,
- 6.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas,
- 6.1.5. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos,
- 6.1.6. Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos,
- 6.1.7. Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação,
- 6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos,
- 6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão,
- 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público,
- 6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados,
- 6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada e
- 6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão,

Serão apresentados pela Secretaria Executiva do MEC, justamente com os seus respectivos quadros, órgão responsável pela gestão do cadastro de servidores do MEC, bem como pela gestão dos “Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra, Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva, Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, e Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra”, além de exercer o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG; de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento e da Diretoria de Tecnologia de Informação a ela subordinadas. (Conforme o Decreto N° 7.690, de 2 de março de 2012)

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da SEB – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	85	08	27
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	85	08	27
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	68	05	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	05	0	03
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	02	01	01
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	10	02	06
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	08	0	02
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	11	0	06
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	104	08	35

Fonte: COAG/GAB/SEB

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

A SEB não possuía força de trabalho em nenhuma das situações descritas em 31/12/2012.

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEB (Situação em 31 de dezembro)

Obs: Informamos que 07 (sete) Funções Gratificadas e 02 (dois) cargos em comissão são de outra UJ, sendo exercidas por servidores na SEB.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	47	07	25
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	47	07	25
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	19	04	09
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	03	0	02
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	09	01	06
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	11	02	05
1.2.5. Aposentados	Não há	05	0	03
2. Funções Gratificadas	Não há	28	03	07
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	27	03	07
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	01	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	75	10	32

Fonte: COAG/GAB/SEB

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	08	25	26	24	10
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	08	24	19	24	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	01	07	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	01	03	03	04	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	03	03	04	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	09	28	29	28	10

Fonte: COAG/GAB/SEB

**6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada
Segundo a Escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	03	16	68	02	02	02
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	03	16	60	02	02	02
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	8	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	02	08	0	01	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	02	08	0	01	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	03	18	76	02	03	02

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: COAG/GAB/SEB

6.1.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício* (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	04	
1.1 Área Fim	0	0	0	04	
1.2 Área Meio	0	0	0	0	
2. Nível Médio	07	01	0	02	
2.1 Área Fim	02	01	0	02	
2.2 Área Meio	05	0	0	0	
3. Total (1+2)	07	01	0	06	

Fonte: COAG/GAB/SEB

***Obs:** as informações sobre despesas dos estagiários deverão ser prestadas pela SAA, uma vez que o pagamento é feito por aquela Subsecretaria de Assuntos Administrativos

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

As informações sobre este subitem não serão apresentadas porque a gestão patrimonial não está entre as competências da SEB, conforme o Decreto N° 7.690, de 2 de março de 2012.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

As informações sobre este subitem não serão apresentadas porque a Gestão da Tecnologia da Informação não está entre as competências da SEB, conforme o Decreto n° 7.480, de 16 de maio de 2011.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Os subitens 9.1 e 9.2 não se aplicam à SEB, pois a execução dos processos de licitações não está entre as suas competências, conforme o Decreto N° 7.690, de 2 de março de 2012. Quando a SEB precisa fazer aquisições que exigem processos de licitação, a demanda é encaminhada para a Secretaria-Executiva do MEC que exerce, também, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG; de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISPI, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento e da Diretoria de Tecnologia de Informação a ela subordinadas. (Decreto N° 7.690, de 2 de março de 2012).

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1.1. - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.271/2010-0	950/2011 – TCU - PLENÁRIO	9.4	RE	Ofício N° 523/2011-TCU/SECEX-6
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação					
Descrição da Deliberação					
9.4. Alertar a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quanto à ausência de realização de audiência pública previamente ao lançamento do edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2013.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica (SEB/ MEC): Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais (DCE)/ Coordenação-Geral de Materiais Didáticos (COGEAM). - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Diretoria de Ações Educacionais/ Coordenação-Geral dos Programas do Livro.					
Síntese da Providência Adotada					
Quanto ao item 9.4. a recomendação do TCU foi atendida pela Audiência Pública nº 01/2012, realizada na data de 20 de dezembro de 2012, no Auditório I do Edifício Sede do Ministério da Educação, para tratar das inovações que o Ministério pretendia inserir no edital do PNLD 2015 – Ensino Médio e prestar esclarecimentos aos interessados. A Audiência foi gravada e transcrita e a SEB consolidou as questões, respostas e encaminhamentos em uma Ata publicada na página do FNDE junto ao Edital do PNLD 2015.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A Audiência Pública contou com grande participação de editores, autores e demais interessados no processo de avaliação e aquisição de obras didáticas a serem inscritas no PNLD 2015. Sua realização foi muito bem recebida pelos participantes por permitir, além dos esclarecimentos, uma oportunidade de troca de informações.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Houve empenho, presteza e transparência por parte da SEB e do FNDE na realização da Audiência.					

Fonte: SEB

Quadro A.10.1.2. - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.556/2011-9	1930/2012	9.1.5	DE	Ofício 1810/2012 – TCU/SECEX/BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica					1975
Descrição da Deliberação					
Disponibilização de 84 kits de materiais didáticos diversos, para incentivar a implementação de atividades no contraturno em unidades escolares nos municípios de Itapicuru-BA: inexecução das metas pactuadas com o mencionado município em virtude de esta autarquia não ter disponibilizado os mencionados materiais.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Currículos e Educação Integral					1976
Síntese da Providência Adotada					
Para o ano de 2013 serão atendidas 34 escolas novas no município para oferta do Programa, o que supera o pactuado quanto à disponibilização de kits de materiais didáticos para incentivar a implementação de atividades no contraturno em unidades escolares do município de Itapicuru, conforme normatização do Programa Mais Educação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ainda não é possível mensurar os resultados, uma vez que a implantação ocorrerá no decorrer do ano de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como fator positivo é apresentado à adesão das escolas do município de Itapicuru ao Programa Mais Educação para o ano de 2013, uma vez que a forma de repasse de recursos financeiros para a aquisição de kits de materiais didáticos se dá por meio do FNDE/MEC para as Unidades Executoras locais, ficando estas, neste caso, responsáveis pela aquisição dos mesmos.					

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2.1. - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.271/2010-0	950/2011-TCU- PLENÁRIO	9.3	DE	Ofício N° 523/2011- TCU/SECEX-6
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação					
Descrição da Deliberação					
9.3. Com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que nos próximos editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), seja incluída a previsão da possibilidade de interposição de recurso contra a inabilitação de obras nas etapas de triagem e pré-análise.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica (SEB/ MEC): Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais (DCE)/ Coordenação-Geral de Materiais Didáticos (COGEAM). - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Diretoria de Ações Educacionais/ Coordenação-Geral dos Programas do Livro.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
- Cronograma de avaliação exíguo do PNLD 2014 para inclusão de mais uma etapa, a de interposição de recurso contra a inabilitação de obras na pré-análise, a cargo da SEB, tendo em vista que nessa avaliação foi permitida a apresentação, pelos editores, além das obras impressas, de conteúdos multimídia armazenados em DVD ROM, que demandam também um processo de avaliação pedagógica e técnica.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A exiguidade de tempo para a avaliação, tanto das obras impressas como dos conteúdos multimídia, esses últimos a exigir uma dupla avaliação (pedagógica e técnica), prejudicou o cumprimento da determinação apresentada pelo TCU durante o processo de avaliação em curso das obras inscritas no PNLD 2014.					

Fonte: SEB

Quadro A.10.2.2. - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Educação					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	016.851/2012-9	Nº 5348/2012- TCU - 2ª Câmara	1.7	RE	Ofício Nº 992/2012-TCU/SECEX-6
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação					
Descrição da Deliberação					
1.7. Recomendar à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, além da listagem dos profissionais, façam publicar, posteriormente à divulgação do Guia de Livros Didáticos, informações adicionais sobre os avaliadores e revisores das obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a fim de garantir o acesso a informações relativamente ao PNLD, em observância à Lei nº 12.527/2011.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Educação Básica (SEB/ MEC): Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais (DCE)/ Coordenação-Geral de Materiais Didáticos (COGEAM). - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Diretoria de Ações Educacionais/ Coordenação-Geral dos Programas do Livro.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
- Cronograma de avaliação exíguo do PNLD 2013 devido à necessidade de elaboração, pela primeira vez, de pareceres de aprovação e de pareceres de aprovação condicionada à correção de falhas pontuais, e à inclusão de uma nova etapa, a de interposição de recurso contra os pareceres de exclusão de obras e posterior análise desses recursos, conforme determina o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010..					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
- A exiguidade de tempo para a avaliação e elaboração de todos esses pareceres, bem como para a análise e resposta aos recursos impetrados pelas editoras prejudicou o cumprimento da recomendação apresentada pelo TCU.					

Fonte: SEB

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não serão apresentadas informações neste subitem pois no âmbito da SEB, ao final do exercício de 2012, não existem Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA			1975
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	RAV Nº 16/2012	5, 6, 7, 8 e 9	Aviso nº 633/2012/GM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA			1975
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação nº 5 Que a SEB reformule e atualize o Termo de Adesão, envolvendo a inclusão de providências e prazos específicos, no caso de não realização de atividades de capacitação de professores.</p> <p>Recomendação nº 6 Que a SEB promova ações de fortalecimento dos NTE, principalmente no âmbito Municipal, de forma a promover uma melhor formação dos docentes que atuam com os equipamentos do Proinfo, para o seu melhor aproveitamento como ferramenta educacional.</p> <p>Recomendação nº 7 Que a SEB, em articulação com o FNDE, desenvolva estratégias de divulgação sobre a formação do Proinfo, com o propósito de desenvolver as habilidades dos professores e gestores dos sistemas Estaduais e Municipais para a utilização dos equipamentos licitados no âmbito do Programa.</p> <p>Recomendação nº 8 Que a SEB, em articulação com o FNDE, reformule os Termos de Confirmação de Demandas, que devem representar o pedido dos Estados e Municípios dentro de duas necessidades, fazendo conter nesse documento o compromisso do Município ou Estado em atender seus alunos, professores e gestores nos laboratórios de informática em atividades curriculares durante todo o ano letivo.</p> <p>Recomendação nº 9 Que a SEB desenvolva estratégias que possibilitem que as informações do Programa, relativas à necessidade de uma efetiva utilização dos computadores recebidos do Governo Federal, cheguem ao conhecimento do beneficiário final, utilizando-se dos recursos de publicidade de utilidade pública.</p>			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	1975
Síntese da Providência Adotada	
<p>Providência Adotada Recomendação nº 5</p> <p>A Secretaria de Educação Básica iniciou, em 2012, um processo de reformulação do Termo de Adesão ao Proinfo. Este processo resultou em uma proposta que integraria as formações do Proinfo às demais formações da SEB. Para tanto, a Secretaria vem trabalhando na integração de todas as formações continuadas em uma plataforma única. A adesão a estas formações se dará por meio do PDE Interativo e será regrada pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), respeitando a autonomia das Unidades Federativas.</p> <p>As formações do Proinfo fazem parte deste processo de integração. Para que estas formações, específicas do Proinfo, sejam inseridas de maneira articulada em um futuro Termo de Adesão, esta proposição deverá ser validada pelos gestores públicos responsáveis, tanto os que estão à frente do PAR neste Ministério, quanto os das Unidades Federativas, visto que envolve responsabilidades legais de tais agentes públicos.</p> <p>Providência Adotada Recomendação nº 6</p> <p>A SEB, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, está desenvolvendo um novo modelo de formação continuada de professores para a educação digital (anexo I), no âmbito do Proinfo Integrado, a ser implantado através de dois cursos, um para os multiplicadores dos NTEs e NTMs e outro para os professores das escolas públicas brasileiras, em nível de especialização oferecidos pelas IES, na modalidade EAD.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Público alvo: Multiplicadores de NTE e NTM • Vagas oferecidas: 10.000 • Início da oferta do curso de especialização para os NTEs e NTMs: julho de 2013 • Cronograma de atividades: <ul style="list-style-type: none"> → Redigir o projeto pedagógico dos cursos de especialização para professores e multiplicadores: novembro/11 a setembro/12. → Produzir os materiais didáticos de dois Cursos de Especialização (multiplicadores NTE/NTM e professores): fevereiro/12 a fevereiro/14. → Elaborar relatórios de monitoramento e finalização das ações: outubro/12 a dezembro/14 <p>Providência Adotada Recomendação nº 7</p> <p>A SEB realizou, no período de 11 a 13 de junho/12, reunião técnica com os 54 coordenadores do Proinfo, sendo 2 por estado, com o objetivo de discutir as estratégias de formação do novo curso Educação Digital, alinhar e esclarecer pontos pertinentes ao desenvolvimento do Programa Proinfo Integrado, UCA – Um computador por aluno e de política de formação para a cultura digital dos professores da rede pública.</p> <p>Foi realizado também, no período de 23 a 26 de julho/12, formação técnica de 93 multiplicadores das secretarias estaduais e municipais de educação que atuarão como tutores do Aluno Integrado. O desenvolvimento do Aluno Integrado tem o objetivo geral de oportunizar a alunos e</p>	

professores de escolas públicas qualificação no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Está autorizada para o período de 19 a 23 de novembro/12 reunião técnica com 54 coordenadores do Proinfo e 30 coordenadores de universidades federais para discutir estratégias de formação do Proinfo nos Estados, bem como fazer o repasse metodológico do curso Aluno Integrado para as instituições federais de ensino.

Providência Adotada Recomendação nº 8

A Secretaria de Educação Básica iniciou, em 2012, um processo de reformulação do Termo de Adesão ao Proinfo. Este processo resultou em uma proposta que integraria as formações do Proinfo às demais formações da SEB. Para tanto, a Secretaria vem trabalhando na integração de todas as formações continuadas em uma plataforma única. A adesão a estas formações se dará por meio do PDE Interativo e será regrada pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), respeitando a autonomia das Unidades Federativas.

As formações do Proinfo fazem parte deste processo de integração. Para que estas formações, específicas do Proinfo, sejam inseridas de maneira articulada em um futuro Termo de Adesão, esta proposição deverá ser validada pelos gestores públicos responsáveis, tanto os que estão à frente do PAR neste Ministério, quanto os das Unidades Federativas, visto que envolve responsabilidades legais de tais agentes públicos.

Providência Adotada Recomendação nº 9

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação – ACS/MEC vem realizando ao longo do exercício de 2012 chamadas publicitárias de utilidade pública na imprensa escrita, televisão, rádio e rede mundial de computadores (internet) que contemplam o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, ressaltando os procedimentos necessários à adesão dos entes municipais e estaduais ao Programa.

Síntese dos Resultados Obtidos

As providências adotadas estão em fase de implantação. Somente após a efetiva execução das ações propostas será possível mensurar a eficácia dos resultados no âmbito do Programa Proinfo.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As providências adotadas estão em fase de implantação. Somente após a efetiva execução das ações propostas será possível mensurar a eficácia dos resultados no âmbito do Programa Proinfo.

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Conforme o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, na estrutura organizacional da SEB não existe uma unidade de controle interno ou de auditoria interna.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

As informações relativas a este item serão apresentadas pela secretaria executiva do MEC, responsável pela gestão de cadastro de servidores do MEC.

10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV


As transferências referentes a convênio passaram, a partir de 2008, a ser executadas por intermédio do FNDE, nos termos da PORTARIA NORMATIVA No- 37, DE 21, DE SETEMBRO DE 2007 e a PORTARIA NORMATIVA No- 21, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2008. A SEB atualmente acompanha, por meio de relatórios sistemáticos e de visitas in loco, a execução física dos programas, ações e subações de educação básica, conforme previsto nos termos de cooperação pactuados. Desta forma, não existem registros no exercício de 2012 de convênios sob responsabilidade desta UJ no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

A declaração a seguir refere-se portanto, a contratos registrado no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, no exercício de 2012.

DECLARAÇÃO

Eu, Rafael Cezar Lima, CPF nº 834.394.981-15, Coordenador de Apoio à Gestão, exercido na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2013.


Rafael Cezar Lima
834.394.981-15
Coordenador de Apoio à Gestão
SEB/MEC

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

O subitem “11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público” será apresentadas no Relatório de Gestão da SE/MEC, uma vez que a SAA é responsável pelo Setor de Patrimônio do MEC.

O s itens a seguir não serão apresentados neste relatório, uma vez que não se aplicam a natureza jurídica da SEB:

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais

11.6. Parecer da Auditoria Independente

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Secretaria de Educação Básica - SEB** que apresenta Relatório de Gestão.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 25 de Março de 2013.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Núcia Ferreira da Silva'.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO
ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE
UNIDADES AFINS.**

28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

28.1. Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

PROJETO OEIBRA/09/001 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: S/N					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. - Amazonas e Pará			22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. - Amazonas e Pará			113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00	
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância Amazonas e Pará			190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: ANA LUCIA PEIXOTO DE BRITO	CPF: 060.884.812-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS			OEI		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL			OEIBRA/09/001		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Termo de Referência nº 1514					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. – RJ e RN		22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00		
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. – RJ e RN		113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00		
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância. – RJ e RN		190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00		
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA DE FÁTIMA SIMAS MALHEIRO			CPF: 754.903.827-91		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no
 Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos
 Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. – Paraná			22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. - Paraná			113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00	
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância. - Paraná			190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: DANIELLE MARQUES VIEIRA				CPF: 105.078.028-02	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. – AL e PE			22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. – AL e PE			113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00	
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância. – AL e PE			190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA GEISA DE ANDRADE				CPF: 305.346.744-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS			OEI		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL			OEIBRA/09/001		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: S/N					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. – Ceará		22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00		
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. - Ceará		113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00		
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância - Ceará		190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00		
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA DE JESUS ARAUJO RIBEIRO			CPF: 091.402.203-20		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS			OEI		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL			OEIBRA/09/001		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. –			22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. –			113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00	
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância. –			190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SÔNIA MARIA DE MELO BARBOSA			CPF: 002.745.146-13		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/05/2012	05/12/2012	90.000,00	90.000,00	29.000,00	29.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, de caráter analítico sobre a importância da reformulação e implantação do projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, contendo proposta de assessoramento técnico nos respectivos pólos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. - Paraná			22 dias após assinatura do contrato	R\$ 29.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo os resultados da análise dos dados de caracterização do atendimento nos municípios e proposição de orientações curriculares a partir dos principais desafios a serem enfrentados na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. - Paraná			113 dias após assinatura do contrato	R\$ 31.000,00	
Documento Técnico “C”, de caráter propositivo contendo subsídios para a melhoria da qualidade nas instituições de educação infantil, a partir da transferência de conhecimento, com recomendações ao Ministério da Educação referentes à Educação Infantil e especialmente ao Programa Proinfância. - Paraná			190 dias após assinatura do contrato	R\$ 30.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: REGINA LÚCIA COUTO DE MELO				CPF: 277.763.876-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Consultora solicitou distrato a partir de 20/06/2012, tendo recebido a 1ª parcela do contrato, referente à entrega do 1º Produto – Documento Técnico “A”.					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para subsidiar o processo de reformulação da Caderneta de Saúde da Criança, enfocando os aspectos educacionais, na perspectiva de que tal instrumento contemple informações referentes às ações das políticas de saúde, assistência social e educação infantil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/10/2012	10/12/2012	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, contendo proposta de estratégias e parâmetros para a reformulação da Caderneta da Criança, na perspectiva de que sejam incluídas, além dos aspectos relacionados à saúde e assistência social, às questões voltadas à educação, incluindo parâmetros do desenvolvimento infantil.			10/12/2012	R\$ 23.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ZILMA DE MORAES RAMOS DE OLIVEIRA				CPF: 980.303.458-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para propor processos de planejamento técnico-pedagógico e de gestão/avaliação da política de educação infantil nos municípios participantes do Proinfância nos estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, SE, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com vistas à implantação e aprimoramento das propostas pedagógicas em congruência com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEL.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/10/2012	10/12/2012	44.000,00	44.000,00	21.000,00	21.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, contendo estudo analítico das possibilidades e limites da oferta do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, na modalidade de ensino a distância, no estado do Amazonas.			15/11/2012	R\$ 21.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo diagnóstico do gerenciamento compartilhado das ações de formação de professores de educação infantil conduzidas pela SEB e recomendações para melhoria dessa gestão compartilhada, com ênfase no papel da COEDI.			10/12/2012	R\$ 23.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ÂNGELA MARIA RABELO FERREIRA BARRETO				CPF: 198.905.086-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato prorrogado, tendo em vista que houve atraso na elaboração do 2º produto.					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para elaborar proposta de mecanismos sobre avaliação da e da educação infantil a partir de práticas e experiências nacionais ou internacionais, em curso, de modo a subsidiar o processo de inclusão da Educação Infantil no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/05/2012	09/12/2012	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, contendo estudo sistematizado sobre metodologia e modelos de avaliação institucional ou de contexto aplicáveis à educação infantil.			01/07/2012	R\$ 32.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo estudo sistematizado sobre as práticas usuais de alfabetização na educação infantil e recomendações ao MEC referentes à inclusão desta área no currículo da educação infantil. .			16/09/2012	R\$ 30.000,00	
Documento Técnico “C” contendo proposta e recomendações ao MEC sobre instrumentos de avaliação na Educação Infantil			28/11/2012	R\$ 34.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SANDRA MARIA ZAKIA LIAN SOUSA				CPF: 932.677.038-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL				OEIBRA/09/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: s/n					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para identificar boas práticas voltadas para a saúde e bem estar da criança, assim como propor subsídios para a atualização da matriz lógica das ações do programa saúde na escola, contemplando componente específico para a educação infantil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2012	10/12/2012	44.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico “A”, contendo estudo analítico sobre as experiências em saúde e bem estar das crianças implantadas nas instituições de educação infantil destacando sua relação com a formação do professor.			28/10/2012	R\$ 23.000,00	
Documento Técnico “B”, contendo proposta de procedimentos básicos de saúde a serem observados no processo de atendimento em creches e pré-escolas, contemplando as estratégias de implementação do Programa Saúde na Escola na Educação Infantil.			02/12/2012	R\$ 21.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: DAMARIS GOMES MARANHÃO				CPF: 696.785.458-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

ANÁLISE CRÍTICA – PROJETO OEI/BRA/09/001

O Projeto OEI/BRA/09/001 foi firmado em março de 2009, com vigência inicial de 34 meses (março de 2009 a dezembro de 2011). Em 2012, passou por uma revisão substantiva, na qual houve decréscimo de R\$ 3.228.197,67, do valor original de R\$ 6.000.000,00 e prorrogação do prazo até dezembro de 2012. Em 2012 a Coordenação-Geral de Educação Infantil/DICEI/SEB, solicitou uma nova prorrogação de prazo, tendo em vista a existência de recursos financeiros e a necessidade de cumprimento das ações previstas no Projeto, que tiveram atraso em função de mudanças institucionais no Ministério da Educação. Diante desta situação, o Projeto foi prorrogado por mais 24 meses, de dezembro de 2012 a dezembro de 2014.

A Secretaria de Educação Básica considera que este Projeto tem contribuído fortemente para o fortalecimento da política de educação infantil do MEC. O Projeto contribuiu para a redução das inadequações dos projetos político-pedagógicos em instituições públicas de educação infantil, por meio de contratação de consultores especializados para a construção de propostas de assessoramento técnico-pedagógico aos municípios que aderiram ao Programa ProInfância, baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

No entanto, no campo das políticas de educação infantil, ainda persistem dificuldades no que se refere à universalização do acesso e à formação inicial e continuada de docentes que atuam nesta etapa e na inadequabilidade e improdutividade das práticas de gestão ligadas ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas.

A Secretaria de Educação Básica juntamente com a Organização dos Estados Iberoamericanos, por meio deste Projeto tem se dedicado amplamente ao enfrentamento destas dificuldades.

PROJETO 914BRA1109 - ESCOLA ABERTA: EDUCAÇÃO, CULTURA E TRABALHO PARA A JUVENTUDE

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
PROJETO 914BRA1109 - ESCOLA ABERTA: EDUCAÇÃO, CULTURA E TRABALHO PARA A JUVENTUDE			914BRA1109		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA - 2423/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada destinada a produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. – Rio Grande do Norte					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas – Rio Grande do Norte			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Rio Grande do Norte			11/12/2012	R\$ 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011.			21/03/2012	R\$ 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011– Rio Grande do Norte			09/06/2013	R\$ 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Rio Grande do Norte			14/08/2013	R\$ 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANDREA LORENA OLIVEIRA FRANÇA				CPF: 573.525.181-34	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2422/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. – DF e Tocantins					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/09/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – DF e Tocantins			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. DF e Tocantins			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. DF e Tocantins			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. DF e Tocantins			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANA NERY CORDEIRO DE CARVALHO			CPF: 308.822.907-97		

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2445/2012					
Objetivo da Consultoria: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. - Maranhão					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Maranhão			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Maranhão			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Maranhão			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Maranhão			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: AIDE CANÇADO ALMEIDA				CPF: 255.616.006-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2384/2012					
Objetivo da Consultoria: formulação de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Escola Aberta e no cenário da política de educação integral nas escolas brasileiras, com vistas ao planejamento, acompanhamento, avaliação das ações e ao aperfeiçoamento de sistemas de informações das ações dos Programas do MEC na temática educação integral. - Região Sul					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/09/2012	08/06/2013	60.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Estudo sobre a abrangência dos dados educacionais das escolas que fizeram adesão aos programas Escola Aberta e Programa Mais Educação, que favoreçam ao acompanhamento/monitoramento das ações empreendidas nos próximos exercícios. – Região Sul			21/09/2012	R\$. 13.000,00	
Estudo analítico sobre a duração dos turnos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em intervalos de até 04 horas, de mais de 04 horas e menos de 07 horas e de 07 ou mais horas, com base nos resultados do Censo Escolar 2011, comparando-os com os dados obtidos nos últimos 02 anos. – Região Sul			31/10/2012	R\$. 12.000,00	
Documento contendo proposta de indicadores de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Escola Aberta e Educação Integral no que se refere aos estudantes, escolas e professores por regiões, estados e municípios. – Região Sul			03/02/2013	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de desenvolvimento e de sistematização de informações populacionais (IBGE) e Educacionais (MEC/INEP) nas regiões, estados e nos municípios brasileiros de forma a atender as informações gerenciais de monitoramento estabelecidas no produto 1, no período de 2008 a 2011. – Região Sul			24/04/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados de avaliação dos indicadores do Programa nas Regiões, Estados e Municípios. – Região Sul			08/06/2013	R\$. 10.000,000	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: BRENO TRAJANO DE ALMEIDA				CPF: 047.015.584-19	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA					914BRA1109
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2403/2012					
Objetivo da Consultoria: analisar processos de gestão/acompanhamento do programa Escola Aberta nos municípios participantes com vistas ao aprimoramento e divulgação das atividades realizadas nos finais de semana, considerando o potencial dos territórios e sua interface com o cotidiano escolar, enfatizando o enraizamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas na área de saúde - Espírito Santo e São Paulo					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/09/2012	08/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a abordagem crítica dos sistemas de acompanhamento e gestão do programa. – Espírito Santo e São Paulo			21/09/2012	R\$. 23.500,00	
Documento contendo instrumentos de acompanhamento e gestão dos municípios selecionados, identificando o impacto no âmbito do esporte/lazer, da cultura e qualificação para o trabalho. – Espírito Santo e São Paulo			10/11/2012	R\$. 21.120,00	
Documento técnico contendo a análise da implantação de acompanhamento informatizado (sistema de informação), inclusive, de atividades de formação educativa complementar, esporte/lazer, cultura e qualificação para o trabalho/geração de renda. – Espírito Santo e São Paulo			23/02/2013	R\$ 24.000,00	
Documento técnico contendo a análise crítica das atividades desenvolvidas nas escolas, as áreas de educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, atendimento e promoção da saúde. – Espírito Santo e São Paulo			29/05/2013	R\$. 14.000,00	
Documento técnico contendo análise do modelo de gestão das Secretarias Estaduais e Municipais na implementação do Escola Aberta apontando nós críticos e boas práticas para publicação. – Espírito Santo e São Paulo			08/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARISTELA FERRIRA LIMA				CPF: 322.725.371-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2434/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. - Rio de Janeiro					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Rio de Janeiro			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Rio de Janeiro			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Rio de Janeiro			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. – Rio de Janeiro			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Rio de Janeiro			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUCENIR DE ANDRADE PINHEIRO			CPF: 490.963.387-15		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA					914BRA1109
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2433/2012					
Contratação de consultoria especializada destinada a produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral - Mato Grosso do Sul e Espírito Santo					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. - Mato Grosso do Sul e Espírito Santo			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012.			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. - Mato Grosso do Sul e Espírito Santo			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. - Mato Grosso do Sul e Espírito Santo			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. - Mato Grosso do Sul e Espírito Santo			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: KAREN COSTA OLIVA				CPF: 297.170.351-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: SA – 2430/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral - São Paulo					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. - São Paulo			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. - São Paulo			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011.			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. - São Paulo			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. - São Paulo			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JOSÉ CARLOS MARTINEZ FERNANDEZ				CPF: 892.245.827-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA			914BRA1109		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2430/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral - Pernambuco e Alagoas					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. Pernambuco e Alagoas.			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. Pernambuco e Alagoas.			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. Pernambuco e Alagoas.			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. Pernambuco e Alagoas.			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CLEUSON CAIXETA DE SOUZA			CPF: 892.245.827-53		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2386/2012					
Objetivo da Consultoria: formulação de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Escola Aberta e no cenário da política de educação integral nas escolas brasileiras, com vistas ao planejamento, acompanhamento, avaliação das ações e ao aperfeiçoamento de sistemas de informações das ações dos Programas do MEC na temática educação integral. - Região Centro Oeste					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/06/2013	60.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Estudo sobre a abrangência dos dados educacionais das escolas que fizeram adesão aos programas Escola Aberta e Programa Mais Educação, que favoreçam ao acompanhamento/monitoramento das ações empreendidas nos próximos exercícios. – Região Centro Oeste			21/09/2012	R\$. 13.000,00	
Estudo analítico sobre a duração dos turnos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em intervalos de até 04 horas, de mais de 04 horas e menos de 07 horas e de 07 ou mais horas, com base nos resultados do Censo Escolar 2011, comparando-os com os dados obtidos nos últimos 02 anos. – Região Centro Oeste			31/10/2012	R\$. 12.000,00	
Documento contendo proposta de indicadores de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Escola Aberta e Educação Integral no que se refere aos estudantes, escolas e professores por regiões, estados e municípios. – Região Centro Oeste			03/02/2013	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de desenvolvimento e de sistematização de informações populacionais (IBGE) e Educacionais (MEC/INEP) nas regiões, estados e nos municípios brasileiros de forma a atender as informações gerenciais de monitoramento estabelecidas no produto 1, no período de 2008 a 2011. – Região Centro Oeste			24/04/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados de avaliação dos indicadores do Programa nas Regiões, Estados e Municípios. – Região Centro Oeste			08/06/2013	R\$. 10.000,000	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CLEIBER DE OLIVEIRA LEITE				CPF: 027.784.677-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2428/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral - Santa Catarina e Paraná					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/08/2012	30/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. - Santa Catarina e Paraná			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. - Santa Catarina e Paraná			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. - Santa Catarina e Paraná			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. - Santa Catarina e Paraná			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. - Santa Catarina e Paraná			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FABIO DE CASTRO RIBAS			CPF: 595.840.170-04		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA			914BRA1109		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2396/2012					
Objetivo da Consultoria: formulação de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Escola Aberta e no cenário da política de educação integral nas escolas brasileiras, com vistas ao planejamento, acompanhamento, avaliação das ações e ao aperfeiçoamento de sistemas de informações das ações dos Programas do MEC na temática educação integral - Região Nordeste					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/06/2013	60.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Estudo sobre a abrangência dos dados educacionais das escolas que fizeram adesão aos programas Escola Aberta e Programa Mais Educação, que favoreçam ao acompanhamento/monitoramento das ações empreendidas nos próximos exercícios. – Região Nordeste			21/09/2012	R\$. 13.000,00	
Estudo analítico sobre a duração dos turnos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em intervalos de até 04 horas, de mais de 04 horas e menos de 07 horas e de 07 ou mais horas, com base nos resultados do Censo Escolar 2011, comparando-os com os dados obtidos nos últimos 02 anos. – Região Nordeste			31/10/2012	R\$. 12.000,00	
Documento contendo proposta de indicadores de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Escola Aberta e Educação Integral no que se refere aos estudantes, escolas e professores por regiões, estados e municípios. – Região Nordeste			03/02/2013	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de desenvolvimento e de sistematização de informações populacionais (IBGE) e Educacionais (MEC/INEP) nas regiões, estados e nos municípios brasileiros de forma a atender as informações gerenciais de monitoramento estabelecidas no produto 1, no período de 2008 a 2011. – Região Nordeste			24/04/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados de avaliação dos indicadores do Programa nas Regiões, Estados e Municípios. – Região Nordeste			08/06/2013	R\$. 10.000,000	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: GISELLE RAMALHO DE ARAÚJO E S. VIEIRA			CPF: 494.880.231/04		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2402/2012					
Objetivo da Consultoria: analisar processos de gestão/acompanhamento do Programa Escola Aberta, nos municípios participantes com vistas ao aprimoramento e divulgação das atividades realizadas nos finais de semana, considerando o potencial dos territórios e sua interface com o cotidiano escolar, enfatizando o enraizamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas na área da saúde. - Região Norte e Nordeste					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a abordagem crítica dos sistemas de acompanhamento e gestão do programa. – Região Norte e Nordeste			21/09/2012	R\$. 23.500,00	
Documento contendo instrumento de acompanhamento e gestão dos municípios selecionados, identificando o impacto no âmbito do esporte/lazer, da cultura e qualificação para o trabalho. – Região Norte e Nordeste			10/11/2012	R\$. 21.120,00	
Documento técnico contendo a análise da implantação de acompanhamento informatizado (sistema de informação), inclusive, de atividades de formação educativa complementar, esporte/lazer, cultura e qualificação para o trabalho/geração de renda. – Região Norte e Nordeste			23/02/2013	R\$. 24.000,00	
Documento técnico contendo a análise crítica das atividades desenvolvidas nas escolas, nas áreas de educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Atendimento e promoção da Saúde. – Região Norte e Nordeste			29/05/2013	R\$. 14.000,00	
Documento técnico contendo análise do modelo de gestão das Secretarias Estaduais e Municipais na implantação do Escola Aberta apontando nós críticos e boas práticas para publicação. – Região Norte e Nordeste			08/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: GODIVA DE VASCONCELOS PINTO				CPF: 024.281.993-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2424/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. - Ceará e Piauí.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Ceará e Piauí.			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Ceará e Piauí.			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Ceará e Piauí.			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. – Ceará e Piauí.			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Ceará e Piauí.			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANDREA GOMES ROCHA				CPF: 457.870.931-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2435/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. - Paraíba					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. - Paraíba			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. - Paraíba			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostras de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. - Paraíba			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. - Paraíba			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. - Paraíba			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SAMIRA BANDEIRA DE MIRANDA LIMA				CPF: 041.522.954-57	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2440/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. - Acre, Amapá e Roraima					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Acre, Amapá e Roraima			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Acre, Amapá e Roraima			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Acre, Amapá e Roraima			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. – Acre, Amapá e Roraima			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Acre, Amapá e Roraima			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MAURICIO ANDRE NUNES				CPF: 003.506.510-94	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA					914BRA1109
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2401					
Objetivo da Consultoria: analisar processos de gestão/acompanhamento do Programa Escola Aberta, nos municípios participantes com vistas ao aprimoramento e divulgação das atividades realizadas nos finais de semana, considerando o potencial dos territórios e sua interface com o cotidiano escolar, enfatizando o enraizamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas na área da saúde. - Região Sul e Centro Oeste					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/08/2013	96.000,00	44.620,00	23.500,00	23.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a abordagem crítica dos sistemas de acompanhamento e gestão do programa. – Região Sul e Centro Oeste			21/09/2012	R\$. 23.500,00	
Documento contendo instrumento de acompanhamento e gestão dos municípios selecionados, identificando o impacto no âmbito do esporte/lazer, da cultura e qualificação para o trabalho. – Região Sul e Centro Oeste			10/11/2012	R\$. 21.120,00	
Documento técnico contendo a análise da implantação de acompanhamento informatizado (sistema de informação), inclusive, de atividades de formação educativa complementar, esporte/lazer, cultura e qualificação para o trabalho/geração de renda. – Região Sul e Centro Oeste			23/02/2013	R\$. 24.000,00	
Documento técnico contendo a análise crítica das atividades desenvolvidas nas escolas, nas áreas de educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Atendimento e promoção da Saúde. – Região Sul e Centro Oeste			29/05/2013	R\$. 14.000,00	
Documento técnico contendo análise do modelo de gestão das Secretarias Estaduais e Municipais na implantação do Escola Aberta apontando nós críticos e boas práticas para publicação. – Região Sul e Centro Oeste			08/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: BRUNA BELLINATO SCRIVANTI SANTANA				CPF: 022.286.239-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve atraso na entrega do 2º produto. Desta forma, o pagamento previsto para novembro de 2012, foi feito em janeiro de 2013.					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA					914BRA1109
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2427/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral. - Bahia					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/09/2012	30/08/2013	96.000,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. - Bahia			05/11/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. - Bahia			11/01/2013	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. - Bahia			21/03/2013	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. - Bahia			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. - Bahia			30/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CLAUDIA CRISTINA PINTO SANTOS			CPF: 613.161.485-72		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3068/2012					
Objetivo da Consultoria: formulação de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Escola Aberta e no cenário da política de educação integral nas escolas brasileiras, com vistas ao planejamento, acompanhamento, avaliação das ações e ao aperfeiçoamento de sistemas de informações das ações dos Programas do MEC na temática educação integral. - Espírito Santo e São Paulo					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2012	18/08/2013	60.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Estudo sobre a abrangência dos dados educacionais das escolas que fizeram adesão aos programas Escola Aberta e Programa Mais Educação, que favoreçam ao acompanhamento/monitoramento das ações empreendidas nos próximos exercícios. – Espírito Santo e São Paulo			03/12/2012	R\$. 13.000,00	
Estudo analítico sobre a duração dos turnos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em intervalos de até 04 horas, de mais de 04 horas e menos de 07 horas e de 07 ou mais horas, com base nos resultados do Censo Escolar 2011, comparando-os com os dados obtidos nos últimos 02 anos. Espírito Santo e São Paulo			29/01/2013	R\$. 12.000,00	
Documento contendo proposta de indicadores de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Escola Aberta e Educação Integral no que se refere aos estudantes, escolas e professores por regiões, estados e municípios. - Espírito Santo e São Paulo			05/04/2013	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de desenvolvimento e de sistematização de informações populacionais (IBGE) e Educacionais (MEC/INEP) nas regiões, estados e nos municípios brasileiros de forma a atender as informações gerenciais de monitoramento estabelecidas no produto 1, no período de 2008 a 2011. - Espírito Santo e São Paulo			10/06//2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados de avaliação dos indicadores do Programa nas Regiões, Estados e Municípios. - Espírito Santo e São Paulo			18/08/2013	R\$. 10.000,000	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ERNESTO ERIVELTON RODRIGUES				CPF: 363.640.960-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA					914BRA1109
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2404/2012					
Objetivo da Consultoria: analisar processos de gestão/acompanhamento do Programa Escola Aberta, nos municípios participantes com vistas ao aprimoramento e divulgação das atividades realizadas nos finais de semana, considerando o potencial dos territórios e sua interface com o cotidiano escolar, enfatizando o enraizamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas na área da saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a abordagem crítica dos sistemas de acompanhamento e gestão do programa. – Minas Gerais e Rio de Janeiro			21/09/2012	R\$. 23.500,00	
Documento contendo instrumento de acompanhamento e gestão dos municípios selecionados, identificando o impacto no âmbito do esporte/lazer, da cultura e qualificação para o trabalho. . – Minas Gerais e Rio de Janeiro			10/11/2012	R\$. 21.120,00	
Documento técnico contendo a análise da implantação de acompanhamento informatizado (sistema de informação), inclusive, de atividades de formação educativa complementar, esporte/lazer, cultura e qualificação para o trabalho/geração de renda. . – Minas Gerais e Rio de Janeiro			23/02/2013	R\$. 24.000,00	
Documento técnico contendo a análise crítica das atividades desenvolvidas nas escolas, nas áreas de educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Atendimento e promoção da Saúde. . – Minas Gerais e Rio de Janeiro			29/05/2013	R\$. 14.000,00	
Documento técnico contendo análise do modelo de gestão das Secretarias Estaduais e Municipais na implantação do Escola Aberta apontando nós críticos e boas práticas para publicação. – Minas Gerais e Rio de Janeiro			08/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: TATIANE MICHELON				CPF: 024.281.993-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2439/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	23.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Minas Gerais			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Minas Gerais			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Minas Gerais			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. – Minas Gerais			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Minas Gerais			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: VIVIANE ZANDONA ROSSETO				CPF: 942.259.900-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve atraso na entrega do 2º produto e o pagamento foi realizado em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2438/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Rio Grande do Sul			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Rio Grande do Sul			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Rio Grande do Sul			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Rio Grande do Sul			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SONIA DE FÁTIMA BONFANTE MELLO				CPF: 449.860.410-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2399/2012					
Objetivo da Consultoria: formulação de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Escola Aberta e no cenário da política de educação integral nas escolas brasileiras, com vistas ao planejamento, acompanhamento, avaliação das ações e ao aperfeiçoamento de sistemas de informações das ações dos Programas do MEC na temática educação integral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/06/2013	60.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Estudo sobre a abrangência dos dados educacionais das escolas que fizeram adesão aos programas Escola Aberta e Programa Mais Educação, que favoreçam ao acompanhamento/monitoramento das ações empreendidas nos próximos exercícios. – Região Norte			21/09/2012	R\$. 13.000,00	
Estudo analítico sobre a duração dos turnos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em intervalos de até 04 horas, de mais de 04 horas e menos de 07 horas e de 07 ou mais horas, com base nos resultados do Censo Escolar 2011, comparando-os com os dados obtidos nos últimos 02 anos. – Região Norte			31/10/2012	R\$. 12.000,00	
Documento contendo proposta de indicadores de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Escola Aberta e Educação Integral no que se refere aos estudantes, escolas e professores por regiões, estados e municípios. – Região Norte			03/02/2013	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de desenvolvimento e de sistematização de informações populacionais (IBGE) e Educacionais (MEC/INEP) nas regiões, estados e nos municípios brasileiros de forma a atender as informações gerenciais de monitoramento estabelecidas no produto 1, no período de 2008 a 2011. – Região Norte			24/04/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados de avaliação dos indicadores do Programa nas Regiões, Estados e Municípios. – Região Norte			08/06/2013	R\$. 10.000,000	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: IONE DE MEDEIROS LIMA				CPF: 104.372.824-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 2400/2012					
Objetivo da Consultoria: formulação de estudos e pesquisas no âmbito do Programa Escola Aberta e no cenário da política de educação integral nas escolas brasileiras, com vistas ao planejamento, acompanhamento, avaliação das ações e ao aperfeiçoamento de sistemas de informações das ações dos Programas do MEC na temática educação integral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	08/06/2013	60.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Estudo sobre a abrangência dos dados educacionais das escolas que fizeram adesão aos programas Escola Aberta e Programa Mais Educação, que favoreçam ao acompanhamento/monitoramento das ações empreendidas nos próximos exercícios. – Região Sudeste			21/09/2012	R\$. 13.000,00	
Estudo analítico sobre a duração dos turnos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em intervalos de até 04 horas, de mais de 04 horas e menos de 07 horas e de 07 ou mais horas, com base nos resultados do Censo Escolar 2011, comparando-os com os dados obtidos nos últimos 02 anos. – Região Sudeste			31/10/2012	R\$. 12.000,00	
Documento contendo proposta de indicadores de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa Escola Aberta e Educação Integral no que se refere aos estudantes, escolas e professores por regiões, estados e municípios. – Região Sudeste			03/02/2013	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico do processo de desenvolvimento e de sistematização de informações populacionais (IBGE) e Educacionais (MEC/INEP) nas regiões, estados e nos municípios brasileiros de forma a atender as informações gerenciais de monitoramento estabelecidas no produto 1, no período de 2008 a 2011. – Região Sudeste			24/04/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados de avaliação dos indicadores do Programa nas Regiões, Estados e Municípios. – Região Sudeste			08/06/2013	R\$. 10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: RALPH AUGUSTO SILVA FALEIRO				CPF: 716.098.061-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA					914BRA1109
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 25/04/2012					
Objetivo da Consultoria: desenvolver processos, metodologia e instrumentos de gestão e planejamento para a implementação da educação integral, ambiental, em direitos humanos e educação e em educação e saúde, através da formação e capacitação dos diversos parceiros.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/08/2012	23/07/2013	60.000,00	30.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo proposta de formação com delineamento de temas e conteúdo relevante no âmbito da Política de Educação Integral, para as equipes das Secretarias de Educação parcerias na implantação e desenvolvimento do programa Escola Aberta.			06/10/2012	R\$ 15.000,00	
Documento contendo um estudo analítico da Política de Educação Integral e suas possibilidades de gestão articulada com programas e projetos da SEB/MEC, com ênfase nos comitês.			20/11/2012	R\$ 15.000,00	
Documento técnico contendo subsídios para a formação dos gestores de educação e de saúde, com vistas a potencialização do território de responsabilidade compartilhada pelos PEA e Mais Educação e Saúde na Escola no âmbito da proposta de Proteção à Primeira Infância.			19/01/2013	R\$ 13.000,00	
Documento contendo subsídios na temática de prevenção ao uso de álcool e outras drogas para a formação de adolescentes e jovens multiplicadores, educação entre pares, destinados aos monitores jovens dos programas Escola Aberta, Mas Educação e Saúde na Escola.			23/07/2013	R\$ 17.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARTA AZEVEDO KLUMB OLIVEIRA				CPF: 022.670.727-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve atraso na entrega dos produtos 1 e 2. Desta forma, os pagamentos foram realizados em janeiro/2013.					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2466/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – Amazonas e Sergipe			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – Amazonas e Sergipe			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – Amazonas e Sergipe			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. – Amazonas e Sergipe			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – Amazonas e Sergipe			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MÁRCIA MARQUES VIEIRA				CPF: 879.648.806-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
ESCOLA ABERTA: JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA				914BRA1109	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2429/2012					
Objetivo da contratação: produção de conteúdos de capacitação, estudos técnicos para subsidiar o processo de monitoramento, fortalecimento da gestão e da formação dos profissionais de educação para as ações de integração dos Programas Escola Aberta e Mais Educação, no âmbito da política de Educação Integral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	14/08/2013	96.000,00	44.620,00	44.620,00	44.620,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo a análise da estrutura de gestão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação e dos Comitês Metropolitanos existentes nas secretarias estaduais e municipais, das regiões Metropolitanas ou RIDES das capitais dos estados, e proposta de estrutura adequada a integração dos respectivos programas. – São Paulo			27/09/2012	R\$ 23.500,00	
Documento contendo proposta de planejamento e projetos destinados à divulgação e disseminação das propostas pedagógicas para os profissionais de educação e comunidade escolar nos estados e municípios que participam da proposta de integração e expansão dos Programas Escola Aberta e Mais Educação em 2012. – São Paulo			11/12/2012	R\$. 21.120,00	
Documento contendo estudo analítico dos resultados verificados a partir do monitoramento das atividades realizadas na jornada de ampliada durante a semana e nos finais de semana, por meio das amostra de escolas das redes municipais e estaduais participantes dos programas Escola Aberta e Mais Educação em 2011. – São Paulo			21/03/2012	R\$. 24.000,000	
Documento contendo o registro da aplicação e estudo analítico dos resultados de pesquisa sobre os impactos dos programas Escola Aberta e Mais Educação no ambiente escolar e na comunidade em amostra de escolas participantes dos programas em 2011. – São Paulo			09/06/2013	R\$. 14.000,00	
Documento contendo metodologia de monitoramento e acompanhamento dos programas de formação dos profissionais de educação envolvidos nos programas Escola Aberta e Mais Educação. – São Paulo			14/08/2013	R\$. 13.380,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JOÃO ALBERTO CHAGAS LIMA				CPF: 393.117.087-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

ANÁLISE CRÍTICA – 914BRA1109

O Programa Escola Aberta foi construído para apoiar a abertura das escolas nos finais de semana proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, visando transformar a qualidade das interações entre a escola e a comunidade para a construção de uma cultura de paz e redução dos índices de desemprego e violência entre os jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A proposta do Programa visa fortalecer a convivência comunitária, evidenciar a cultura popular, as expressões juvenis e o protagonismo da comunidade, além de contribuir para valorizar o território e os sentimentos de identidade e pertencimento. A idéia é que a troca de saberes favoreça um redimensionamento dos conteúdos pedagógicos, tornando a escola mais inclusiva e competente na sua ação educativa, favorecendo novas práticas de aprendizagem e proporcionando oportunidades de promoção e exercício da cidadania. Em parceria, a comunidade escolar e a do entorno ampliam sua integração planejando e executando atividades organizadas no formato de oficinas, palestras e cursos, envolvendo alunos, jovens, crianças, adultos, pais, responsáveis e idosos. As ações dos finais de semana são realizadas a partir de consultas à escola e do diagnóstico da comunidade para identificar demandas locais, pessoas e instituições que se proponham a compartilhar seus conhecimentos, habilidades e competências de forma voluntária.

O Programa Escola Aberta está inserido na estratégia de combate às desigualdades educacionais da Secretaria de Educação Básica (SEB) e no auxílio ao fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados. Coordenado pela SEB e em parceria com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o Programa é implementado e acompanhado nos territórios pelas secretarias estaduais e municipais de educação.

No ano de 2012, o Programa integrou-se ao Programa Mais Educação, de forma que ambos tornaram-se o referencial para a política de educação integral induzida pela Secretaria de Educação Básica nos sistemas públicos de ensino. Tal integração resultou em parte às análises críticas das consultorias especializadas as quais apontaram que esta articulação dos Programas poderia contribuir para o fortalecimento da política de educação integral do MEC.

Neste cenário de articulação dos Programas, o Projeto 914BRA1109 contribuiu ainda para a construção de propostas de planejamento, implementação e acompanhamento da execução do Programa nas escolas participantes, bem como para a formação de gestores e educadores e para o fortalecimento dos Comitês Metropolitanos. Tais Comitês mostraram-se uma ação de gestão compartilhada e de regime de colaboração entre as redes estaduais e municipais e o MEC, possibilitando um enraizamento do Programa nas Secretarias de Educação.

A análise de dados e informações de acompanhamento e monitoramento resultou em uma melhoria do processo de monitoramento realizado pelo Ministério da Educação.

PROJETO 914BRZ1041 - Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.					914/BRZ/1041
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3420/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	12/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo: a) sistematização dos conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem do componente curricular Arte, no Ciclo de Alfabetização; b) organização dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, no componente curricular Arte, a saber: artes visuais, artes cênicas, dança e música. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem do componente curricular Arte e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes do componente curricular Arte, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			27/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico das contribuições do grupo de trabalho, do componente curricular Arte, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			12/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem do componente curricular Arte para o Ciclo de Alfabetização.			12/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SIMONE CRISTIANE SILVEIRA CINTRA SILVA				CPF: 123.570.388-61	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi pago em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ÁREA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3421/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	12/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudos sobre os conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem no Ciclo de alfabetização no que à área de conhecimento História dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, na área de conhecimento História. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem na área de conhecimento Matemática e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes da área de conhecimento História, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			27/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico das contribuições do grupo de trabalho, do componente curricular História, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			12/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem da área de História para o Ciclo de Alfabetização.			12/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANDRÉ MARCOS VIEIRA SOLTAU			CPF: 459.148.690-72		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi pago em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3422/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	12/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo: a) sistematização dos conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem do componente curricular Geografia, no Ciclo de Alfabetização; b) organização dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, no componente curricular Geografia. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem do componente curricular Arte e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes do componente curricular Geografia, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			27/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico das contribuições do grupo de trabalho, do componente curricular Geografia, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			12/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem da área de Geografia para o Ciclo de Alfabetização.			12/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANDERSON DOS ANJOS P. PENA				CPF: 830.224.305-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Entrega do produto em atraso					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3423/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	12/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo: a) sistematização dos conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem da área de conhecimento Ciências da Natureza, no Ciclo de Alfabetização; b) organização dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, área de conhecimento Ciências da Natureza. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem área de conhecimento Ciências da Natureza e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes área de conhecimento Ciências da Natureza, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			27/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico das contribuições do grupo de trabalho, área de conhecimento Ciências da Natureza, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			12/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem da área de conhecimento Ciências da Natureza para o Ciclo de Alfabetização.			12/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUIZA OLIVIA LACERDA RAMOS SILVA				CPF: 496.890.535-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi pago em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3427/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/11/2012	13/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo: a) sistematização dos conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem do componente curricular Educação Física, no Ciclo de Alfabetização; b) organização dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, no componente curricular Educação Física, a saber: jogos e ginástica. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem do componente curricular Educação Física e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes do componente curricular Educação Física, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			28/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico das contribuições do grupo de trabalho, do componente curricular Educação Física, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			13/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem da área de Educação Física para o Ciclo de Alfabetização.			13/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ROSIMEIRI APARECIDA PAVANATI			CPF: 594.360.269-00		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi pago em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3441/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/11/2012	13/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo: a) sistematização dos conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem no Ciclo de Alfabetização no que tange à alfabetização matemática; b) organização dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, na área de conhecimento matemática, a saber: números e operações; álgebra, geometria, grandezas e medidas, estatística e possibilidades. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem da área de conhecimento Matemática e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes da área de conhecimento Matemática, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			28/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo a consolidação dos estudos na área de conhecimento matemática, a partir das discussões do grupo de trabalho, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			13/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem da área de Matemática para o Ciclo de Alfabetização.			13/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA HELENA SOARES DE SOUZA				CPF: 036.173.867-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi pago em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3419/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para consolidar proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza e componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História e Geografia, elaborada por meio de diálogos entre gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas, professores e técnicos pedagógicos, como subsídio à SEB na construção de uma proposta para o ensino fundamental.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	12/05/2013	40.000,00	13.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo: a) sistematização dos conceitos fundamentais norteadores do direito de aprendizagem no Ciclo de Alfabetização no que tange à língua portuguesa; b) organização dos eixos estruturantes dos direitos de alfabetização para cada ano deste ciclo, na área de conhecimento matemática, a saber: leitura, produção de textos escritos, linguagem oral e análise linguística. Elaboração de dois quadros – um contendo os direitos básicos de aprendizagem do componente curricular língua portuguesa e os segundo contendo os direitos básicos de aprendizagem dos eixos estruturantes do componente escolar língua portuguesa, ambos organizados para cada ano do Ciclo de Alfabetização.			27/12/2012	R\$. 13.000,00	
Documento técnico contendo a consolidação dos estudos língua portuguesa, a partir das discussões do grupo de trabalho, coordenado pelo MEC, formado por gestores de sistemas de ensino, professores e técnicos pedagógicos, no qual serão apresentados os direitos básicos de aprendizagem para os três primeiros anos do ensino fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.			12/02/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo orientações metodológicas para nortear os sistemas de ensino, as escolas e os professores na elaboração de currículo escolar a partir dos direitos básicos de aprendizagem língua portuguesa para o Ciclo de Alfabetização.			12/05/2012	R\$. 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ALFREDINA NERY				CPF: 254.196.418-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O produto 1 foi pago em janeiro/2013					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3625/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para desenvolver modelo de escritório de projetos para SEB, como subsídio à SEB na construção de estratégias de monitoramento e avaliação de projetos educacionais prioritários.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/11/2012	30/11/2013	72.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo levantamento de modelos de sistemas de monitoramento e avaliação de projetos ou programas educacionais e/ou sociais desenvolvidos por instituições públicas e/ou privadas.			19/01/2013	R\$. 15.000,00	
Documento técnico contendo estudo analítico e propositivo sobre os mecanismos e critérios de monitoramento e acompanhamento de projetos educacionais prioritários no âmbito da Secretaria de Educação Básica.			04/03/2013	R\$. 16.000,00	
Documento técnico contendo estudo propositivo para a implantação de procedimentos e/ou instrumentos e/ou mecanismos para o processo de monitoramento, acompanhamento e avaliação de programas e projetos educacionais da Secretaria de Educação Básica.			30/07/2013	R\$. 22.000,00	
Documento técnico contendo modelo de monitoramento, acompanhamento e avaliação técnico-pedagógico de projetos educacionais desenvolvidos pela Secretaria de Educação Básica, como forma de elevar sua eficiência e sustentabilidade.			30/11/2013	R\$. 19.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: RAQUEL KOYANAGI				CPF: 640.108.801-01	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Quadro B.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às Políticas Públicas de Educação Básica.				914/BRZ/1041	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA 3707/2012					
Objetivo da Consultoria: realização de estudo sobre o uso de tecnologias digitais na educação, como subsídio à Secretaria de Educação Básica, na formulação de programas e ações para a formação de docentes para a educação básica para a utilização de tecnologias digitais na educação.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/12/2012	10/05/2013	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo descritivo de experiências educativas, nacionais e internacionais, que utilizem conteúdos digitais, como subsídio à Secretaria de Educação Básica na formulação de programas e ações de formação de docentes para a utilização de tecnologias digitais na educação.			26/01/2013	R\$. 12.000,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo de materiais didático-pedagógicos digitais, como subsídio à Secretaria de Educação Básica, no desenvolvimento de programas e ações para a formação de professores da educação básica, por meio de recursos tecnológicos e comunicacionais.			10/05/2013	R\$. 18.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: RAFAEL DE ALENCAR LACERDA				CPF: 702.515.761-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

ANÁLISE CRÍTICA – PROJETO 914BRZ1041

O Projeto 914BRZ1041, diferente dos outros dois Projetos em andamento na SEB, que atuam em frentes específicas – educação infantil e Programa Escola Aberta – busca, como o próprio título afirma: apoiar o desenvolvimento de estratégias de implementação do Plano Nacional de Educação no tocante às políticas públicas de educação básica. Ou seja, este Projeto apoiará a políticas de educação básica da SEB/MEC em todas as suas etapas, da educação ao ensino médio.

Apesar de ter sido firmado em junho/2012, o primeiro repasse ocorreu em setembro de 2012, quando teve início sua execução.

De setembro a dezembro foram contratados nove consultores, dos quais sete estão desenvolvendo estudos para o ensino fundamental, com ênfase nos direitos e expectativas de aprendizagem.

Deste modo, devido ao curto período de execução ainda não é possível avaliar as contribuições do Projeto e o alcance de resultados e objetivos esperados. Mas estima-se que ao longo do ano de 2013, todas as Coordenações-Gerais e Diretorias efetuem contratações que contribuam para o efetivo alcance dos resultados do Projeto e principalmente para o fortalecimento da política de educação Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

ANEXO I

Quadro 1.4.1. Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSO: Elevar o atendimento escolar de qualidade, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino.		
INICIATIVA	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS
Proinfância: unidades de educação infantil (PAC 2)	Construir e adquirir equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas, por meio de assistência financeira aos municípios e ao Distrito Federal.	Alunos da educação infantil Município sociedade
Quadras Poliesportivas Escolares (PAC 2)	Apoiar técnica e financeiramente a construção de quadras poliesportivas escolares, bem como de coberturas de quadras esportivas existentes, em escolas públicas de educação básica.	escolas públicas de educação básica alunos da educação básica Sociedade Município estados
Brasil Carinhoso	Antecipar recursos para custeio de novas unidades de educação infantil e realizar repasse suplementar para matrículas de crianças beneficiárias do Bolsa Família.	Alunos da educação infantil Município sociedade
Mais educação	Apoiar o fomento a educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas a ampliação do tempo e do espaço educativo das redes públicas de ensino.	Alunos da educação básica Escolas de educação básica sociedade

Quadro 1.4.2. Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSO: Promover a valorização dos profissionais da educação básica.		
INICIATIVAS	OBJETIVOS	BENEFICIÁRIOS
Formação continuada	Capacitar profissionais da educação básica de acordo com sua atuação na escola.	Professores de educação básica de sistemas públicos
Pró-letramento	Formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental	Professores de educação básica de sistemas públicos
Formação continuada em educação infantil	Formação de professores de Educação Infantil que atuam em creches e pré-escolas e que não possuem a formação exigida pela legislação através de curso a distância, em nível médio e na modalidade Normal.	Professores, coordenadores, diretores de unidades de educação infantil e equipes de educação infantil da rede pública de ensino; professores que atuam na rede privada sem fins lucrativos
Gestão da aprendizagem escolar (Gestar II)	Formação continuada em língua portuguesa e matemática	professores dos anos finais do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas
Mais Educação	Formação continuada em processos educativos da educação integral	Professores e Gestores da Educação
Escola de Gestores	Formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância	gestor escolar e coordenadores pedagógicos
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	Formação de professores e oferta de materiais e referências curriculares e pedagógicas, com o intuito de garantir a alfabetização e o	Professores alfabetizadores de educação básica de sistemas públicos

	letramento de todas as crianças até aos 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.	
Sistema Nacional de Formação Continuada/ SINAFOR	Conjunto de ações de levantamento de demanda junto às escolas, de adequação da oferta pelas universidades e de implementação e monitoramento da formação continuada para professores da educação básica pública brasileira	Professores de educação básica de sistemas públicos Escolas Municípios Universidades
Mídias na Educação	Formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica	Professores de educação básica de sistemas públicos
Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo	Formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral	Professores de educação básica de sistemas públicos

Quadro 1.4.3. Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSO		
<p>Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral, à garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.</p>		
Iniciativas	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS
Mais educação	Apoiar o fomento a educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas a ampliação do tempo e do espaço educativo das redes públicas de ensino fundamental.	Alunos da educação básica Escolas de educação básica sociedade
Ensino médio inovador	Apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico.	Alunos do ensino médio Escolas sociedade
Programa Saúde na Escola	Contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.	Alunos da educação básica Escolas da educação básica sociedade
Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	Prover assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar.	Escolas da educação básica

Olimpíadas escolares	desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino	Alunos da educação básica professores Escolas da educação básica
Brasil Carinhoso	Recursos para custeio de novas unidades de educação infantil e repasse suplementar para matrículas de crianças beneficiárias do Bolsa Família.	Alunos da educação infantil Município sociedade

Quadro 1.4.4. Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSO: Indução do fortalecimento da gestão e do controle social, da cooperação federativa e intersetorial e das formas de colaboração entre os sistemas de ensino		
INICIATIVAS	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS
Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime)	Oferecer a todos os dirigentes municipais de educação um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso a informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão educacional	dirigentes municipais de educação
Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado e o faz por meio da formação continuada	técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e de conselheiros escolares
Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho),	Qualificar a atuação dos Conselheiros Municipais de Educação	Conselheiros Municipais de Educação
Provinha Brasil	Realizar avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano do ciclo de alfabetização das escolas públicas brasileiras.	Secretarias Municipais e Secretarias Estaduais de educação Alunos

Quadro 2.4: Síntese dos Indicadores Institucionais

Indicador	Fórmula	Unidade	Objetivo	Descrição
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	$IDEB_{JI} = N_{JI} \times P_{JI}$	Número absoluto	Utilizado como ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica e expressa em valores os resultados de aprendizagem e fluxo escolar.	Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino multiplicado pelo indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j.
Municípios que elaboraram o PAR	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios com PAR em análise} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de municípios}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PAR.	Apresenta o percentual de municípios que aderiam ao PAR, tendo como referência o número total de municípios brasileiros.
Estados que elaboraram o PAR	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estados com PAR em análise} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de estados}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PAR.	Apresenta o percentual de estados que aderiam ao PAR, tendo como referência o número total de estados brasileiros.
% de obras de educação infantil tramitadas pelos municípios no PAC 2	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras tramitadas pelos municípios} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de obras disponibilizadas (cotas)}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PAC 2, no âmbito da educação básica.	Apresenta o percentual médio de obras que foram tramitadas no SIMEC, tendo como referência o número total de obras disponibilizado pelo MEC para os municípios.
% de obras de construção de quadras e coberturas tramitadas pelos municípios no PAC 2	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras tramitadas pelos municípios} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de obras disponibilizadas (cotas)}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PAC 2, no âmbito da educação básica.	Apresenta o percentual médio de obras que foram tramitadas no SIMEC, tendo como referência o número total de obras disponibilizado pelo MEC para os municípios.

Indicador	Fórmula	Unidade	Objetivo	Descrição
% de obras de construção de quadras e coberturas tramitadas pelos estados no PAC 2	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras tramitadas pelos estados} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de obras disponibilizadas (cotas)}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PAC 2, no âmbito da educação básica.	Apresenta o percentual médio de obras que foram tramitadas no SIMEC, tendo como referência o número total de obras disponibilizado pelo MEC para os estados.
% de escolas que aderiam ao Mais Educação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de escolas que aderiram}^1 \text{ ao Mais Educação} \times 100}{\text{Meta anual de adesão de escolas}}$	%	Avaliar o % de adesão ao Mais Educação em relação as metas anuais previstas.	Apresenta o percentual médio de escolas que aderiram ao Mais Educação no exercício, tendo como referência o número total de escolas prevista na meta anual do programa.
Média de Participação de Escolar nas Olimpíadas de Matemática e Língua Portuguesa	$\frac{\text{Somatório dos alunos participantes} \times 100}{\text{Somatório dos alunos brasileiros}}$	%	Avaliar o percentual de alunos participantes do evento em relação ao Brasil.	Avalia a proporção de alunos que participaram do evento, tendo como referência o número total de alunos brasileiros.
Municípios que aderiam ao PACTO	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de municípios com adesão}^1 \text{ efetuada} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de municípios}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PACTO.	Apresenta o percentual de municípios que aderiam ao PACTO, tendo como referência o número total de municípios brasileiros.
Estados que aderiam ao PACTO	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estados com adesão}^1 \text{ efetuada} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ total de estados}}$	%	Avaliar o % de adesão dos entes federados ao PACTO.	Apresenta o percentual de municípios que aderiam ao PACTO, tendo como referência o número total de estados brasileiros.

Indicador	Fórmula	Unidade de medida	Objetivo	Descrição
Taxa de Produtividade relativa ao PACTO	$\frac{\text{Somatório de profissionais formados} * 100}{\text{N}^\circ \text{ total de vagas ofertadas}}$	%	Apresentar o percentual dos profissionais formados em relação às vagas ofertadas.	Avalia segundo o número total de vagas para a formação ofertada pelo Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o número de profissionais que a concluíram .
Média de Custo Unitário por Profissional Formado do PACTO	$\frac{\text{Custo total da ação educacional}}{\text{Somatório de profissionais formados}}$	<u>Real</u> prof. formado	Apresentar o custo médio da ação educacional por profissional formado	Apresenta a média dos valores para a realização das ações educacionais, tendo como referência o total de profissionais formados

Fonte: SEB

¹ Escolas ou municípios que efetivamente aderiram à ação, ou seja, completaram todo o processo de adesão

² Cursistas previstos = número de vagas ofertadas